



· Relatório e Contas ·

2009




A Organização das Nações Unidas declarou 2010 o Ano Internacional da Biodiversidade, com o tema “A biodiversidade é a vida. A biodiversidade é a nossa vida.”

A Biodiversidade é a variabilidade entre todos os organismos vivos de todas as origens e de qualquer natureza. A salvaguarda da Biodiversidade pressupõe a preservação dos habitats e das condições de vida de cada espécie.

Consciencializar e valorizar a necessidade de salvaguarda da variedade de genes, espécies e ecossistemas será um paradigma de desenvolvimento que a todos enriquecerá.

A preservação da Biodiversidade é uma preocupação planetária que necessita de acção à escala local.

A escolha da Biodiversidade como tema deste relatório pretende constituir uma acção de divulgação e sensibilização para a riqueza, especificidade e valor da Vida numa das áreas geográficas de que a EPAL depende para poder prestar o serviço público de abastecimento de água – Bacia Hidrográfica do Rio Zêzere.













Introdução

- 6 Indicadores
- 8 Mensagem do Presidente

Relatório de Gestão



- 13 Missão, Visão e valores
- 17 O Ciclo da Água
- 27 Qualidade da água
- 33 Clientes
- 41 As Pessoas
- 51 Investimentos
- 57 Sistemas e Processos de Gestão
- 65 Inovação e Desenvolvimento
- 71 Desempenho Económico e Financeiro
- 85 Gestão de Risco
- 91 Perspectivas Futuras
- 95 Proposta de Aplicação de Resultados
- 99 Controlo e Administração da Sociedade
- 107 Considerações Finais



Contas

- 111 Demonstrações Financeiras
- 119 Notas
- 151 POC

Relatórios e Pareceres



- 159 Relatório e Parecer do Fiscal Único
- 163 Certificação Legal das Contas
- 165 Relatório da Auditoria



Actividade

Volume total de água vendida (m ³)	217 085 364
Número de clientes Directos	348 050
Número de clientes Municipais	20
Número de clientes Multimunicipais	1*
Número de consumidores (dados 2008)	2 875 261
Área total abastecida (Km ²)	6 564

* são abastecidos 12 municípios

Conta de Exploração

Proveitos totais de exploração	151 218 279
EBITDA	73 250 653
EBIT	39 795 056
Resultado líquido	27 117 236

PÁG. DE ABERTURA Nascente do Zêzere nos Cântaros - Serra da Estrela
ÍNDICE Canhão fluvial do Cabril - falésias graníticas

1.

Indicadores 2009

Balanço

Capital social	150 000 000
Capital próprio	373 490 766
Passivo	365 168 056
Activo líquido total	738 658 822
Investimento	26 795 930
Rentabilidade do capital próprio	7,3%





Empresa Portuguesa das Águas Livres, EPAL, fechou o ano de 2009 com um Resultado Líquido de 27,1 milhões de euros, superando em 1,7% o máximo histórico alcançado em 2008. A solidez dos seus Resultados Operacionais encontra-se evidenciada no EBITDA que ascendeu a 73,2 milhões de euros e a saúde económica e financeira da empresa é atestada pelos respectivos indicadores, como o grau de Autonomia Financeira de 51%, e pela Rentabilidade do Capital Empregue de 6,7%.

O aumento do volume de vendas aos concelhos limítrofes, o alargamento de mercado por via das Águas do Oeste, a contenção de custos operacionais e a diminuição de custos financeiros são responsáveis pelos bons resultados económicos do exercício.

O bom desempenho operacional da empresa encontra-se reflectido no índice de água não facturada, 10,6%, sendo que na rede de distribuição de Lisboa o valor de 13,5% constitui já um nível de referência e representa um decréscimo de 43% em quatro anos. No que se refere a roturas em condutas verifica-se um ligeiro retrocesso na lenta evolução positiva que se vinha a registar: tal facto determinou o lançamento do Projecto Garantia de Serviço com objectivos quantificados para os próximos anos.

A qualidade de serviço é reconhecida pelos seus clientes como o demonstra a primeira posição no sector de Abastecimento de Água do Índice Nacional de Satisfação do Cliente.

A capacidade e o dinamismo da empresa alicerçam-se em novos processos de gestão e na adopção das melhores práticas: a consolidação da função Gestão de Activos, a adopção de um novo Sistema de Informação de Gestão e o lançamento de um novo modelo de Gestão por Objectivos foram iniciativas concretizadas em 2009, já tendo por base uma nova estrutura orgânica resultante do projecto Visão EPAL II, de acordo com a cadeia de valor e um novo modelo de relacionamento entre as diferentes áreas baseado no espírito de equipa para a gestão da mudança.

Toda a dinâmica da empresa fundamenta-se na qualidade e empenho dos seus Recursos Humanos: a motivação e a formação são, pois, aspectos essenciais em que se baseia a gestão do conhecimento para um desempenho operacional de excelência.

Por isso mesmo, a renovação e o rejuvenescimento de efectivos e a melhoria dos níveis de qualificação têm sido objectivos permanentes a todos os níveis: disso é demonstração eloquente a criação do Centro Novas Oportunidades da EPAL, com a adesão de 135 colaboradores da empresa dos quais 77 já viram certificadas as suas habilitações.

Mas num sector tão fragmentado como é o sector dos serviços de Água, tanto a nível nacional como internacional, o relacionamento entre empresas e a partilha de conhecimentos e





experiências é um caminho imprescindível para, pela melhoria contínua, aumentar os níveis de capacitação e conhecimento, elevar os níveis de desempenho e a qualidade da gestão.

Por isso mesmo tem a EPAL procurado fomentar a sua inserção activa em estruturas e redes de relacionamento de empresas do sector.

Em Março de 2009 a EPAL recebeu e organizou o workshop anual do WSMART - Water Security Management Assessment, Research & Technology, onde estão representadas entidades gestoras do Canadá, Estados Unidos da América, França, Holanda, Inglaterra, Israel, Portugal e Suíça, com a apresentação e análise de situações de gestão de crises em sistemas de Abastecimento e Saneamento.

E em Setembro, a IWA, International Water Association, deu a vitória à candidatura liderada pela EPAL para a realização do seu Congresso Mundial de 2014 em Lisboa, reconhecendo a qualidade da proposta, o desenvolvimento exemplar do sector no nosso país e o prestígio da empresa.

2009 foi também o ano em que o Governo da República publicou legislação vária com grande impacto na organização e actividade do sector de que se destacam: a chamada Lei das parcerias Estado-Autarquias e o Decreto-Lei 194/2009 sobre o regime dos sistemas municipais. Trata-se de documentos que trazem novas formas de enquadramento dos serviços de Água, bem como novas estruturas e processos regulatórios.

É nesse contexto que a EPAL deseja dar o seu contributo para o desenvolvimento da indústria da Água em Portugal, quer no apoio ao desenvolvimento dos projectos da AdP-Águas de Portugal, quer, na sua área de influência, na procura de soluções empresariais que garantam a Rentabilidade, a Qualidade de Serviço e a Sustentabilidade Ambiental do uso e gestão dos Recursos Naturais. ■





Canhão fluvial do Cabril - falésias graníticas



M^{3.}issão visão e valores





Missão

A prestação de serviços de água e a gestão sustentável do ciclo urbano da água, ao longo da sua sequência de actividades e negócios.

Visão

- Ser empresa de referência no sector da água em Portugal
- Orientar-se pelas melhores práticas internacionais.

Valores

A **Qualidade**, em função da qual se persegue a Inovação, a Modernidade e a Excelência

A **Responsabilidade Social** na prestação dos serviços públicos essenciais

A **Sustentabilidade** e os propósitos que lhe são inerentes de Eficiência na Gestão, de Defesa e Protecção do Ambiente, de Respeito pela Pessoa Humana e de Envolvimento da Comunidade

A **Orientação** para o Cliente, razão de ser da empresa

A **Integridade e Transparência** no modo de estar e nas relações com todas as partes interessadas

A **Competência e Rigor** na tomada de decisões e nas acções, estabelecendo a confiança como princípio de relação entre a EPAL e os diferentes públicos de relacionamento

O **Respeito e a Prática** da Legalidade

A **Melhoria Contínua** da Pessoa, do Saber, dos Processos, das Práticas da Empresa e da Sociedade





Cascata Queda de água jusante Poço do Inferno Vale Andinho



O 4. ciclo da Água



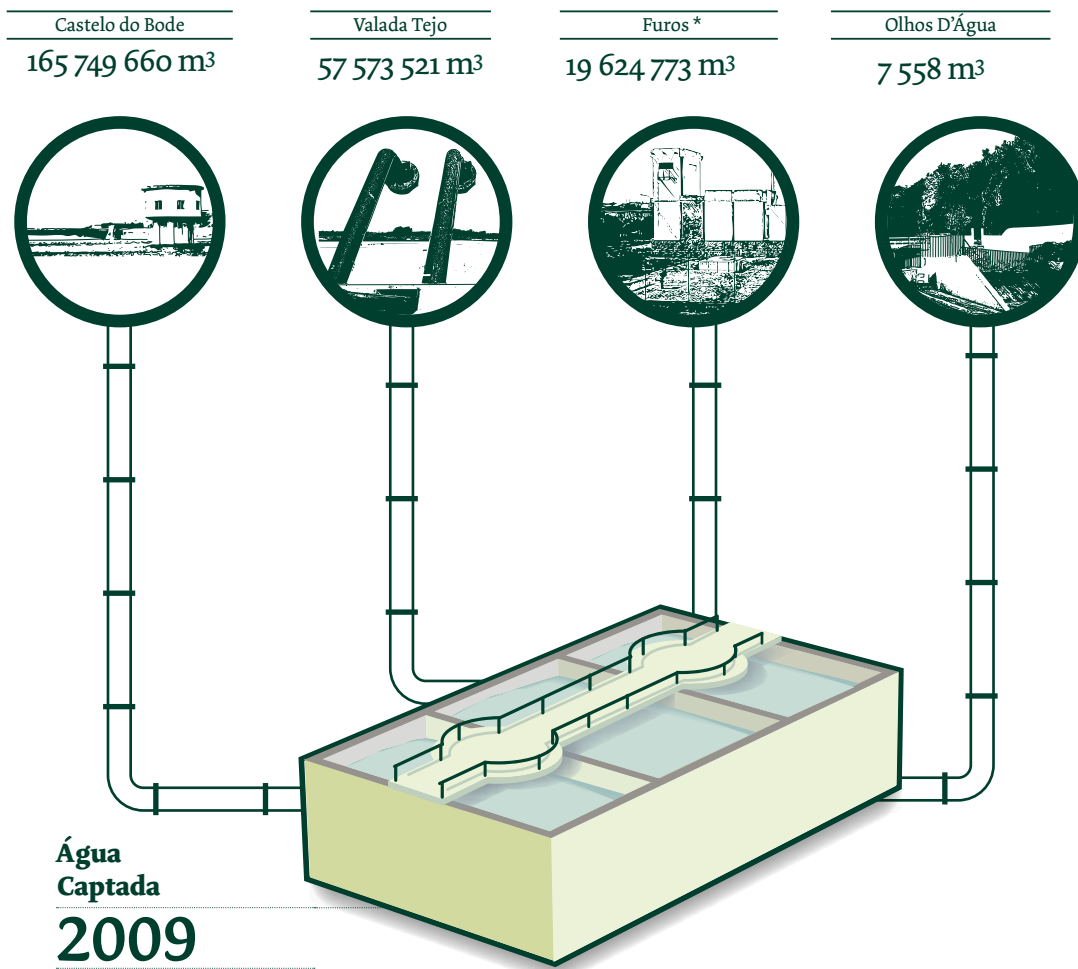
Captação

Volume de água captado e origens

243

milhões de m³

O volume total captado teve origem nas seguintes captações:



O volume captado representa um acréscimo de 0,77% face a 2008.

* As captações subterrâneas utilizadas foram: Alenquer, Lezírias e OTA.

Em 2009, a captação dos Olhos d'Água passou a ter uma utilização residual no sistema de abastecimento.

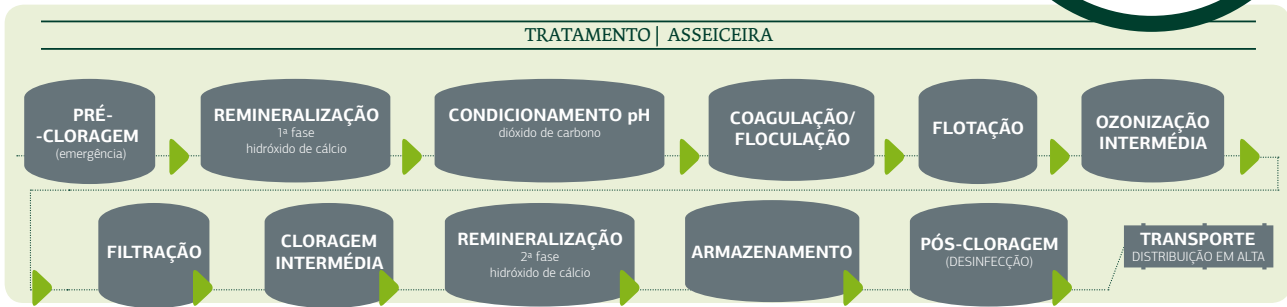
Tratamento

ETA da Asseiceira

Geograficamente localizada no concelho de Tomar, tem uma capacidade de produção de 625 000 m³/dia. Trata a água captada na Albufeira do Castelo do Bode.

Água tratada

165 732 500 m³

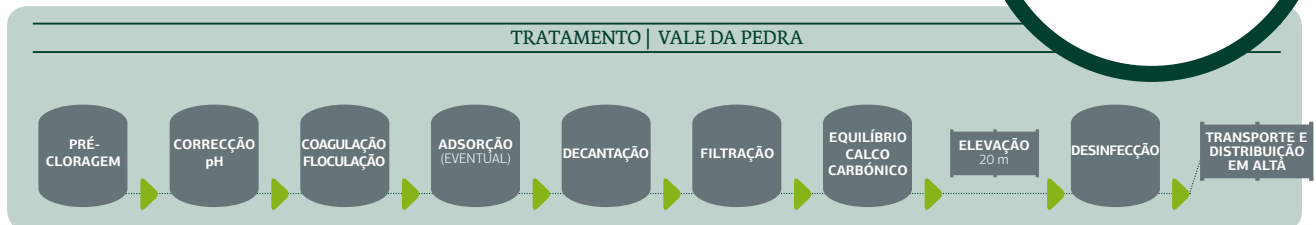


ETA de Vale da Pedra

Localizada no município do Cartaxo, tem uma capacidade de produção de 240 000 m³/dia. Trata a água captada no rio Tejo, em Valada.

Água tratada

57 456 028 m³



Outras instalações de tratamento

Foram ainda tratados cerca de 19, 6 milhões de m³ de água das captações subterrâneas.

Água Produzida

O volume de água lançado nos adutores e reservatórios, após tratamento, foi de

242,8
milhões de m³

Adução

O sistema de adução e transporte da EPAL é composto por:



705 km de Adutores

31 Estações Elevatórias

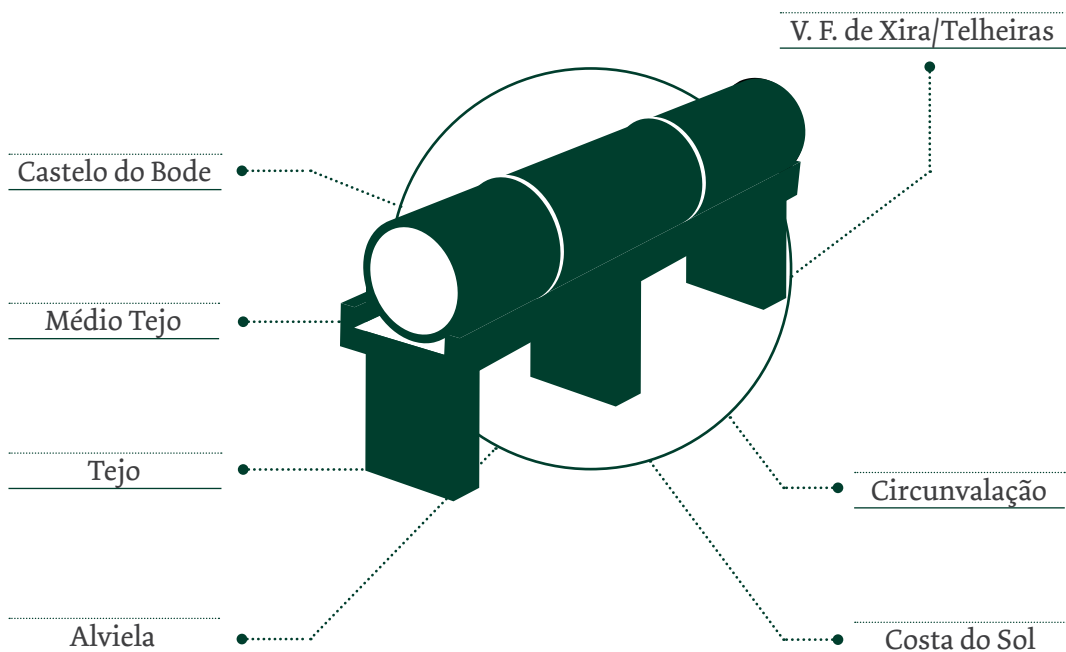


28 Reservatórios

132 Pontos de Entrega



São os seguintes os principais adutores da empresa:



Distribuição

A rede geral de distribuição da EPAL é constituída por:



1 429 km de condutas

10 Estações Elevatórias

13 Reservatórios



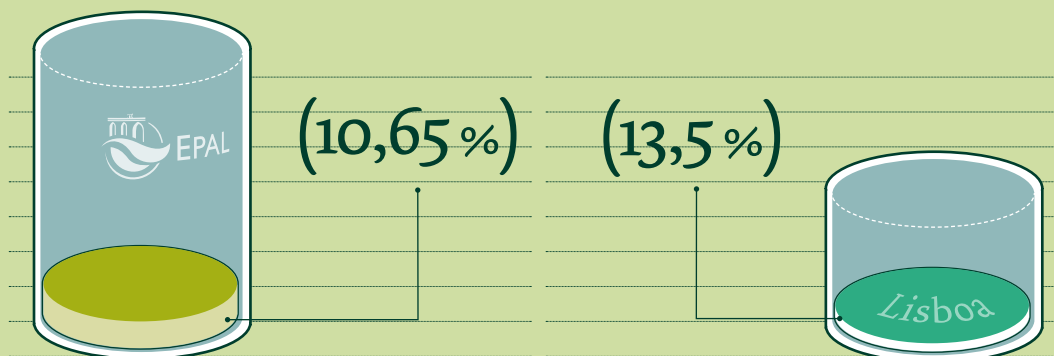
83 250 Ramais de ligação

5 Zonas altimétricas



Água não facturada

O volume de água não facturada resulta da diferença entre o volume captado e o volume facturado.



● Volume de Água não facturada
● Volume de Água captada

● Volume de Água não facturada
● Volume de Água entrada em Lisboa



Registou-se uma diminuição de 3,6 milhões de m³ de água não facturada, face ao ano anterior.

O volume não facturado representa **10,65%** da água captada.

A água não facturada no Sistema de Produção e Transporte representa **4,31%** do volume captado, deduzido do volume entregue a Lisboa e do facturado aos Clientes Municipais.

A água não facturada no Sistema de Distribuição representa **13,50%** do volume entrado em Lisboa.

O volume de água não facturada em 2009 está compreendido entre os valores delimitadores do nível económico de perdas.

O nível económico de perdas é atingido quando o custo do controlo activo de fugas é igual ao custo marginal de produção de água.

Roturas / Monitorização / Controlo

Roturas	2009
Avárias em Conduatas na rede de Adução	10
Avárias em Conduatas na Rede de Distribuição (ERSAR)	638
Roturas em Ramais	1.057

Registaram-se 638 avárias na rede de distribuição (ERSAR), o que representa um índice de

44,66 avárias por 100km de conduatas no ano.

A constatação de uma estagnação no número de roturas, no período compreendido entre 2006 e 2009, levou à criação do Projecto Garantia de Serviço – PGS, com o objectivo de identificar e analisar as causas das roturas e implementar as acções necessárias para reduzir o seu número de forma consistente.

Metas definidas para o PGS:

- Final de 2010: 38 avárias/100 km/ano
- Final de 2011: 30 avárias/100 km/ano

No período em apreço, registaram-se 1057 roturas em ramais, o que representa 1,27% do número total de ramais existentes (83 250) e uma redução de 8,6% face ao ano anterior.

Actividade de Monitorização	2009
ZMTs permanentes na Cidade de Lisboa	5
ZMCs permanentes na Cidade de Lisboa	145
Percentagem Rede abrangida por ZMCs	97,0%

As Zonas de Monitorização e Transporte (ZMTs) foram criadas nas conduatas adutoras de grande diâmetro e com função principal de transporte de água dentro da cidade. As 5 ZMT existentes abrangem toda a rede por cada Zona Altimétrica não incluída nas ZMC activas.

As Zonas de Monitorização e Controlo (ZMCs) autonomizam zonas da rede de distribuição com o objectivo de reduzir o tempo de detecção e de reacção às anomalias na rede, melhorar a fiabilidade do serviço ao Cliente e avaliar os volumes de água não facturada.

Em 2009 foram instaladas 35 ZMCs, que adicionadas às 110 instaladas em anos anteriores, permitiram a cobertura de 97% da Rede de Distribuição. Os restantes 3% são abrangidos por ZMCs a instalar em 2010.

Todo o sistema é servido pelo IMC - Integração, Monitorização e Controlo, aplicação informática desenvolvida pela EPAL que regista os comportamentos do consumo e as variações de pressão nas ZMCs instaladas e identifica situações anómalas no abastecimento, em tempo real.

Consumo de energia

A energia eléctrica é a principal forma de energia utilizada pela EPAL.

Durante o ano de 2009 o consumo total de energia eléctrica do sistema produtivo e dos serviços de apoio atingiu o valor de

150,4
GWh

O sistema de captação, tratamento e adução foi responsável pelo consumo de 114,7 GWh, que representou um acréscimo de 0,54% face a 2008, enquanto que a distribuição absorveu 32,9 GWh, mais 16,67% que no período homólogo. A energia consumida pelos serviços de apoio atingiu os 2,8 GWh.

Em resultado de negociação efectuada no âmbito do Mercado Liberalizado, foram estabelecidos contratos com novo fornecedor de energia, a partir de meados de Junho, para 30 instalações da EPAL responsáveis pela maioria do consumo de energia eléctrica, designadamente 3 instalações alimentadas em Alta Tensão e 27 em Média Tensão. A redução de custos resultante destes contratos foi de 580 000 €.

Instalações Consumidoras Intensivas

Com Plano de Racionalização de Consumo

- EE da Amadora
- EE de Castelo de Bode
- EE dos Olivais
- EE de Telheiras
- EE de Valada Tejo
- EE de Vale da Pedra
- EE de Vila Franca de Xira

Sem Plano de Racionalização *

- ETA Asseiceira
- EE dos Barbadinhos

* Consideradas intensivas pelo Decreto-Lei nº 71/2008, de 15 de Abril, aguardam conclusão das auditorias energéticas e aprovação de plano de racionalização

Desempenho dos consumos específicos de energia em 2009

Com excepção da captação de Castelo de Bode, as restantes instalações apresentaram consumos específicos acima dos objectivos definidos nos planos de racionalização.

Os resultados apresentados têm de ser entendidos no contexto da definição regulamentar das reduções previsionais consideradas nos planos de racionalização. Com efeito, os objectivos estabelecidos através da metodologia especificada no Sistema de Gestão dos Consumos Intensivos de Energia, no que respeita à bombagem de água, não são em geral possíveis de atingir em situações de existência de equipamentos modernos ou em boas condições de manutenção, ligados a redes hidráulicas que se mantêm inalteradas em exploração.

A EPAL mantém actividades sistémicas de manutenção e conservação dos equipamentos que são substituídos sempre que justificado.

A redução do consumo específico verificada na EE de Castelo de Bode resultou do nível elevado da água na Albufeira e da renovação de motores e variadores de velocidade.

Todas as instalações consumidoras intensivas foram objecto de inspecções periódicas e intervenções de manutenção preventiva, sistemática e condicionada. Procedeu-se à instalação de variadores electrónicos de velocidade na Amadora e em Telheiras.

DESTAQUES

A gestão das diferentes fases do Ciclo da Água em que a EPAL tem intervenção foi orientada pelos princípios fundamentais da Sustentabilidade, da Qualidade do Serviço prestado aos seus Clientes e Consumidores e da Rentabilidade.

Em termos de resultados das acções desenvolvidas, destacam-se

- A qualidade do tratamento assegurado à água captada,
- A redução obtida nos volumes de água não facturada, que atingiram o nível mais baixo de sempre,
- O índice de cobertura da rede de distribuição por instrumentos de monitorização e controlo em funcionamento contínuo (97%).
- Abertura do mercado – contratação de novos fornecedores - Redução de custos.





Albufeira de Castelo de Bode - Abrantes - Sentieiras



Q

5.

ualidade
da água



Qualidade da Água

O controlo da qualidade da água é assegurado pelo cumprimento do PMQA – Programa de Monitorização da Qualidade da Água. O PMQA compreende o Controlo Legal, definido pelo Decreto-Lei nº 306/2007, de 27 de Agosto, e o Controlo Operacional e de Vigilância.

Controlo legal



1 248

Pontos de amostragem nas torneiras de Clientes



98

Pontos de amostragem instalados nos locais de entrega às Entidades Gestoras

7

Pontos de amostragem instalados nas entregas aos Clientes localizados em áreas de intervenção de outras Entidades Gestoras

Controlo operacional



139

Pontos fixos de amostragem na Rede de Distribuição da Cidade de Lisboa

Pontos de amostragem representativos do sistema de adução e transporte



39



52

Pontos de amostragem instalados nas origens de água

Determinações realizadas

Colhidas **7 190** amostras de água

Pesquisados **124** parâmetros e **228** substâncias

Realizadas **185 272** determinações distribuídas da seguinte forma:

Controlo Legal

Clientes Directos através da Adução	891
Entreguas a Entidades Gestoras	34 164
Torneiras de Consumidores na cidade de Lisboa	17 892
Sub-total	52 947
Controlo Operacional/Vigilância	
Captações subterrâneas	11 713
Captações superficiais	8 422
ETAs (águas de processo)	6 633
Sistema de Adução	40 831
Rede de Distribuição (Pontos Fixos)	64 726
Sub-Total	132 325
Total	185 272

Decorrentes de Reclamações, de Processos de Incumprimento de Valores Paramétricos e de operações de lavagem e desinfecção de Reservatórios e Conduitas foram recolhidas mais **1 585** amostras que originaram **15 401** determinações

Evolução da qualidade da água



Água nas Origens

Rio Zêzere – Albufeira do Castelo do Bode

Sem alterações significativas nos últimos anos, a qualidade da água da albufeira integra-se na Classe A1, à excepção do parâmetro Temperatura, que não é relevante face à profundidade a que é feita a captação.

Rio Tejo – Valada Tejo

A qualidade da água tem-se mantido estável, com agravamentos pontuais decorrentes de situações acentuadas de chuva e de seca. Para os parâmetros Temperatura e Sulfatos, a água do rio integra-se na Classe superior a A3 e quanto aos Coliformes Totais na Classe A3. Os restantes parâmetros controlados enquadram-se nas Classes A2 e A1.



Captações Subterrâneas

Águas mineralizadas e medianamente duras ou duras, cujos parâmetros cumprem os valores da Classe A1, sem evolução assinalável na qualidade.

Água Fornecida

Em Lisboa

Com excepção de alguns casos pontuais não repetitivos, a qualidade da água na torneira do consumidor cumpriu as normas definidas na legislação portuguesa, registando-se valores não conformes em 0,22 % (40 incumprimentos) das determinações de substâncias realizadas.

O número de determinações efectuadas em pontos de amostragem fixos instalados na rede de distribuição permitiu concluir que, com excepção de alguns casos pontuais não repetitivos, a água cumpriu as normas de qualidade definidas na legislação portuguesa, registando-se 0,11 % de incumprimentos do total de determinações de substâncias realizadas (72 incumprimentos).

A Entidades Gestoras

Nas determinações efectuadas em amostras colhidas nos pontos de entrega de água a Entidades Gestoras de Sistemas de Abastecimento de Água, registaram-se 0,08 % de valores não conformes (27 incumprimentos).

Comparativamente ao ano de 2008, tem de concluir-se que houve uma ligeira diminuição da qualidade da água fornecida pela EPAL, evidenciada pelo crescimento do número de incumprimentos nas amostras de água colhidas para verificação de requisitos legais e controlo operacional e de vigilância.

Divulgação de Dados

No sítio www.epal.pt e com periodicidade mensal, são divulgados mapas estatísticos das análises de demonstração de conformidade efectuadas em água colhida nas torneiras dos consumidores e das análises efectuadas nos pontos de entrega a Entidades Gestoras.

Trimestralmente:

- são publicados na imprensa nacional, os mapas estatísticos obtidos nas análises de demonstração de conformidade efectuadas em água colhida nas torneiras dos consumidores.
- são enviados às entidades gestoras de sistemas de distribuição de água os mapas estatísticos obtidos nas análises de demonstração de conformidade efectuadas nos respectivos pontos de entrega.
- Procedem-se ao envio a Entidades Gestoras de Sistemas de Hemodiálise dos mapas estatísticos obtidos nas análises efectuadas em amostra de água colhidas em pontos de amostragem representativos do fornecimento.

DESTAQUE

O controlo da qualidade da água é uma preocupação permanente da gestão da EPAL, na medida em que constitui um factor da maior relevância para a Sustentabilidade e para a Qualidade do Serviço da empresa.

No âmbito da qualidade da água regista-se, em 2009, o crescimento ligeiro do número de incumprimentos de valores paramétricos nos controlos legal, operacional e de vigilância realizados.





Carvalho-carrasco *Quercus coccifera*



6.



C lientes

O universo de Clientes da EPAL compreende clientes municipais, multimunicipais e directos.

Clientes Municipais

São clientes municipais da empresa:

ALCANENA		AMADORA		BATALHA		CARTAXO	
CASCAIS		CONSTÂNCIA		ENTRONCAMENTO		LEIRIA	
LOURES		MAFRA		ODIVELAS		OEIRAS	
OURÉM		PORTO DE MÓS		SANTARÉM		SINTRA	
TOMAR		TORRES NOVAS		V. FRANCA DE XIRA		V. NOVA DA BARQUINHÃ	

Cliente Multimunicipal



A EPAL, através da Águas do Oeste, abastece indirectamente 12 concelhos:

Alenquer	Bombarral	Peniche	Arruda dos Vinhos
Azambuja	Cadaval	Óbidos	Sobral de M ^{te} Agraço
Torres Vedras	Lourinhã	Rio Maior	Caldas da Rainha

Clientes Directos

No final de 2009, o número de Clientes Directos da EPAL era de **348 050**, mais 0,44% que no ano anterior. Os clientes directos distribuem-se pelos seguintes tipos:

- Domésticos 296 587
- Comércio e Indústria 43 932
- Estado, Câmara Municipal de Lisboa e Embaixadas 4 825
- Instituições Privadas de Direito Público 2 704
- Unidades Militares 2

Prestação de Serviços

Total da venda de água **217 085** ^{10³} m³

Clientes	2008 *	2009 *	Variação
Municipais	132 793	136 517	2,80%
Multimunicipal	19 336	21 233	9,81%
Directos	59 127	59 335	0,35%
Total	211 256	217 085	2,76%

* 10³ m³



Contrariamente ao que vinha sucedendo nos últimos anos, a evolução dos volumes de água vendida registou, em 2009, um crescimento da ordem dos **2,76%**. Embora relativamente aos clientes directos se tivesse mantido a estabilização, as vendas aos clientes municipais e à Águas do Oeste tiveram uma evolução de sentido crescente.

Outras prestações de serviços



Foram prestados serviços de análises laboratoriais, de reparação, verificação metro-lógica e calibração de contadores e no âmbito da comercialização do AQUAmatrix a diversas entidades externas, cujo valor global ascendeu a 1,750 milhões de euros, representando 1,17% do total de vendas da empresa.

Níveis de Serviço

Suspensões de serviço com impacto em Clientes

		2008	2009	Variação
Por tempo				
Total Produção e Transporte	h	571	381	-33%
Programadas	h	498	187	
Não Programadas	h	73	194	
Total Distribuição	h	5.234	4.994	-5%
Programadas	h	1.673	1.377	
Não Programadas	h	3.561	3.617	

Suspensões de Serviço com impacto		2008	2009	
Por quantidade				
Total Produção e Transporte	nº	39	22	-44%
Programadas	Nº	34	18	
Não Programadas	nº	5	4	
Total Distribuição	nº	1373	1268	-8%
Programadas	nº	389	309	
Não Programadas	nº	984	959	
Eficácia do serviço				
Interrupções serviço > 4h - Municipais	nº	30	14	-53%
Interrupções serviço > 4h - Directos	nº	494	494	0%
Interrupções serviço > 12h - Municipais	nº	17	6	-65%
Interrupções serviço > 12h - Directos	nº	29	25	-14%

A análise comparativa das suspensões realizadas em 2008 e 2009 revela uma redução assinalável, tanto no tempo como no número de interrupções, o que constitui uma melhoria evidente do nível de serviço

Atendimento

O número de atendimentos de clientes em 2009 foi de 511 441, assim distribuído



Destaque para o número de atendimentos via internet, facto que aliado ao número de clientes que aderiram à e-conta da água, evidencia uma progressiva utilização deste meio de comunicação. Em 2009, das cerca de 4,186 milhões de facturas emitidas, 5,4% foram enviadas via internet.

Evolução do atendimento presencial nos últimos três anos

	2007	2008	2009
Loja do Cidadão	58366	67102	63568
Loja da Sede	158691	178749	168383
Total	217057	245851	231951



Evolução do atendimento telefónico

	2007	2008	2009
Contact Center	212672	240279	252016

Os indicadores de atendimento melhoraram em 2009, tanto no atendimento telefónico como no presencial.

Níveis de satisfação

Foram implementadas, em 2009, novas metodologias de aferição dos níveis de satisfação de clientes:

- **O ECSI – Estudo Nacional de Satisfação de Clientes**, que resulta de uma parceria entre a Associação Portuguesa da Qualidade, o Instituto Português da Qualidade e o Instituto Superior de Estatística e Gestão da Informação da UNL – Universidade Nova de Lisboa, traduz um sistema que visa medir a qualidade dos bens e serviços através da aplicação de um questionário à satisfação, abrangendo empresas de sectores distintos (banca, seguradoras, comunicações, distribuição, energia, transportes e agora, com a parceria da APDA, também o sector da água), permitindo à EPAL dispor, não só de um índice de satisfação dos seus clientes, mas também da sua comparação face ao sector em que está inserida e a outros sectores a nível nacional.

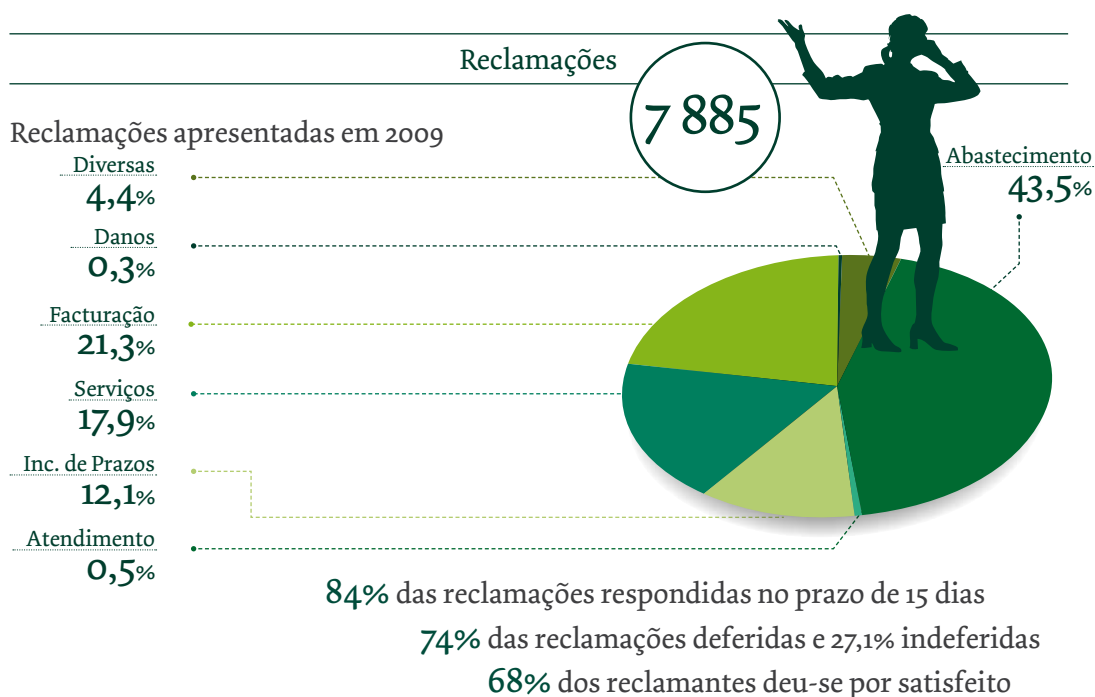
Variáveis latentes	EPAL	Sector da água
Imagem	7,51	7,23
Expectativas	7,04	6,87
Qualidade apercebida	7,40	7,19
Valor apercebido	6,29	5,80
Satisfação	7,32	6,84
Reclamações	6,48	5,98
Lealdade	6,92	6,48

Apesar da evidência da posição de destaque da EPAL no Sector da Água, os resultados obtidos permitem identificar áreas de melhoria nos domínios do valor apercebido e das reclamações. Em ordem à melhoria do índice de satisfação do cliente, considera-se que deverão ser especialmente trabalhados a imagem e a qualidade apercebida.

• **O Barómetro da Qualidade da Água**, é uma metodologia aplicada por uma empresa de estudos de mercado a uma amostra representativa da população da cidade de Lisboa, com o objectivo de avaliar a satisfação com o produto oferecido, permitindo conhecer a representatividade dos Clientes que bebem/não bebem água da EPAL e os motivos, o grau de confiança na qualidade da água e a percepção dos clientes quanto à relação qualidade/preço da água

	Doméstico	Empresarial
Confiança na água da EPAL	90%	92%
Bebem água da EPAL	85%	77%
EPAL realiza controle de qualidade da água	84%	87%
Preço da água da EPAL adequado	56%	56%

A avaliação feita à adequação do preço da água reflecte a não distinção entre este e as tarifas da Câmara Municipal de Lisboa, cobradas nas facturas emitidas pela EPAL. Os demais indicadores do barómetro confirmam a qualidade da água fornecida.



DESTAQUES

A relação da EPAL com os seus clientes é o domínio, por excelência, do princípio orientador da gestão da empresa relativo à Qualidade dos Serviços.

Salienta-se a evolução verificada nas vendas de água, que cresceram 2,76%, face ao ano anterior e a melhoria dos níveis dos serviços prestados, sobretudo quanto à fiabilidade do abastecimento, na medida em que tanto na quantidade como no tempo das suspensões houve reduções significativas.

Os dados obtidos nas novas metodologias de aferição da satisfação dos clientes, apesar de francamente positivos, constituem um estímulo para o desenvolvimento de acções de maior aproximação e de melhoria da eficiência operacional.





Albufeira de Castelo de Bode - Abrantes - Bairrada



AS^{8.} pessoas



À data de 31 de Dezembro de 2009, a EPAL tinha no activo

768

trabalhadores

571

HOMENS



197

MULHERES

Os princípios e práticas da empresa na gestão dos seus recursos humanos orientam-se pela igualdade de tratamento e de oportunidades entre homens e mulheres, pela rejeição de quaisquer discriminações, pelo cumprimento dos compromissos assumidos no Código de Ética, pela promoção da valorização profissional e pelo respeito da vida pessoal e familiar.

Movimentos de pessoal no ano

Admissões

23

Saídas

43



10

HOMENS



31



13

MULHERES



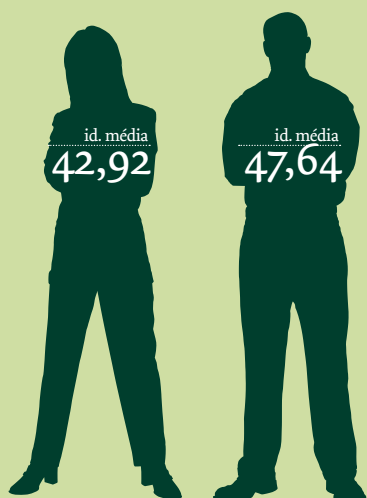
12

Motivos de saída

Motivo das Saídas	Homens	Mulheres
Reformas	5	
Demissões		1
Cessaçao Contrato		3
Falecimentos		1
Pré-reformas	26	7
TOTAL	31	12

Idade

A idade média dos trabalhadores da EPAL à data de 31 de Dezembro de 2009 era de 46,43 anos, o que representa uma redução de 0,13% face a 2008

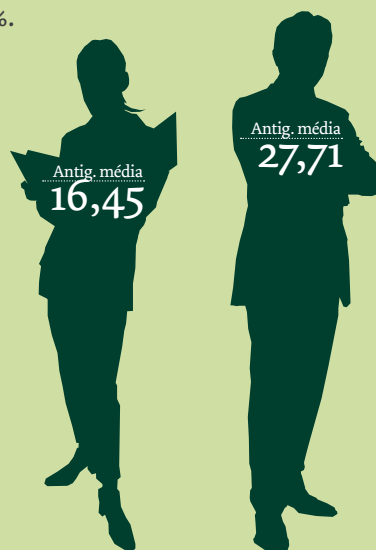


Nível Etário	Total
18-29 anos	51
30-54 anos	506
55-64 anos	208
65 e mais	3

Antiguidade

A antiguidade média dos trabalhadores da EPAL, à data de 31 de Dezembro de 2009, era de 20,36 anos, o que representa uma redução de 0,82%.

Nível de Antiguidade	Total
0-10 anos	202
11-20 anos	132
21-30 anos	238
31-40 e mais	196



Absentismo

A taxa de absentismo registada em 2009 foi de 4%, reflectindo uma subida de cerca de 1% em comparação com o ano de 2008.

O aumento da taxa deve-se, essencialmente, a alterações legislativas no âmbito da parentalidade e a factores relacionados com a doença.

As doenças, partos, parentalidade e acidentes de trabalho foram os motivos responsáveis pelo maior número de horas de faltas.

Distribuição por níveis profissionais



Nível de Qualificação	Homens	Mulheres
Quadros Superiores	66	33
Quadros Médios	90	75
Enc., Mestres e Contramestres	40	2
Altamente Qualificados	101	32
Qualificados	271	53
Semi-qualificados	3	2
TOTAL	571	197

Comparativamente ao ano de 2008, registou-se um crescimento relativo dos Quadros Médios e a redução dos números inerentes aos níveis imediatamente abaixo daqueles.

Distribuição por níveis de habilitações

Nível de Habilitações	Homens	Mulheres	Total
Ensino Básico	312	47	359
Ensino Secundário	144	49	193
Ensino Superior	115	101	216

Evolução do nº de trabalhadores por nível de habilitações



Novas Oportunidades

Desde princípios de 2008 até 31 de Dezembro de 2009 registaram-se 135 adesões de trabalhadores à iniciativa Novas Oportunidades, tendo já sido obtidas 77 certificações. Como factor mais relevante, em 2009, destaca-se a outorga de Protocolo com a Fundação para a Divulgação das Tecnologias de Informação, que permitiu a instalação de um centro de formação dedicada no recinto dos Olivais.

Nº de colaboradores aderentes

135



4º ano	8
6º ano	69
9º ano	58
Total	135

Nº de colaboradores certificados

77



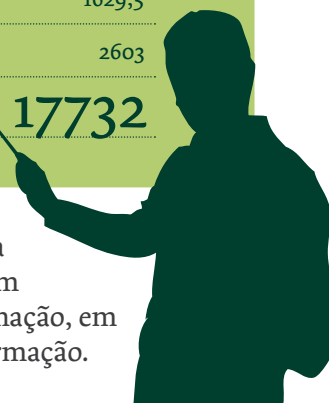
9º ano (antes 4º)	3
9º ano (antes 6º)	46
12º ano (antes 9º)	28
Total	77

Formação

A expressão das realizações de 2009 no domínio da formação pode observar-se no quadro seguinte:

Nível de Qualificação	Nº. Formandos	Nº. Participantes	Horas de Formação
Quadros Superiores	612	93	5545,5
Quadros Médios	840	142	7314
Enc., Mestres e Contramestres	59	26	640
Altamente Qualificados	249	83	1629,5
Qualificados	341	158	2603
TOTAL	2101	502	17732

A comparação dos dados do quadro anterior com os de 2008 revela um desenvolvimento assinalável, evidenciado pelo crescimento em 43% do número de trabalhadores que frequentaram acções de formação, em 94 % do número de formandos e em 9% do número de horas de formação.



Segurança e higiene no trabalho

Em 2009 ocorreram 11 acidentes de trabalho com baixa, num total de 19 acidentes, cuja expressão em termos de indicadores de segurança se apresenta nos quadros seguintes:



Taxa de Frequência

Anos	2007	2008	2009
TF	20,23	18,25	15,22
Tf	16,34	11,9	8,81

TF = N.º total de acidentes X 10⁶ / horas de exposição ao risco

Tf = N.º de acidentes com incapacidade temporária absoluta X 10⁶ / horas de exposição ao risco

Taxa de Gravidade

Anos	2007	2008	2009
TG	0,91	0,47	1,16
Tg	0,71	0,21	0,33
TGMédia	0,734	0,734	0,734

TG = N.º de dias de incapacidade (inclui os de A.T. de anos anteriores) X 10³ / horas de exposição ao risco

Tg = N.º de dias de incapacidade (só do próprio ano) X 10³ / horas de exposição ao risco

Destaque para o indicador TF cujo valor é o melhor dos últimos anos, representando uma redução de cerca de 17% em relação ao ano anterior.

Medicina do trabalho



1148

Exames médicos

1807

Consultas de estomatologia

2587

Consultas nos postos de ARS instalados na Empresa

204

Consultas de nutrição

1452

Tratamentos de fisioterapia

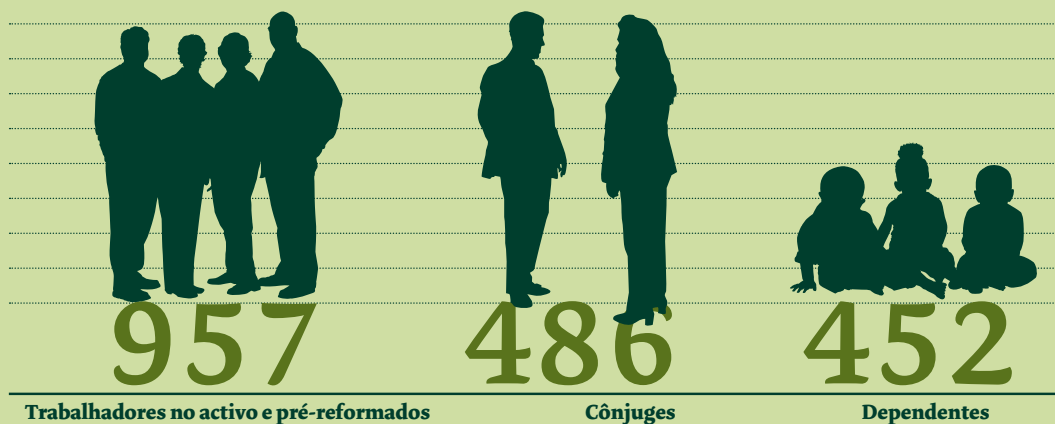
Regista-se a implementação do Plano de Contingência para a gripe H1N1, no âmbito do qual, com o empenho e envolvimento de toda a Empresa, foram:

- ▶ Identificados trabalhadores prioritários
- ▶ Designados e formados gestores da gripe
- ▶ Realizadas campanhas de etiquetas respiratórias
 - ▶ Distribuídos materiais de limpeza e desinfecção de instalações e pessoas
- ▶ Realizadas campanhas de vacinação voluntária

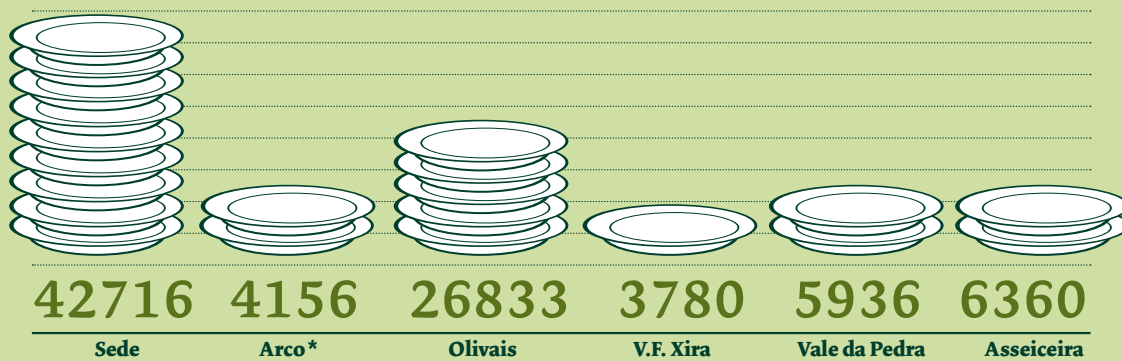


Benefícios sociais

O Seguro de Saúde contratado pela Empresa abrange 1895 pessoas.



Em 2009 foram servidas, nos 6 refeitórios da EPAL, 89 781 refeições

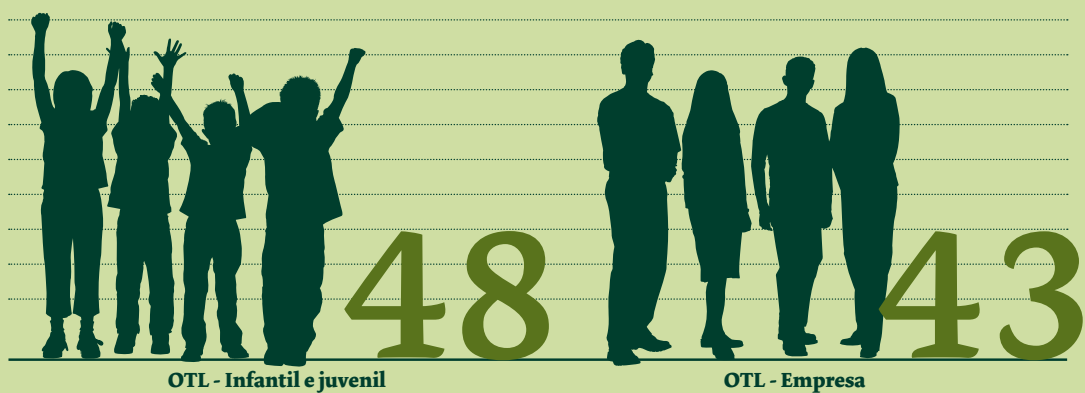


* Desactivado em 23 de Dezembro de 2009

Foram distribuídos 1866 cabazes de Natal



Em 2009, foram abrangidos 91 filhos de Trabalhadores pelos Programas de Ocupação de Tempos Livres da Empresa.



Destaque

A Gestão das Pessoas na EPAL, em 2009, traduziu-se em resultados positivos nos seguintes domínios:

Redução de efectivos

Rejuvenescimento

Níveis de Habilitação

Mobilidade Interna

Formação

Cuidados de Saúde





Folha de Hera

A silhouette of three construction workers wearing hard hats and work clothes, standing together and looking at a large sheet of paper or plans held by the worker on the right.

I 8. nvestimentos

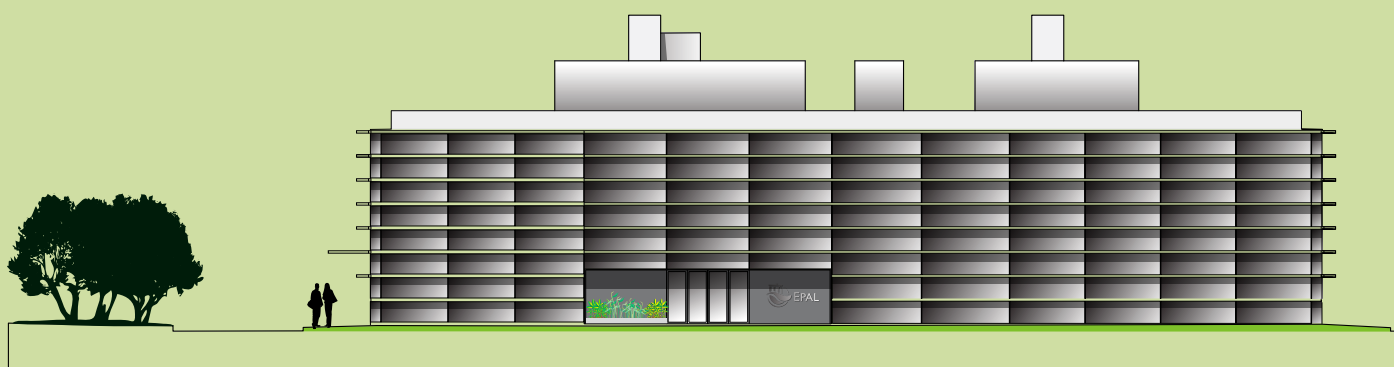
INVESTIMENTO 2009

Descrição	Valor
	euros
Garantia da Capacidade	4.130.645
Ampliação do subsistema de Castelo do Bode	3.354.405
Ampliação da rede de distribuição	770.244
Outros	5.997
Garantia da Fiabilidade e Segurança	13.272.014
Renovação da rede de Distribuição	8.963.925
Renovação da rede de Adução	921.498
Reabilitação de Estações Elevatórias e Reservatórios	2.601.774
Outros	784.817
Garantia da Qualidade	7.424.206
Novo Laboratório Central	6.695.164
Outros	729.042
Sustentabilidade e Inovação	766.272
Monitorização e controlo	601.330
Eficiência energética	164.943
Tecnologias de Informação e Comunicação	651.020
Aquamatrix	320.386
Infraestruturas e Telegestão	311.916
Outros	18.718
Outros Investimentos	551.772
Centralização de Funções nos Olivais	253.236
Outros	298.536
TOTAL	26.795.930

A EPAL manteve em 2009 a sua estratégia de investimento orientada para o reforço da garantia da fiabilidade e segurança do abastecimento e da garantia da qualidade da água. No total, realizou investimentos da ordem dos **26,8 milhões de Euros**, correspondendo a uma variação positiva de 2,2% face a 2008, os quais se destinaram, maioritariamente, a obras de renovação de condutas adutoras e de distribuição, à reabilitação da Estação Elevatória dos Olivais e à construção das novas instalações do Laboratório Central.

No contexto de uma organização que procura desenvolver uma gestão adequada dos activos necessários à sua actividade, com planos e programas de manutenção e inspecção sistematicamente executados, a política de investimentos da EPAL deve estar orientada para a suficiência do abastecimento, para a garantia da fiabilidade e segurança do sistema e para a garantia da qualidade da água, sem esquecer a indispensável vertente da inovação e modernização tecnológicas. O conhecimento das características e do histórico dos activos, das tendências de evolução do mercado em que opera e a disponibilidade de instrumentos de planeamento a longo e médio prazos permitem uma programação prioritizada e segura dos investimentos necessários à salvaguarda dos valores e objectivos fundamentais da empresa.

Novo laboratório



Traçado da fachada poente (entrada principal) do novo edifício do Laboratório

A construção do edifício para o Laboratório Central da empresa no recinto dos Olivais é um objectivo cuja concretização aguardou vários anos. Com efeito, existem já registos da elaboração de um anteprojecto nos anos 40, que não chegou a ter qualquer seguimento. Foi o ano de 2009 que viu o arranque das obras de construção do novo edifício.

Dispondo de uma área coberta de 1 970 m², as instalações compreendem 4 pisos, um subterrâneo, com área para armazéns e estacionamento, dois para as áreas laboratoriais e administrativa e um quarto piso, técnico, na cobertura.

O novo laboratório corresponde a um investimento global da ordem dos 12,9 milhões de euros, dos quais 6,7 milhões realizados em 2009.

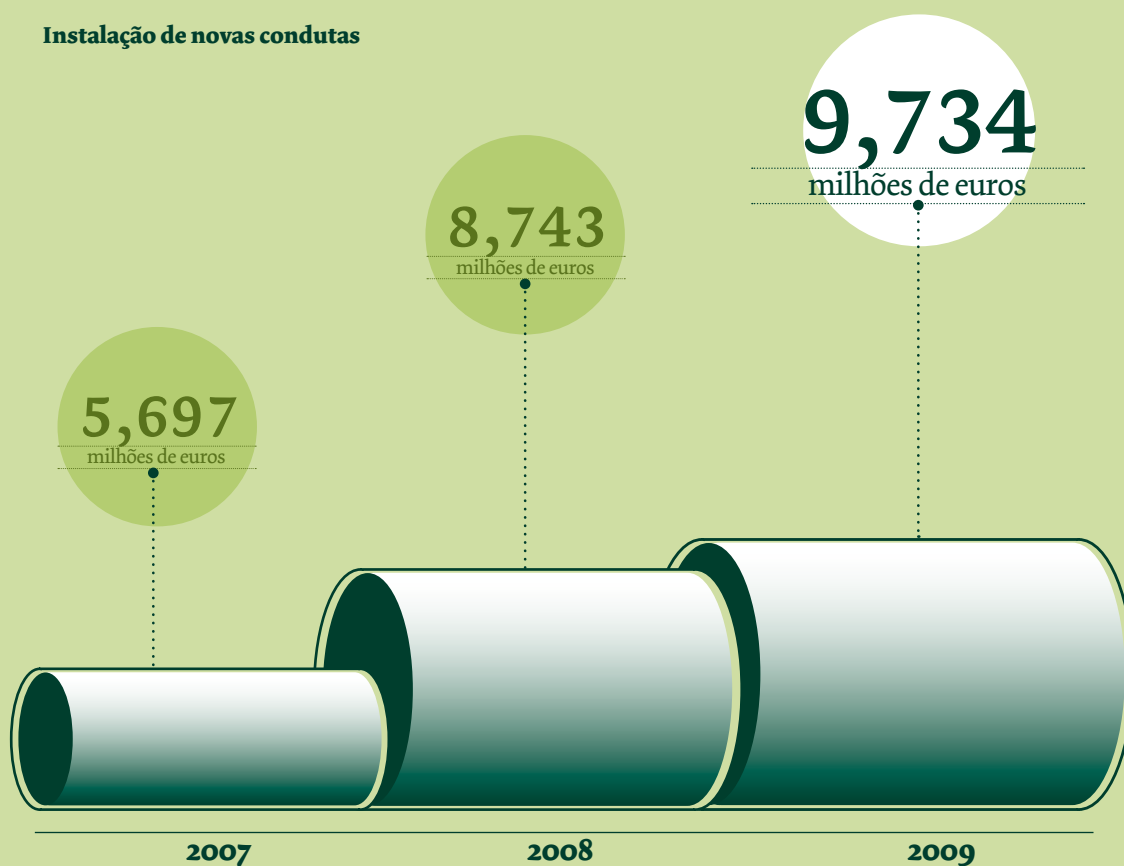
Ampliação e Renovação da rede

No ano de 2009 o investimento efectuado pela EPAL na instalação de novas condutas na rede de distribuição de água da cidade de Lisboa perpez cerca de 9,734 milhões de euros.

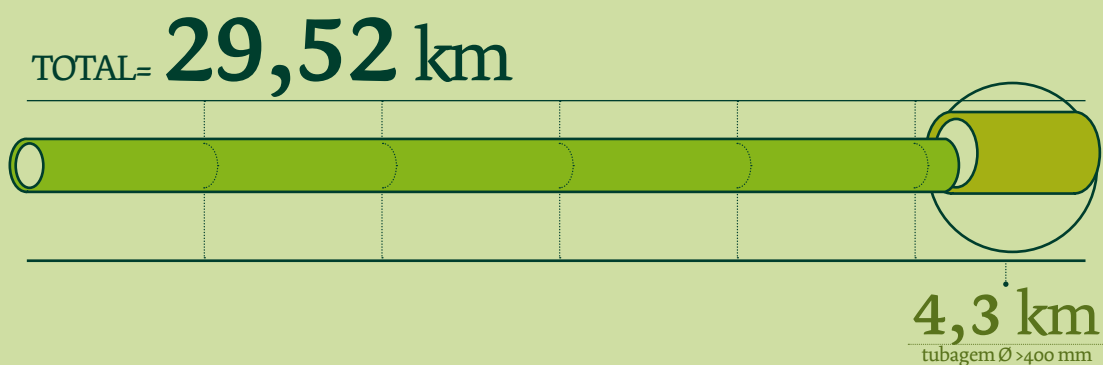
Foram substituídos 29,52 km de condutas, dos quais 4,3Km de tubagem de diâmetro superior a 400 mm. A rede foi ampliada de 4,8 km.

A taxa de reabilitação anual da rede de distribuição em 2009 foi de 2,1%.

Instalação de novas condutas



Substituição de condutas







Floresta de coníferas junto vale glaciário do rio Zêzere



Sistemas e processos de Gestão

9.



Plano de Segurança da Água

Seguindo novas metodologias preconizadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela International Water Association (IWA), a EPAL tem vindo a desenvolver desde 2007 uma abordagem de gestão de risco para o consumidor no que respeita ao fornecimento de água com qualidade e quantidade, tendo para o efeito procedido à implementação de um Plano de Segurança da Água no Sistema de Abastecimento da EPAL (PSA).

Durante o ano de 2009, realizaram-se as auditorias à captação superficial do rio Tejo (Valada Tejo), à estação de tratamento de Vale da Pedra, às redes prediais e às captações subterrâneas da Ota, Alenquer, Lezírias e Valada e aos respectivos tratamentos. No seguimento das auditorias e avaliações efectuadas, foi elaborada a versão final do PSA da Empresa.

Gestão de activos

Um dos grandes desafios que se colocam à EPAL passa pelo aumento da criação de valor através dos activos que suportam a sua actividade. Com efeito, sendo uma empresa de capital intensivo, a sua sustentabilidade económica depende significativamente da maximização da performance dos seus activos. Acresce que a optimização dos activos operacionais da empresa tem uma influência directa positiva na qualidade e na garantia dos níveis de serviço prestados aos seus clientes.

A EPAL considera a função Gestão de Activos como área fundamental no seu desenvolvimento estratégico. Em 2009 destacam-se os seguintes programas, sistemas e instrumentos:

Programa global de inspecções

Tendo presente a importância do conhecimento do estado de conservação dos seus activos, a EPAL implementou, em 2009, um Programa de Inspecções que permitiu sistematizar e calendarizar as acções de inspecção das suas infra-estruturas e equipamentos, orientadas de forma a constituírem um suporte de conhecimento real e centralizado.

Com base na informação obtida é possível:

- Determinar o ponto de partida da condição física - situação de referência do activo
- Elaborar o Risk Ranking para os vários tipos de infra-estruturas
- Determinar as estratégias de manutenção
- Fundamentar a tomada de decisão
- Seleccionar e priorizar os investimentos
- Estudar e desenvolver modelos de degradação de materiais e infra-estruturas

Em 2009 foram inspeccionados os seguintes activos:

- Estações de captação 2
- Postos de cloragem 2
- Estações elevatórias 20
- Reservatórios 28
- Postos de transformação 3
- Km de adutores de diâmetro superior a 1 500 mm 21
- Obras especiais 11
- Galerias e túneis 2
- Chaminés de equilíbrio 1

Sistema de Gestão da Manutenção - Maximo

Tendo em vista a correcta implementação dos novos conceitos e práticas da manutenção no contexto do aproveitamento otimizado das ferramentas do MAXIMO, foi constituído o Grupo de Trabalho “MAXIMO – Gestão de Activos”. Integrando diferentes sensibilidades e experiências, ao grupo foi cometido o desenvolvimento de trabalhos em 2 fases. Na primeira, definiu o Caderno de Requisitos, que inclui o Modelo de Dados da Manutenção, e na segunda, a concluir em 2010, deverá assegurar o desenvolvimento da plataforma MAXIMO por forma a construir um Portal Corporativo de Manutenção, onde se consolidará e cruzará toda a informação correlacionada.

Metodologia de Selecção de Investimentos

Foi definida e implementada nova metodologia para a prioritização dos investimentos. Estabeleceram-se 4 categorias de investimentos - correntes, novos, de reabilitação/renovação e estratégicos. Foi congregado um Painel de Peritos constituído por cinco grupos, tendo cada um destes grupos o objectivo de apresentar as propostas de investimento (PI) respeitantes às seguintes grandes naturezas de activos:

- Rede de Distribuição;
- Rede de Adução;
- Reservatórios;
- Postos de Cloragem, Estações Elevatórias e Postos de Transformação;
- Medidores de Caudal.

Em termos de ferramentas utilizadas destacam-se;

- Nas redes de adução e distribuição, as matrizes multicritério, já desenvolvidas no ano anterior, mas enriquecidas com a informação obtida através do programa de inspecções.
- Para as estações elevatórias, postos de cloragem e de transformação a ferramenta de análise de riscos, desenvolvida, para o efeito, em 2009, e que também incorpora a informação resultante das inspecções.

Gestão de Clientes



O AQUA matrix é um sistema integrado, concebido e desenvolvido pela EPAL, para a gestão comercial dos sectores da água, saneamento e resíduos sólidos urbanos.

Com elevado grau de flexibilidade e parametrização, dispõe de soluções para o planeamento e controlo das actividades operacionais dos serviços a clientes e de interfaces com sistemas de gestão de activos, de informação geográfica, telemetria e gestão documental.

Ao nível do mercado nacional das “utilities” registou, no ano de 2009, uma evolução muito significativa, com o crescimento da quota de mercado de 11% em 2008, para 25,7% em 2009.

Entidades Gestoras parceiras no AQUA matrix



Gestão de Recursos Humanos

Procedeu-se, em 2009, à análise e diagnóstico do sistema de avaliação de desempenho da EPAL, na sequência do que foi entendido conceber e implementar um novo modelo.

O novo sistema de avaliação centra a sua intervenção na definição e aprovação de objectivos da empresa, de objectivos partilhados e de objectivos de eficácia/eficiência individual.

Considera, ainda, as competências dos avaliados a três níveis – transversais, de gestão e funcionais. A avaliação é realizada a partir da relação existente entre os níveis de proficiência pré-definidos para cada cargo e os resultantes da avaliação do desempenho individual.

O processo de avaliação desenvolve-se em 2 fases – intermédia e final – e prevê a definição de planos de desenvolvimento profissional para os avaliados.

Sistema de Informação de Gestão

Em 2009 foi lançado um novo Sistema de Informação de Gestão, designado por MIS, cujo modelo passa pela constituição de uma estrutura de informação assente em métricas e relatórios para a gestão.

Foram definidos como objectivos do novo sistema:

- Melhorar a qualidade da informação;
- Ser a fonte primária de informação de gestão, constituindo um repositório centralizado de informação operacional, actual e histórica;
- Maximizar a eficiência das tarefas de recolha e tratamento de informação, para uso interno e reporting externo;
- Disponibilizar a informação necessária para a gestão, de forma a objectivar a tomada de decisão;
- Fomentar a auto-análise crítica da performance;
- Uniformizar conceitos e assegurar definições únicas para os indicadores;
- Criar indicadores em falta e relevantes para a gestão;
- Estabelecer valores de referência para os indicadores;
- Formalizar os processos de reporting e harmonização de estrutura e formatos dos relatórios.

Pretendendo ser a fonte primária de informação de gestão da empresa, constituindo um repositório centralizado de informação operacional e financeira, foi construído através de um processo transversal envolvendo toda a empresa, na definição de indicadores e processos de registo de informação.

Gestão de Situações Críticas

O WSmart é uma associação de empresas de várias nacionalidades que desenvolve actividades nos domínios do estudo de soluções de identificação e mitigação de riscos e de procedimentos para a gestão de crises.

Em finais de Março a EPAL foi anfitriã de Workshop internacional da WSmart dedicado à segurança da água, no qual participaram mais de 50 pessoas de associações e empresas de vários países.

Em Junho de 2009, a EPAL contratou à WSmart o desenvolvimento de um projecto para definição de procedimentos e planos de contingência para a gestão de situações críticas que possam pôr em causa o sistema de abastecimento da empresa ou o fornecimento de água.

Procedeu-se ao levantamento e identificação dos riscos do sistema e realizaram-se acções de formação de formadores para que as equipas operativas obtivessem conhecimentos, capacidade e competências para assegurarem as respostas adequadas às situações de crise. Promoveram-se exercícios de ensaio e adestramento e está prevista, para Março de 2010, a realização de um simulacro com envolvimento estimado de 80 quadros da empresa, acompanhados por uma equipa multidisciplinar de peritos estrangeiros.

Arquivo Histórico

Nos domínios do Arquivo Histórico foi concluída a 1ª fase do tratamento documental dos três acervos de investigação: Arquivo, Biblioteca e Arquivo Fotográfico e promoveu-se o restauro de documentos em pior estado de conservação.

Implementou-se o projecto de preservação do património intangível, que consiste na salvaguarda de depoimentos com interesse histórico recolhidos através de testemunhos de antigos e actuais trabalhadores .

Deu-se início ao projecto de inventariação de peças com interesse museológico, tendo sido identificadas 1400 dispersas pelos vários recintos da Empresa





Ribeira de Codes junto ao Penedo Furado - matas ripícolas



I

10.

nnovação e Desenvolvimento



A Inovação, no ano de 2009, congregou um conjunto significativo e diversificado de esforços, nomeadamente nas dimensões técnica, da biodiversidade e da gestão. Foi desenvolvida uma estratégia de relacionamento internacional com empresas congéneres e com instituições de investigação com o objectivo de se potenciarem as realizações neste domínio.

Destacam-se os seguintes aspectos:

Energias renováveis

Nos domínios do aproveitamento de energias renováveis, foram postos em funcionamento sistemas de microgeração fotovoltaica em 12 recintos da EPAL, os quais produziram 55662 kWh. Esta energia foi injectada na Rede Pública, sendo o seu valor de cerca de € 36000.

Relativamente à energia eólica, foram adjudicados trabalhos de monitorização do vento em 2 recintos da EPAL, cujos resultados servirão de base à elaboração do estudo de viabilização técnico-económica para a instalação de centrais.

Quanto à energia hídrica foi decidido o lançamento de concurso, em 2010, para a instalação de 4 centrais mini-hídricas, em derivações do Adutor de Circunvalação e no troço intermédio do Adutor de Castelo de Bode.

Biodiversidade

Com o objectivo de promover e salvaguardar a biodiversidade em áreas geográficas sob sua directa influência, a EPAL lançou o projecto “Nascentes para a Vida” que visa a elaboração de um “Plano para a Conservação das Ribeiras e Zonas Húmidas da Bacia Drenante Adjacente à Albufeira de Castelo do Bode”.

O projecto está a ser desenvolvido em parceria com o ICNB – Instituto de Conservação da Natureza e Biodiversidade, o GEOTA – Grupo de Estudos do Ordenamento do Território e Ambiente e a APENA – Associação Portuguesa de Engenharia Natural, e prevê a realização de acções de estudo, caracterização, sensibilização e conservação que possam contribuir para a melhoria das condições das ribeiras afluentes da Albufeira e para a preservação da biodiversidade nelas existente.

As acções desenvolvidas em 2009 centraram-se na caracterização da bacia afluenta e das linhas de água da albufeira, tendo sido concluídos os trabalhos de recolha, levantamento e actualização de cartas de:

- Uso do Solo
- Unidades de Vegetação
- Características hidrológicas do solo
- Risco de erosão
- Linhas de água
- Vegetação ripícola
- Caracterização geológica
- Pontos de água

- Fontes de poluição
- Perigosidade de incêndio florestal
- Intensidade sísmica
- Risco de inundação

Os custos envolvidos no projecto atingiram, em 2009, cerca de 72 mil euros.

Investigação e Desenvolvimento

Projecto TECHNEAU “Technology enabled universal access to safe water”

O projecto TECHNEAU foi apresentado no 6º Programa Quadro da União Europeia e conta com a participação de 30 instituições que exercem actividades de I&D no âmbito da água para consumo humano e de 16 entidades gestoras de sistemas de abastecimento de água para consumo humano.

As actividades integradas no projecto estão distribuídas por 8 áreas de trabalho, tendo a EPAL colaborado, em 2009, na validação de metodologias desenvolvidas nas áreas WA3 – Monitorização e tecnologias de controlo para a alta qualidade da água distribuída, WA5 – Operação e Manutenção, e WA7 – Validação e demonstração.

COST ACTION 637 – METEAU “Metals and Related Substances in Drinking Water”

Trata-se de uma acção criada e desenvolvida no âmbito da IWA – International Water Association, na qual a EPAL tem colaborado activamente nos últimos anos. Em 2009, realizou-se o estudo de caracterização das emissões de metais para a água de consumo



humano, nos pontos de utilização final na cidade de Lisboa, tendo sido analisados os parâmetros crómio, cobre, níquel e chumbo.

De modo a manter a continuidade da rede de especialistas que têm colaborado na Acção COST 637, foi proposta pela EPAL à IWA, que aprovou, a constituição do Grupo de Especialistas “Metals and Related Substances in Drinking Water”.

A vice-presidência do Comité de Gestão da Acção COST foi assumida pela Directora do Laboratório Central da EPAL.

Projecto SAFEWATER “Desenvolvimento e Validação de Processos Integrados de Tratamento de Água de Consumo em Portugal e Noruega

O projecto está a ser desenvolvido na EPAL, em parceria com o IBET – Instituto de Biologia Experimental e Tecnológica, NTNU – Universidade Norueguesa de Ciência e Tecnologia, SMAS de Almada e Águas do Algarve e é financiado pela União Europeia, com um horizonte de realização até 2011.

Os objectivos do SAFEWATER são a validação de métodos analíticos e microbiológicos e de processos de desinfecção em unidades de tratamento de nanofiltração, a implementação de uma estação piloto e a elaboração de procedimentos de trabalho.

Projecto da IWA “Bonn Network”

O objectivo deste projecto é o desenvolvimento de uma ferramenta informática de apoio às empresas que pretendam desenvolver e implementar Planos de Segurança da Água. A EPAL tem procedido à análise da ferramenta informática e participou em várias conferências e no workshop “Application of Research into Practice”, realizado em Haia, em 16-18 Fevereiro 2009.



Albufeira de Castelo de Bode - Abrantes - Cabeça Ruiva





Floresta de Vidoeiros (*Betula* sp) junto vale glaciário do rio Zêzere



D

11.

Desempenho Económico e Financeiro

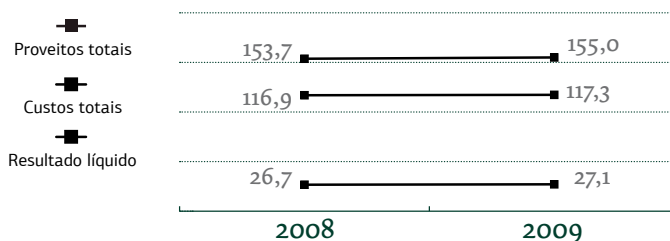


Resultado Líquido de 2009

27,1

milhões de Euros,

Em 2009, a EPAL atingiu um resultado líquido de 27,1 milhões de Euros, crescendo 1,7% face ao ano anterior. O montante global de proveitos subiu 0,8%. O total de custos cresceu ligeiramente, e de forma controlada, para mais 0,3% face a 2008.



Volume de Negócios

Volume de Negócios em 2009

149

milhões de Euros,

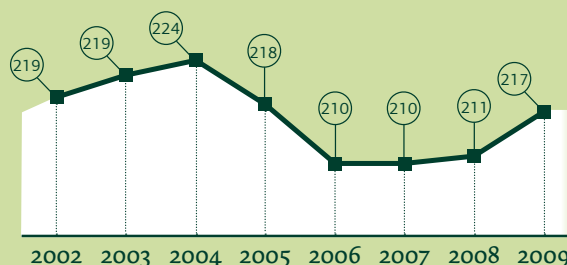
A Empresa cresceu 3,9% em termos de volume de negócios, atingindo 149 milhões de Euros. O valor da venda de água, incluindo a quota de serviço, registou um aumento de 3,8%, enquanto que as prestações de serviços, nomeadamente serviços de abertura de água, leituras e processos de abastecimento elevaram-se em 7,1%.

	2006	2007	2008	2009	Variação 09/08	
					Valor	%
Vendas	134.424	137.377	140.942	146.302	5.360	3,8
Prestações de serviços	2.936	2.592	2.584	2.767	183	7,1
Volume de negócios	137.360	139.969	143.526	149.069	5.543	3,9

De 2004 a 2006 assistiu-se a uma quebra dos volumes de água vendidos, observando-se posteriormente uma estagnação desses valores. O ano 2009 registou um volume de água vendida de 217 milhões m³, o que corresponde a uma inversão de tendência, embora não se afigure possível definir qual o sentido que este indicador terá no futuro. Por seu turno, a EPAL continuará activamente empenhada na sensibilização para o consumo racional de água por parte dos seus clientes.



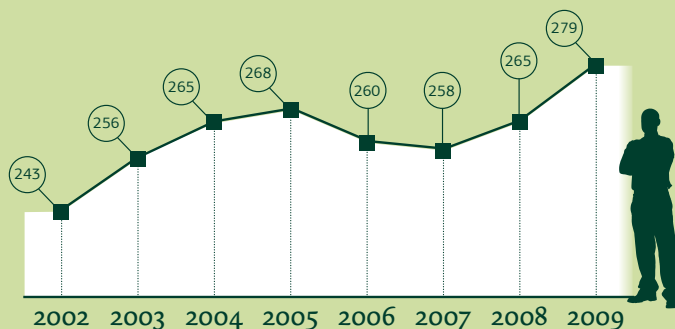
Evolução da água vendida
(milhões de m³)



A evolução do volume de actividade da EPAL tem sido acompanhada pela racionalização e valorização dos seus recursos humanos, conforme expressa o indicador de produtividade água vendida por trabalhador, claramente com tendência de subida ao longo dos últimos anos.



Volume de água vendida/trabalhador
(milhares de m³)



Resultados operacionais

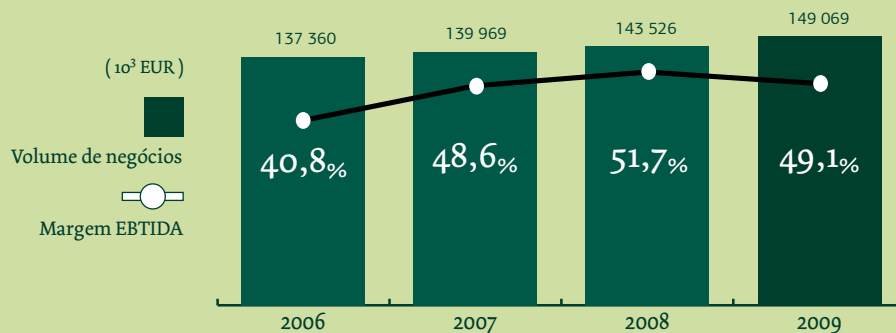
Em 2009, o cash flow operacional (EBITDA) atingiu 73,2 milhões de Euros. Na análise da variação de -1,3% deste indicador deverá levar-se em linha de conta que o montante dos custos com pessoal de 2008 encontra-se afectado pelo efeito da alteração do Plano de Pensões ocorrido nesse ano, tratando-se, portanto, de um valor não recorrente que afecta os resultados operacionais.

	2006		2007		2008		2009		Var.% 09/08
Volume de Negócios	137.360	100%	139.969	100%	143.526	100%	149.069	100%	3,9
Outros proveitos operacionais	1.546		2.015		2.757		2.150		(22,0)
Custo das Vendas	(2.809)	2,0%	(2.684)	1,9%	(2.694)	1,9%	(2.754)	1,8%	2,2
Fornecimentos e serviços externos	(37.621)	27,4%	(36.771)	26,3%	(39.779)	27,7%	(37.790)	25,4%	(5,0)
Custos com pessoal	(41.703)	30,4%	(33.365)	23,8%	(28.304)	19,7%	(36.229)	24,3%	28,0
Outros custos operacionais	(714)	0,5%	(1.090)	0,8%	(1.273)	0,9%	(1.195)	0,8%	(6,1)
Cash Flow Operacional (EBITDA)	56.059	40,8%	68.073	48,6%	74.233	51,7%	73.251	49,1%	(1,3)
Provisões	(969)	0,7%	(1.135)	0,8%	(2.042)	1,4%	(2.275)	1,5%	11,4
Amortizações e ajustamentos	(28.317)	20,6%	(31.918)	22,8%	(32.468)	22,6%	(31.181)	20,9%	(4,0)
Resultados Operacionais (EBIT)	26.773	19,5%	35.019	25,0%	39.724	27,7%	39.795	26,7%	0,2

Em relação aos resultados operacionais, verificou-se uma subida de 0,2%, ascendendo a 39,8 milhões de Euros.

Margem EBITDA

Não obstante o ligeiro decréscimo ocorrido em 2009, a Margem EBITDA mantém-se em níveis extremamente interessantes.



Estrutura de custos

Ao longo dos últimos anos tem-se observado uma relativa estabilidade na oscilação dos valores das principais rubricas da estrutura de custos. A exceção verifica-se nos custos com pessoal, explicada pelas variações associadas ao Fundo de Pensões, com maior impacto em 2008, ano em que ocorreu a reestruturação do Fundo. Expurgando este efeito e o efeito das contribuições para as Pré-Reformas, teríamos uma variação nos custos com pessoal de aproximadamente -2%.

De seguida apresenta-se a evolução dos custos operacionais comparativamente com as restantes naturezas, bem como a respectiva composição:

Custos	2006	2007	2008	2009	Variação 09/08	
					Valor	%
Custos operacionais	112.134	106.965	106.560	111.424	4.864	4,6
Custos e perdas financeiros	6.711	8.902	9.291	5.559	(3.732)	(40,2)
Custos e perdas extraordinários	471	505	1.028	365	(663)	(64,5)
TOTAL	119.316	116.372	116.879	117.348	470	0,4

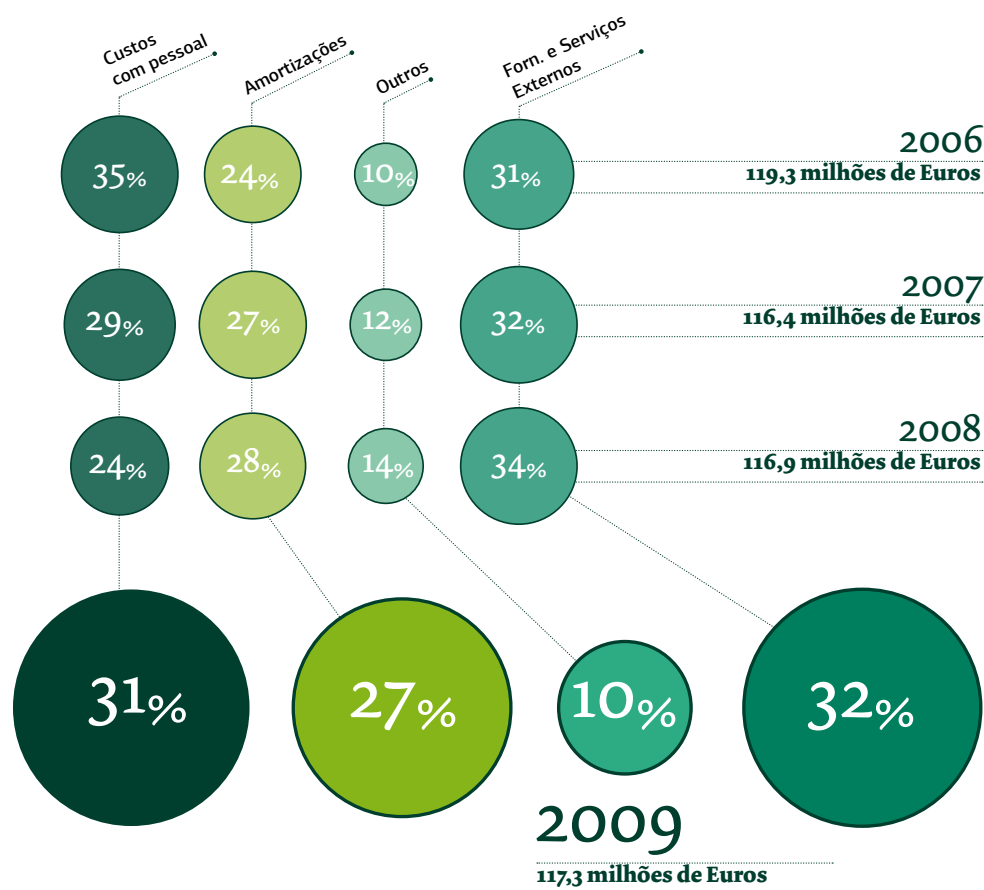
Custos	2006	2007	2008	2009	Variação 09/08	
					Valor	%
Custo das matérias consumidas	2.809	2.684	2.694	2.754	60	2,2
Fornecimento e serviços externos	37.621	36.771	39.779	37.790	(1.989)	(5,0)
Impostos	692	1.009	1.213	1.137	(76)	(6,3)
Custos com o pessoal	41.703	33.365	28.304	36.229	7.925	28,0
Outros custos operacionais	23	81	60	58	(2)	(3,3)
Amortizações e ajustamentos	28.317	31.918	32.468	31.181	(1.287)	(4,0)
Provisões	969	1.135	2.042	2.275	233	11,4
Custos operacionais	112.134	106.965	106.560	111.424	4.864	4,6
% em função do Volume de Negócios	82%	76%	74%	75%		

Ao nível das amortizações do exercício, atingiu-se um valor de 31,2 milhões de euros, o que representa um ligeiro recuo face ao ano anterior.

Em 2009, o valor dos Fornecimentos e Serviços Externos atingiu 37,8 milhões de euros, diminuindo 5% face ao ano anterior, ou seja menos 2 milhões de euros.

A conservação das infra-estruturas tem um peso muito importante neste tipo de custos, tendo sido objecto de redução na ordem de 0,8 milhões de euros face a 2008, uma vez que os investimentos na reabilitação das infra-estruturas, nomeadamente ao nível da rede, permitiram uma redução das acções de manutenção correctiva.

O custo com energia, fundamental para as actividades do processo de abastecimento de água, representa 23,7% dos fornecimentos e serviços externos e contribui com uma descida de 7,5% face a 2008, em consequência sobretudo da renegociação de contratos de fornecimento de electricidade, e também das reduções de consumo decorrentes de melhorias nas actividades de produção e manutenção.



Houve também reduções importantes ao nível dos trabalhos especializados prestados por terceiros e em diversos gastos gerais da Empresa, como por exemplo nos gastos com combustíveis, em despesas de representação, honorários, publicidade, etc..

Os itens com maior subida foram os relacionados com a facturação e cobranças, porquanto a emissão das facturas, que até Maio de 2008 tinha, maioritariamente, uma periodicidade bimestral, passou, por imperativo legal, a ser realizada mensalmente.

Finalmente, a variação de 2008 para 2009 em “Outros” advém, em larga medida, da queda acentuada dos custos financeiros e dos custos extraordinários.

Resultado Líquido

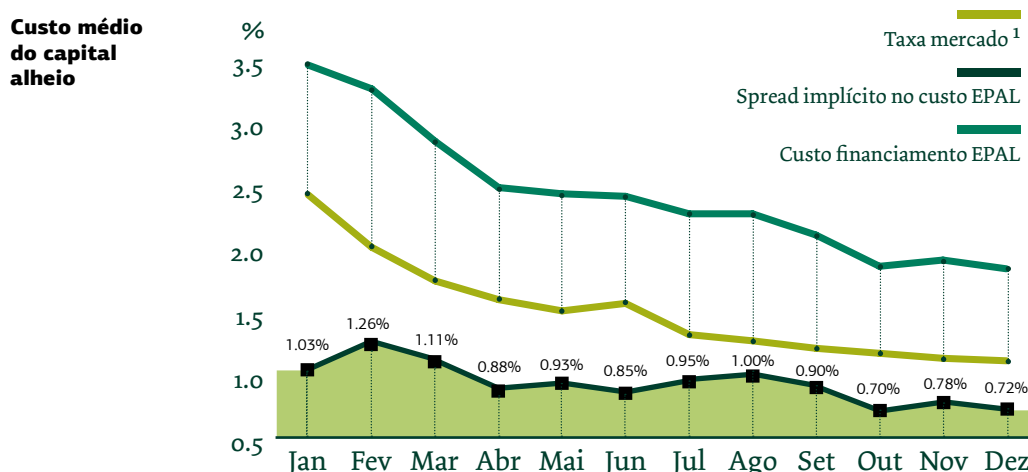
O resultado líquido do exercício foi de 27,1 milhões de Euros, mais 1,7% do que em 2008.

	2006		2007		2008		2009		Var % 09/08
	(10 ³ EUR)								
Resultados Operacionais (EBIT)	26.773	19,5%	35.019	25,0%	39.724	27,7%	39.795	26,7%	0,2
Resultados Financeiros	(6.477)	4,7%	(8.483)	6,1%	(8.142)	5,7%	(4.266)	2,9%	(47,6)
Resultados Extraordinários	2.969	2,2%	5.248	3,7%	5.257	3,7%	2.215	1,5%	(57,9)
Resultados antes de Impostos (EBT)	23.265	16,9%	31.784	22,7%	36.839	25,7%	37.744	25,3%	2,5
Impostos	(6.937)	5,1%	(7.393)	5,3%	(10.164)	7,1%	(10.627)	7,1%	4,6
Resultado Líquido	16.328	11,9%	24.391	17,4%	26.675	18,6%	27.117	18,2%	1,7
Resultado Líquido / acção (euros)	0,54		0,81		0,89		0,90		

Os resultados financeiros passaram de -8,1 milhões de euros para -4,3 milhões de euros.

Os encargos financeiros com a dívida bancária de médio e longo prazo, contratada com o Banco Europeu de Investimento (BEI), ascenderam a 5,4 milhões de Euros, menos 41,4% do que no ano anterior. Esta evolução resulta, na sua quase totalidade, da descida acentuada da taxa, apesar de 38,3% do passivo bancário da empresa estar contratado a taxa de juro fixa.

Em 2009, a EPAL manteve uma boa performance no que toca às suas condições de financiamento, reduzindo os custos financeiros em cerca de 40%.



¹Taxa de mercado calculada com base numa estrutura de modalidades de taxa (fixa e variável) idêntica à da EPAL, utilizando a Euribor a 3 meses como referencial para a taxa variável e as cotações dos swaps de taxa de juro (com maturidades similares às da dívida da EPAL) como referencial para a taxa fixa. É uma taxa de base interbancária, não incorporando qualquer spread.

O custo médio do capital alheio da EPAL, tendo em conta tanto a componente fixa como a variável, situou-se em níveis competitivos face à taxa média interbancária, tendo ao longo do ano registado uma tendência positiva, terminando 2009 com um spread implícito de apenas 72 p.b..

Face às taxas contratadas pela EPAL, é expectável que no próximo ano, o spread venha ainda a estreitar-se mais, à medida que a Euribor e as taxas a prazo tenderem a subir.

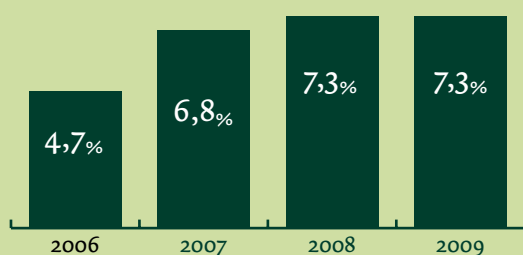
Os proveitos financeiros, com origem nos juros de depósitos e aplicações bancárias de curto prazo, ascenderam a 956 mil euros, ou seja, mais 15,3% do que no ano anterior.

Relativamente aos resultados extraordinários, diminuíram 57,9% para 2,2 milhões de Euros. Esta variação resulta de, em 2009, não terem ocorrido operações excepcionais significativas, ao contrário do que aconteceu em 2008, ano em que se alienaram com

mais-valia activos fixos relacionados com o adutor de Alto de Carenque / Mercês, e se obtiveram proveitos resultantes da anulação de provisões, principalmente respeitantes ao processo referente ao Clube de Golfe das Amoreiras.

Em consequência dos resultados obtidos, a taxa de rentabilidade dos capitais próprios manteve-se em 7,3%.

Rentabilidade dos Capitais Próprios (ROE)



Posição financeira

A EPAL manteve em 2009 a sua estratégia de investimento orientada para assegurar a qualidade do abastecimento e a utilização eficiente do recurso água. No total, realizou investimentos da ordem dos 26,8 milhões de Euros, os quais se destinaram, maioritariamente, a obras de ampliação do Sistema de Castelo de Bode, à renovação de condutas adutoras e de distribuição da rede de Lisboa, à reabilitação da E. E. dos Olivais e à construção das novas instalações do Laboratório Central.

Gestão da Liquidez

Com os fluxos de caixa gerados pela actividade operacional foi possível financiar o investimento, assegurar o serviço da dívida bancária e garantir a remuneração do accionista. Em 2009, a Empresa reforçou o financiamento bancário em 20 milhões de euros para fazer face à sua carteira de investimentos actuais e futuros, necessários às suas operações.

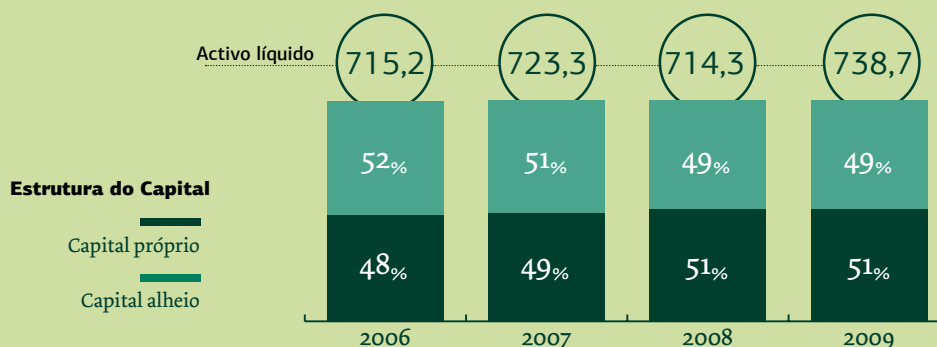
	(10 ⁶ EUR)	
Demonstração sintética dos fluxos de caixa	2008	2009
Fluxos de caixa operacionais	66,5	75,7
Fluxos de caixa do investimento	(25,5)	(31,7)
Pagamentos em actividades de financiamento		
Distribuição de dividendos e serviço da dívida bancária	(32,5)	(32,5)
Recebimentos em actividades de financiamento		
Desembolsos do ano	-	20,0
Variação de caixa e seus equivalentes	8,5	31,6

A solidez ao nível do cash flow operacional da EPAL encontra-se evidenciada no EBITDA, que ascendeu a 73,2 milhões de Euros, mantendo-se o auto-financiamento como uma fonte de fundos extremamente relevante.

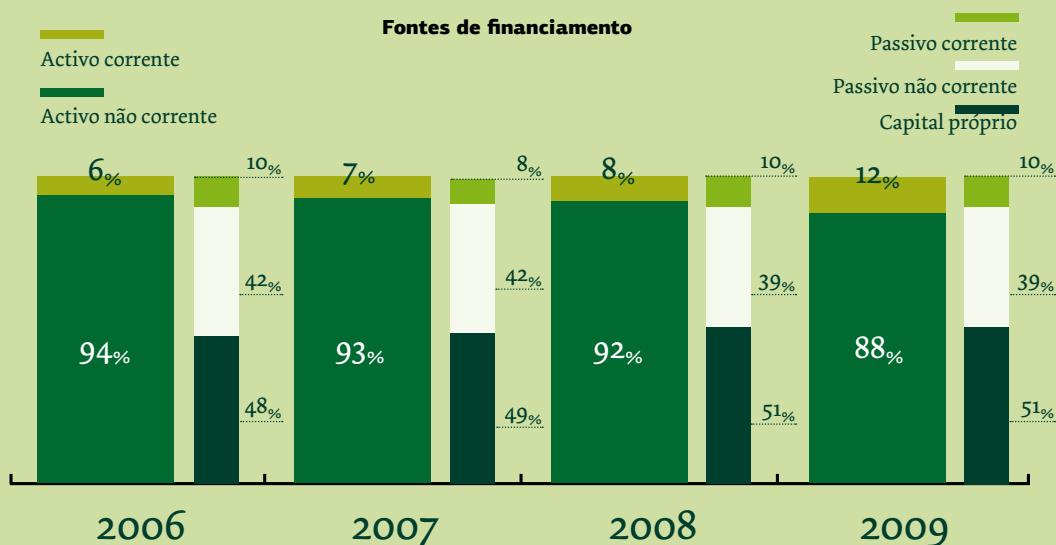
O ano 2009 foi ainda um ano bastante positivo no que respeita aos resultados das iniciativas tomadas pela Empresa para diminuição do seu prazo médio de pagamento (“PMP”), tendo a EPAL conseguido reduzir o seu PMP para 45 dias (incluindo, nesta média, o prazo para pagamento de investimentos, os quais, pela sua natureza e montantes, são naturalmente mais latos do que os pagamentos associados à actividade corrente). Face ao ano anterior, o PMP melhorou em 20,6%, correspondendo a uma redução de mais de 11 dias.

Estrutura de capital e fontes de financiamento

A EPAL mantém uma estrutura financeira equilibrada, existindo uma correspondência adequada, em termos de maturidades, entre aquilo que são as suas aplicações de fundos e os seus recursos de financiamento.



A optimização dos recursos financeiros, quer os resultantes da sua actividade, quer os obtidos externamente, continua a ser uma das prioridades da EPAL, daí que o balanceamento das fontes de financiamento permaneça perfeitamente consolidado ao longo dos últimos exercícios económicos.

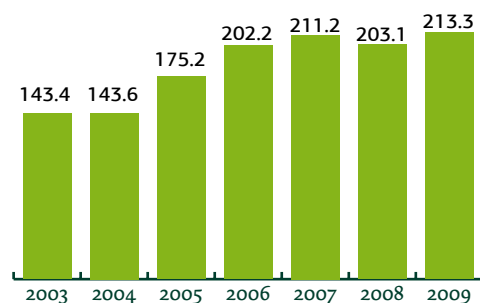


O Balanço

Verifica-se também que o activo não corrente diminuiu 5,3 milhões de Euros, por via do decréscimo do imobilizado líquido e das contas de devedores de médio e longo prazo. O passivo não corrente aumentou 9,7 milhões de Euros devido ao aumento de provisões e ao reforço da dívida bancária de longo prazo.

Balanço	2006	2007	2008	2009	(10 ³ EUR)	
					VARIAÇÃO 09/08	
					Valor	%
ACTIVO						
Activo não corrente	669.155	669.098	658.647	653.333	-5.314	(0,8)
Activo corrente	46.030	54.241	55.677	85.326	29.649	53,3
TOTAL	715.185	723.339	714.324	738.659	24.335	3,4
CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO						
Capital próprio	343.780	356.461	365.046	373.491	8.445	2,3
Passivo não corrente	303.168	306.686	280.084	289.811	9.727	3,5
Passivo corrente	68.237	60.192	69.194	75.357	6.163	8,9
TOTAL	715.185	723.339	714.324	738.659	24.335	3,4

Endividamento de Médio e Longo Prazo (10⁶ EUR)



Os investimentos realizados pela EPAL nos últimos anos têm sido financiados pela contratação de empréstimos junto do BEI.

No final de 2009, o endividamento de médio e longo prazo da empresa era de 213,3 milhões de Euros.

No final do ano, o capital próprio era de 373,5 milhões de Euros, mais 2,3% do que no final de 2008. No entanto, o valor a 31 de Dezembro de 2009 está influenciado pelos resultados líquidos do exercício no montante de 27,1 milhões de Euros, cuja distribuição só ocorrerá no exercício de 2010.

O activo corrente registou um aumento de 53,3%, ou cerca de 29,6 milhões de Euros, devido ao aumento da liquidez, gerida de modo a otimizar o retorno para a empresa, com a aplicação de excedentes financeiros de curto prazo.

Indicadores financeiros

A EPAL terminou o ano de 2009 com uma sólida situação financeira, facto atestado pelos indicadores financeiros no quadro seguinte.

Indicadores Financeiros	2006	2007	2008	2009	VAR. 09/08
Autonomia Financeira	48%	49%	51%	51%	(1,1)
Liquidez Geral	0,67	0,90	0,80	1,13	40,7
Solvabilidade	0,93	0,97	1,05	1,02	(2,1)
Fundo de Maneio (103 EUR)	(22.207)	(5.951)	(13.517)	9.969	173,7

Autonomia Financeira = Capital Próprio / Activo total

Liquidez Geral = Activo Corrente / Passivo Corrente

Solvabilidade = Capital Próprio / Passivo total

Fundo de Maneio = Activo corrente - Passivo corrente

Rating	Notação
Rating de curto prazo	A-1 +
Rating de médio e longo prazo	A+

A Empresa manteve, em 2009, as classificações (rating) do risco de crédito atribuídas pela Companhia Portuguesa de Rating para operações de curto, médio e longo prazos,

que reflectem uma forte capacidade para satisfazer os seus compromissos financeiros de curto, médio e longo prazo.

Fundo de pensões

Em 2008, a EPAL procedeu à alteração do seu regime de Planos de Pensões, passando a ter em vigor dois Planos de Pensões, mutuamente exclusivos, do ponto de vista dos colaboradores – um Plano de Benefício Definido e um Plano de Contribuição Definida. O Plano de Contribuição Definida foi implementado durante o exercício de 2008, sendo a este plano que ficou afectada a generalidade dos colaboradores activos da Empresa.

Em consonância com a alteração do Plano de Pensões, foi igualmente alterado o Fundo de Pensões, tendo o mesmo sido, globalmente, dividido em dois sub-fundos – o sub-fundo afecto ao Plano de Benefício Definido e o sub-fundo afecto ao Plano de Contribuição Definida.

Em 31 de Dezembro de 2009, os sub-fundos do Benefício Definido e da Contribuição definida ascendiam a, respectivamente, 35,0 Milhões de EUR e 13,6 Milhões EUR.

Ao nível das contribuições da Empresa para o Fundo de Pensões, é de salientar que, durante 2008, a EPAL realizou mais uma expressiva contribuição para o Fundo, a qual ascendeu a cerca de 1,6 milhões de Euros. Globalmente, entre 2005 e 2009, a EPAL realizou contribuições num total de 14,4 milhões de Euros.

As contribuições efectuadas tiveram um impacto importante no financiamento das responsabilidades, facto que pode ser atestado pelo nível de financiamento segundo os pressupostos do Fundo Mínimo do ISP. Até 2004, o referido nível de financiamento situava-se abaixo do limiar mínimo dos 100% e, no final de 2009, ascendia a cerca de 121%.

Empresas participadas

A EPAL detém as seguintes participações financeiras:

Clube de Golfe das Amoreiras, SA	100,0%	350.000 Euros
Fundec		1.500 Euros

Clube de Golfe das Amoreiras, S.A.

A EPAL é o único accionista do Clube de Golfe das Amoreiras, S.A, que tem como objectivo a promoção, construção, exploração e funcionamento de um estabelecimento destinado ao treino e ensino de golfe no recinto da EPAL, nas Amoreiras, em resposta ao desafio colocado pelo Município de Lisboa para se valorizar e dinamizar o espaço ocupado pelo reservatório. O seu capital social é de 350.000 Euros.

Em 1993, ambas as sociedades celebraram um contrato-promessa com a Supergolf Amoreiras - Academia de Golfe, S.A., por meio do qual a sociedade Clube de Golfe das Amoreiras S.A. prometia ceder a exploração do recinto comercial destinado ao treino e ensino de golfe.

Dificuldades surgidas no âmbito de licenciamentos camarários geraram situações de conflito entre os outorgantes, as quais vieram a ser resolvidas por dois tribunais arbitrais, sucessivamente constituídos, mediante acórdãos já proferidos e transitados em julgado, o último dos quais estabeleceu o pagamento de indemnização à Supergolf Amoreiras – Academia de Golfe, SA., compreendendo esta um montante líquido já cumprido e um valor sujeito a liquidação, neste momento ainda pendente, que se encontra estimado e registado nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009.



Alteração aos normativos contabilísticos actuais

O Decreto-Lei nº. 158/2009, de 13 de Julho aprova a criação do novo sistema de normalização, designado por SNC, sendo revogado o normativo contabilístico actualmente em vigor, o POC. A aplicação do SNC é obrigatória para os exercícios que se iniciem em ou após 1 de Janeiro de 2010 e obriga à apresentação de informação comparativa relativa ao exercício de 2009. Este normativo prevê ainda que em certas circunstâncias, as quais são preenchidas pela EPAL, as empresas possam também optar pela adopção das Normas Internacionais de Relato Financeiro (IFRS).

Assim, a EPAL irá aplicar as novas normas contabilísticas para o exercício de 2010 e proceder à re-expressão das demonstrações financeiras do exercício de 2009 (desde 1 de Janeiro de 2009), de acordo com a versão das normas contabilísticas de relato financeiro em vigor à data de 31 de Dezembro de 2010.

A EPAL está a avaliar os impactos da adopção do novo normativo, ao nível dos resultados do exercício e do Capital Próprio, bem como o impacte nas suas políticas de gestão do capital e distribuição de dividendos.

Os impactos qualitativos estimados a esta data como resultado da adopção do novo normativo contabilísticos referem-se essencialmente aos activos fixos tangíveis, designadamente a sua divisão em componentes e a revisão das respectivas vidas úteis.

O efeito financeiro do impacto acima estimado será registado numa reserva de transição no Capital próprio, que consoante a sua magnitude pode, ou não, afectar significativamente os rácios e as políticas futuras de financiamento e de distribuição de resultados da Empresa.



Foz rio Zêzere confluência com o rio Tejo - Constância





Giesta amarela



12.

Gestão de Risco



No desempenho da sua missão e no desenvolvimento das suas actividades, a EPAL encontra-se exposta a um conjunto de riscos que podem significativamente afectar os seus activos (pessoas, equipamentos, qualidade de serviço, informação, instalações) e pôr em causa os seus objectivos.

A gestão de risco, enquanto pilar do Governo das Sociedades, foi incorporada em todos os processos de Gestão, tendo sido assumida como uma preocupação constante de todos os gestores e colaboradores da EPAL.

Risco	Mitigação
Riscos Financeiros	
Liquidez	<ul style="list-style-type: none"> • Tendo por objectivo a gestão do risco de liquidez, a política da Empresa passa por manter um nível confortável de disponibilidades e, simultaneamente, assegurar uma estrutura financeira sólida, em que as formas de financiamento sejam as mais adequadas aos activos operacionais e de investimento constantes no balanço. • Numa perspectiva de curto prazo, a política da EPAL é garantir flexibilidade na utilização de linhas de crédito, em montantes considerados adequados para fazer face ao desenvolvimento normal da actividade. Para este efeito, contratou um programa de papel comercial de 12,5 milhões de Euros e estabeleceu uma linha de crédito de curto prazo no montante de 6,5 milhões de euros. • Para financiamento dos investimentos, foi celebrado com o BEI, em 2002, um contrato de financiamento a longo prazo de 185 milhões de Euros. No final de 2009, os desembolsos acumulados ao abrigo daquele contrato eram de 135 milhões de Euros, restando um crédito de 50 milhões de Euros por utilizar
Taxa de juro	<ul style="list-style-type: none"> • O risco de taxa de juro na EPAL advém da contratação de empréstimos de longo prazo a taxa de juro variável. A política financeira adoptada assenta (i) na contratação do regime de taxa de juro mais competitivo na data de fixação, após comparação da taxa fixa com a taxa variável mais instrumento de cobertura, e (ii) no equilíbrio da dívida a taxa fixa com a dívida a taxa variável. No final de 2009, a repartição da dívida do BEI era de 38,3% a taxa fixa e 61,7% a taxa variável.
Crédito	<ul style="list-style-type: none"> • O risco de crédito advém da possibilidade de perdas financeiras, decorrentes do incumprimento dos clientes ou contrapartes. Em geral, as políticas em vigor na EPAL permitem mitigar este risco, uma vez que a avaliação do mesmo é periodicamente realizada pela Empresa, tendo em conta o tipo de crédito, a finalidade e a natureza das operações. É regularmente efectuado o controlo dos saldos de contas a receber, com base numa avaliação económica sobre o risco de incobrabilidade.

Riscos Operacionais

Qualidade da Água

- A EPAL monitoriza a qualidade da água em todo o seu sistema. Além do controlo legal, assegura ainda o controlo operacional e de vigilância.
- Foi desenvolvido um Plano de Segurança da Água, que avalia os riscos existentes ao longo de todo o sistema de abastecimento, desde a bacia hidrográfica onde estão localizadas as captações até à torneira do consumidor, e analisa os perigos existentes, assim como as medidas de controlo actualmente implementadas. Este trabalho seguiu as novas metodologias preconizadas pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e pela *International Water Association (IWA)*.

Falha ou indisponibilidade dos Activos

- A mitigação do Risco é feita através de uma monitorização e operação os seus activos em tempo real através da telegestão. A EPAL tem desenvolvido um conjunto de iniciativas no âmbito da Gestão de Activos no sentido de determinar qual o risco associado aos activos de forma a informar as estratégias de manutenção e de investimento e assim minimizar o eventual impacto resultante da falha ou indisponibilidade do activo.

Segurança física das instalações

- A EPAL tem vindo a desenvolver esquemas de segurança ao nível da integridade das instalações do seu sistema de abastecimento e dispõe de planos de emergência.

Pressão dos Custos Energéticos

- A mitigação do risco de aumento dos preços de energia é conseguida através de uma gestão optimizada da exploração do sistema, pela maximização da produção de energia através de fontes renováveis e pela compra optimizada da energia num mercado liberalizado.

Alterações climáticas

- A EPAL encontra-se a estudar os impactes e soluções das alterações climáticas, tendo para o efeito integrado um consórcio europeu designado por Projecto Prepared - Enabling Changes.



Riscos de Regulação Económica/Regulamentação

Regulação económica

- A capacidade de criação de valor, por parte da EPAL, pode ser fortemente condicionada pelo risco regulatório que pende actualmente sobre a Empresa. A inexistência de uma posição clara, no que concerne ao método de regulação, taxa e base de remuneração, transfere para o accionista o risco de recuperação do capital investido. A minimização deste risco poderá ser conseguida através da criação de um quadro regulatório, elaborado de uma forma transparente e participada, que defina as regras a aplicar e estabeleça mecanismos de apelo à eficiência.

Regulamentação

- O desenvolvimento da regulamentação, actualmente em curso, pode vir a implicar um acréscimo de encargos para a Empresa, cuja natural repercussão nas tarifas seja de difícil realização, atendendo aos impactos económico-sociais.
- As crescentes exigências na qualidade do produto água e nos níveis de serviço prestados, a par de uma maior consciência ambiental, são factores que aumentam a pressão sobre os Custos Externos. A sua mitigação é feita através do reforço de acções na melhoria da eficiência, que minimizem o seu impacto.

Riscos Ambientais

Decorrentes das actividades desenvolvidas

- Por força do disposto no Decreto-Lei nº 147/2008, a EPAL está obrigada a implementar medidas de prevenção ambiental e, na eventualidade de provocar danos ambientais, tomar medidas de reparação. Os riscos da EPAL em termos de Responsabilidade Civil Ambiental, estão cobertos por uma apólice de seguro subscrita pela AdP, destinada às empresas do Grupo AdP, com um capital anual agregado de 6.000.000,00 (seis milhões) de Euros. Estão cobertos danos corporais e materiais e custos de limpeza, de defesa e de atenuação.



Canhão fluvial do Cabril - falésias graníticas





Albufeira de Castelo de Bode - Abrantes - Bairrada



P

13.

erspectivas
futuras



A gestão de uma empresa de Abastecimento de Água confronta-se hoje com desafios novos e multifacetados, como sejam entre outros: a protecção da qualidade da água nas origens, a sustentabilidade e eficiência dos usos da água, o impacto das alterações climáticas, o interface entre a água e a energia, o envelhecimento da população, a segurança e fiabilidade das infra-estruturas, as expectativas dos stakeholders.

Estas circunstâncias trazem novas exigências às empresas, aos seus colaboradores e aos seus processos de gestão.

Nos últimos anos a EPAL desenvolveu uma estratégia de Gestão de Activos baseada no conhecimento e sistematização da informação, na análise de risco e criticidade das infra-estruturas, na priorização de investimentos.

Em 2010 será implementado o Plano de Segurança da Água que tem vindo a ser elaborado por uma equipa transversal a toda a empresa e que representa uma abordagem sistémica dos riscos para o consumidor ao longo de toda a cadeia de produção e distribuição da água. A gestão de risco e o desenvolvimento de uma atitude de prontidão na gestão dos problemas de segurança das infra-estruturas será objecto de um conjunto de iniciativas, incluindo a realização de simulacros de situações de emergência com definição de procedimentos de actuação.

Mas os novos desafios de gestão do ciclo urbano da água exigem uma capacidade de gestão e desenvolvimento de novas soluções, baseadas numa visão holística dos problemas, que torna indispensável a inserção em redes de desenvolvimento. Por isso mesmo a EPAL procura estabelecer relações de partilha de experiências e processos e de inovação com empresas congéneres, instituições de investigação e centros de inovação.

É sinal dessa linha estratégica da gestão a adesão da empresa, na qualidade de Associated Partner, a uma rede europeia de laboratórios de investigação, a VEWR, de que fazem parte o SINTEF/NTNU – The Foundation for Scientific and Industrial Research/ Norwegian University of Science and Technology, da Noruega, o KWR – Watercycle Research Institute, da Holanda, o IWW – Zentrum Wasser, da Alemanha, o CETaqua – Centro Tecnológico del Agua, de Espanha e o LNEC – Laboratório Nacional de Engenharia Civil, Portugal, que se propõe constituir um centro de excelência de conhecimento técnico e científico e de experiência no sector do Ciclo da Água.

O planeamento estratégico da empresa obriga a colocar na ordem do dia das suas preocupações os impactos adversos das alterações climáticas nos recursos hídricos. Assim, a EPAL envolveu-se no Projecto PREPARED, co-financiado pelo 7º Programa Quadro da Comunidade Europeia, que tem como principal objectivo a criação de uma plataforma comum, a nível europeu, de soluções de adaptação às alterações climáticas para as entidades gestoras do sector de abastecimento e saneamento de água. Simultaneamente irá desenvolver um projecto plurianual de investigação para Adaptação do Ciclo Urbano da Água a Cenários de Alterações Climáticas com o Grupo de Investigação em Alterações Climáticas da Faculdade de Ciências da Universidade de Lisboa.

Ao longo de 2010 a EPAL mantém como objectivo estratégico assumir-se como uma empresa de gestão do ciclo urbano da água. Não tendo sido possível, em 2009, a aprovação pelo Governo de um novo diploma de definição do regime legal estatutário, esse desiderato vai ser prosseguido em 2010. Paralelamente vão manter-se negociações com alguns municípios, como Loures e Odivelas, tendo em vista a expansão da Empresa às actividades compreendidas no ciclo urbano da água.

Procura-se, deste modo, dar corpo a um projecto estruturante de desenvolvimento da indústria da água em Portugal.





Canhão fluvial do Cabril - falésias graníticas



P

14.

Proposta de
aplicação de
resultados



Nos termos do disposto no artigo 21º dos Estatutos da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, SA., o conselho de administração propõe que o Resultado Líquido do Exercício de 2009, no montante de **€ 27 117 235,99** (vinte e sete milhões, cento e dezassete mil, duzentos e trinta e cinco euros e noventa e nove cêntimos), tenha a seguinte distribuição:

€ 381 450,00 (trezentos e oitenta e um mil, quatrocentos e cinquenta euros) para participação dos Trabalhadores nos resultados;

€ 24 024 062,39 (vinte e quatro milhões, vinte e quatro mil e sessenta e dois euros e trinta e nove cêntimos) para distribuição de dividendos aos Accionistas;

€ 2 711 723,60 (dois milhões, setecentos e onze mil, setecentos e vinte e três euros e sessenta cêntimos) para Resultados Transitados.





Florestas Pinhal Pinheiro-bravo e matagais matos - Alto da Portela



15.

C

ontrollo e
administração
da Sociedade





Águas de Portugal, SGPS
Accionista único

Empresa Portuguesa das Águas Livres,
Sociedade Anónima de Capitais Públicos detida a 100% pela Águas de Portugal, SGPS

Orgãos Sociais

Assembleia-Geral

A mesa da assembleia-geral da EPAL, que foi reeleita em 2008 para o triénio 2008-2010, tem a seguinte constituição:

Presidente da mesa:	AMEGA – Associação de Municípios para Estudos e Gestão da Água, representada por Carlos Alberto Dias Teixeira
Vice-presidente:	Cristina Rebelo Pereira
Secretária:	Alexandra Varandas

A assembleia-geral reuniu a 30 de Março de 2009.

A remuneração dos membros da mesa da assembleia-geral, aprovada pela comissão de vencimentos da empresa em Maio de 2006, manteve-se inalterada em 2009 e foi a seguinte:

Presidente	Senha de presença no valor de € 633,4
Vice-presidente	Senha de presença no valor de € 475,0
Secretária	Senha de presença no valor de € 316,7

Conselho de Administração

O conselho de administração é o órgão executivo da sociedade e é constituído pelos seguintes cinco membros, todos executivos, eleitos para o triénio 2008-2010:



Presidente	Vogal	Vogal	Vogal	Vogal
JOÃO MANUEL LOPES FIDALGO	JORGE LUÍS FERRÃO DE MASCARENHAS LOUREIRO	JOSÉ ALFREDO MANITA VAZ	ANTÓNIO BENTO FRANCO	RUI MANUEL DE CARVALHO GODINHO

Em 2009, foi celebrado, nos termos do Estatuto do Gestor Público, um contrato de gestão, entre o Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, a AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A. e cada administrador, que teve por objecto a definição de objectivos quantificados e demais termos e condições do exercício de funções. Nesse contrato foi redefinida a remuneração anual, que passou a ser constituída por uma parte fixa, não alterada desde 2004, e uma parte variável, de que resultou o pagamento de 4,1 remunerações fixas mensais aos vogais do Conselho. O presidente não recebeu remuneração variável no âmbito das funções exercidas na EPAL.

Em 2009, o conselho de administração reuniu 43 vezes.

Função	Nome	Remun.	Telef.	Autom.	Combust.	Subsídio Refeição	Seg. saúde	Seg. vida
Presidente	João Manuel Lopes Fidalgo	118 230	3 208	12 703	2 402	1 692		2 895
Vogal	Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro	110 250	829	7 107	1 552	1 583		
Vogal	José Alfredo Manita Vaz	110 250	1 289	7 839	1 719	1 583		
Vogal	António Bento Franco	110 250	1 304	7 510	1 918	1 583	918	2 699
Vogal	Rui Manuel de Carvalho Godinho	110 250	1 062	8 027	2 233	1 583		
Total		559 230	7 692	43 186	9 824	8 024	918	5 594

Fiscal único

A fiscalização da sociedade compete ao fiscal único António Dias Nabais, revisor oficial de contas, e a Severo Praxedes Soares, suplente, eleitos para o triénio 2008-2010. Ao fiscal único foi atribuída em 2009 uma remuneração de 17 912 euros.

Conselho Consultivo para o Desenvolvimento Sustentável

Reeleito em assembleia-geral de 31 de Março de 2008, é constituído pelos seguintes membros:

Presidente: Maria Helena Veríssimo Colaço Alegre

Vogal: Maria Paula Batista Antunes

Vogal: Manuel Duarte Pinheiro

Reuniu a 21 de Maio com o conselho de administração.

Comissão de Vencimentos

Eleita em assembleia-geral de 2008 e composta pelos seguintes membros:

Presidente: Pedro Eduardo Passos da Cunha Serra

Vogal: Maria de Fátima Ferreira Pica Ferreira Borges

O modelo de governo da sociedade assegura uma segregação eficaz das funções de administração e de fiscalização.

As contas anuais da EPAL são auditadas por uma entidade independente - Deloitte & Associados, SROC, SA - segundo os critérios aplicados a empresas cujos títulos são admitidos à negociação em mercado regulamentado.

Estrutura orgânica

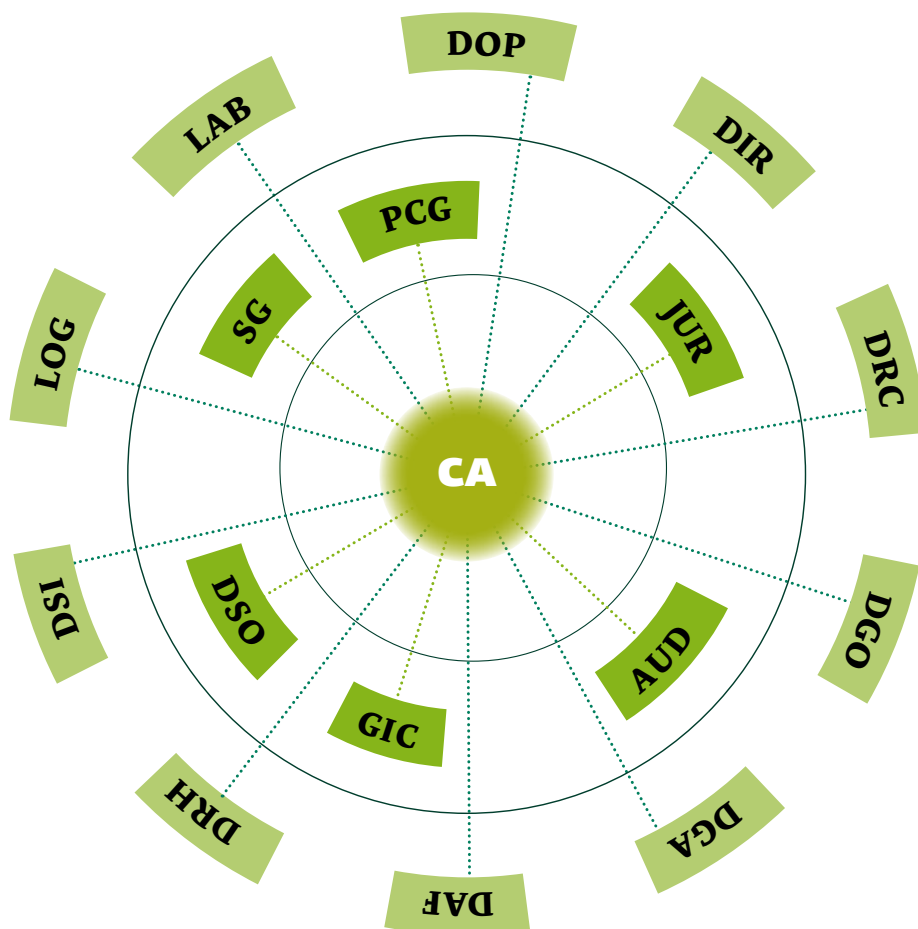
Em 2009, foi lançado o Projecto Visão EPAL II, com o objectivo de se definir uma nova estrutura orgânica capaz de responder aos desafios internos entretanto identificados, entre eles:

- o aumento da criação de valor
- a ambição de crescimento - expansão da rede de distribuição e entrada no saneamento e
- a prestação de serviços de topo

e aos desafios contextuais, nomeadamente decorrentes das:

- exigências legais e da regulamentação,
- das expectativas dos consumidores,
- da diminuição da procura e
- do PEAASAR II (Plano Estratégico de Abastecimento de Água e Saneamento de Águas Residuais).

A estrutura orgânica resultante do projecto Visão EPAL II entrou em vigor em 1 de Maio de 2009 e apresenta-se no seguinte organigrama:



CA – Conselho de Administração | **SG** – Secretário-Geral | **PCG** – Gabinete de Planeamento e Controlo de Gestão | **JUR** Gabinete Jurídico | **DSO** – Gabinete de Desenvolvimento Organizacional | **GIC** – Gabinete de Imagem e Comunicação | **AUD** – Gabinete de Auditoria Interna | **DPO** – Direcção de Operações | **DIR** – Direcção de Infra-estruturas de Rede | **DRC** – Direcção de Relação com Clientes | **DGO** – Direcção de Gestão de Obras | **DGA** – Direcção de Gestão de Activos | **DAF** – Direcção Financeira | **DRH** – Direcção de Recursos Humanos | **DSI** – Direcção de Sistemas de Informação | **LOG** – Direcção de Logística | **LAB** – Direcção de Laboratório Central

Normas e Procedimentos

Foi publicada, em Diário da República, legislação relevante para a actividade da EPAL, nomeadamente:

Decreto-Lei 90/2009, de 9 de Abril

Estabelece o regime das parcerias entre o Estado e as autarquias locais para a exploração e gestão dos sistemas municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos

Decreto-Lei n.º 194/2009, de 20 de Agosto

Estabelece o regime jurídico dos serviços municipais de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e de gestão de resíduos urbanos.

Decreto-Lei n.º 277/2009, de 2 de Outubro

Define o regime jurídico e as competências da ERSAR – Entidade Reguladora das Águas e Resíduos enquanto Entidade Reguladora dos serviços de abastecimento público de água, de saneamento de águas residuais urbanas e gestão de resíduos urbanos e enquanto autoridade competente para a fiscalização e coordenação na área da qualidade da água para consumo humano. Sucede ao IRAR.

Decretos-Lei n.ºs 223 e 278/2009, de 11 de Setembro e 2 de Outubro e regulamentos

Alteram o Código dos Contratos Públicos

Em 11 de Março de 2009, a EPAL recebeu a autorização emitida pelo Comissão Nacional de Protecção de Dados para a recolha e tratamento dos dados relativos à relação comercial (clientes, futuros clientes e antigos clientes), incluindo gestão da facturação e cobrança dos serviços prestados, estudos e prospecção do mercado, estudos estatísticos realização de acções de marketing e cumprimento de obrigações legais, tudo de harmonia com o previsto na Lei de Protecção de dados, Lei n.º 67/98, de 26 de Outubro.

A 17 de Julho de 2009, a EPAL regularizou, por contrato de concessão celebrado com o Estado Português, através da ARH Tejo, as suas captações de água na albufeira de Castelo do Bode e em Valada-Tejo, porquanto a utilização privativa dos recursos hídricos do domínio público destinadas à captação de água para abastecimento público estão sujeitas a prévia concessão, conforme estabelece a alínea a) do artigo 61.º da Lei n.º 58/2005, de 29 de Dezembro. Os contratos celebrados têm a duração máxima prevista na Lei, 75 anos.

Em Dezembro de 2009, a EPAL aprovou o seu Plano de Gestão de Riscos de Corrupção e Infracções Conexas. O documento identifica as principais áreas que potencialmente poderão ser sujeitas à ocorrência de actos de corrupção, bem como os respectivos riscos daí decorrentes e os controlos instituídos pela empresa visando a sua mitigação. Pretende também reforçar a cultura do grupo e dos respectivos colaboradores no que respeita a comportamentos éticos e boas práticas no relacionamento comercial com clientes, fornecedores e demais entidades.

Ao longo do ano foram publicadas novas edições das Ordens de Serviço 2 e 3, relativas à estrutura orgânica da empresa resultante do projecto Visão EPAL II, que entrou em vigor em Maio, e à decorrente redistribuição dos pelouros dos membros do Conselho de Administração. Foram, ainda, publicados procedimentos relativos a acidentes de trabalho, contratação pública e deslocações ao estrangeiro.

O Conselho de Administração emitiu 10 Comunicações de Serviço versando assuntos diversos, tais como Política de Qualidade e Ambiente, Objectivos e Metas do Sistema de Gestão Ambiental, criação do Projecto Garantia de Serviço e revisão do Acordo de Empresa, entre outros.





Albufeira de Castelo de Bode - Vila de Rei - ponte junto a Pombeira



C

16.

onsiderações Finais



Cumprido o dever de apresentação dos aspectos mais relevantes da vida da empresa e dos resultados por ela obtidos em 2009, tendo presentes os desafios e objectivos definidos – a Qualidade do Serviço, a Sustentabilidade e a Rentabilidade, importa realçar as dimensões de interacção e de interdependência da EPAL com o Meio em que interage, na medida em que os resultados obtidos são expressão dessas dimensões.

Aos clientes da empresa e aos consumidores de água da EPAL queremos reafirmar o empenho no bem servir, a responsabilidade que decorre do facto de contarem com a nossa presença nas suas vidas e na satisfação das suas necessidades e o nosso reconhecimento pela confiança que nos dispensam.

Aos Fornecedores e Prestadores de Serviços queremos realçar a importância de responderem aos desafios que a EPAL lhes coloca, facto que os faz credores do nosso agradecimento.

Às Instituições Bancárias e Seguradoras queremos dirigir uma mensagem de grande apreço pela forma como têm correspondido aos esforços feitos para se manter e garantir a estabilidade e solidez da situação económica e financeira da EPAL.

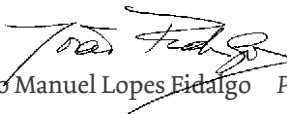
Ao Governo e organismos da administração pública queremos prestar testemunho da proficiência das relações estabelecidas.

Ao Accionista queremos evidenciar o esforço desenvolvido pela EPAL na obtenção de uma remuneração adequada do capital investido e no contributo para a consolidação do grupo Águas de Portugal, enquanto resposta ao acompanhamento atento e empenhado da vida e da evolução da empresa.

Às Entidades Reguladoras, DGAE - Direção Geral das Actividades Económicas, e ERSAR – Entidade Reguladora de Serviços de Águas e de Resíduos, queremos afirmar a nossa vontade de colaboração atenta e pronta, com vista à melhoria contínua da empresa e dos serviços por ela prestados.

Aos Trabalhadores da EPAL queremos expressar o nosso reconhecimento pelo empenho, dedicação e capacidades postos ao serviço da missão e dos objectivos da empresa e o nosso orgulho na equipa que constituímos.

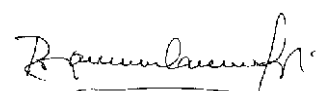
26 de Fevereiro de 2010


João Manuel Lopes Fidalgo Presidente


Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro Vogal


José Alfredo Manita Vaz Vogal


António Bento Franco Vogal


Rui Manuel de Carvalho Godinho Vogal





Contas



Índice principal

Balanço

Demonstração dos resultados por naturezas

Demonstração dos resultados por funções

Demonstração das variações dos capitais próprios

Demonstração dos fluxos de caixa

Notas anexas às demonstrações financeiras

Elementos contabilísticos exigidos pelo Plano Oficial de Contabilidade (POC)

Balanço

Demonstração dos resultados por naturezas

Notas anexas às demonstrações financeiras

Balanço

	Notas	2009	2008
ACTIVO			
Activo não corrente			
Imobilizado incorpóreo líquido	5	21,300	21,764
Imobilizado corpóreo líquido	6	633,424,250	637,515,131
Investimentos financeiros	7	360,231	361,602
Activos por impostos diferidos	8	6,305,877	6,177,905
Outros devedores - médio e longo prazo	9	13,221,476	14,570,718
		653,333,134	658,647,120
Activo corrente			
Existências líquidas	10	1,245,137	1,256,047
Clientes e outras contas a receber	11	22,981,152	25,219,195
Estado e outros entes públicos	12	1,744	1,474
Outros devedores	13	6,020,476	5,679,495
Caixa e equivalentes de caixa	14	55,077,179	23,520,498
		85,325,688	55,676,709
Total do activo		738,658,822	714,323,829
CAPITAL PRÓPRIO			
Capital Social	15	150,000,000	150,000,000
Reservas e outros ajustamentos	16	149,814,327	153,330,251
Resultados transitados		46,559,203	35,040,674
Resultado líquido do exercício		27,117,236	26,675,351
Total do capital próprio		373,490,766	365,046,276
PASSIVO			
Passivo não corrente			
Provisões	17	14,923,661	13,099,960
Responsabilidades com pensões	18	15,602,126	15,642,752
Empréstimos bancários	19	213,344,536	203,070,470
Passivos por impostos diferidos	8	7,714,774	8,172,756
Subsídios ao investimento	20	38,225,867	40,097,572
		289,810,964	280,083,510
Passivo corrente			
Empréstimos bancários	19	9,725,934	8,100,934
Fornecedores e outras contas a pagar	21	37,926,211	36,957,610
Estado e outros entes públicos	22	9,888,127	2,548,281
Outros credores	23	17,816,820	21,587,218
		75,357,092	69,194,043
Total do passivo		365,168,056	349,277,553
Total do passivo e capital próprio		738,658,822	714,323,829

Todos os valores são expressos em Euros.

As notas anexas às demonstrações financeiras são parte integrante do balanço em 31 de Dezembro de 2009.

Demonstração dos resultados (por naturezas)

	Notas	2009	2008
Vendas e prestação de serviços	24	149,068,299	143,526,457
Custo das vendas	25	(2,753,673)	(2,694,207)
Fornecimentos e serviços externos	26	(37,790,123)	(39,779,117)
Custos com pessoal	27	(36,229,537)	(28,304,158)
Amortizações e ajustamentos do exercício	28	(31,181,005)	(32,468,090)
Provisões do exercício	29	(2,274,592)	(2,041,624)
Outros custos operacionais	30	(1,194,292)	(1,272,381)
Trabalhos para a própria empresa		18,101	5,825
Proveitos suplementares	31	1,705,051	1,800,993
Outros proveitos e ganhos operacionais	32	426,827	949,935
Resultados operacionais		39,795,056	39,723,633
Custos financeiros	33	(5,558,695)	(9,291,407)
Proveitos financeiros	34	1,292,513	1,149,869
		35,528,874	31,582,095
Resultados extraordinários	35	2,215,419	5,256,939
Resultados correntes		37,744,293	36,839,034
Imposto sobre o rendimento do exercício	36	(10,627,057)	(10,163,683)
Resultado líquido do exercício		27,117,236	26,675,351
Resultado por acção (básico e diluído)	15	0.90	0.89

Todos os valores são expressos em Euros.

As notas anexas às demonstrações financeiras são parte integrante da demonstração dos resultados por naturezas do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

Demonstração dos resultados (por funções)

	Notas	2009	2008
Vendas e prestações de serviços	24	149,068,299	143,526,457
Custo das vendas e prestações de serviços	38	(43,410,857)	(41,583,014)
Resultados brutos		105,657,442	101,943,443
Outros proveitos operacionais		4,083,214	8,153,564
Custos distribuição	38	(31,655,729)	(30,322,844)
Custos administrativos	38	(28,590,764)	(27,386,931)
Outros custos e perdas operacionais		(6,225,402)	(5,963,277)
Resultados operacionais		43,268,761	46,423,955
Custo líquido do financiamento			
Perdas financeiras		(5,529,005)	(9,275,316)
Custo líquido do financiamento	38	(5,529,005)	(9,275,316)
Resultados correntes		37,739,756	37,148,639
Imposto sobre os resultados correntes	38	(10,622,520)	(10,473,288)
Resultado líquido do exercício		27,117,236	26,675,351
Resultado por ação	15	0.90	0.89

Todos os valores são expressos em Euros.

As notas anexas às demonstrações financeiras são parte integrante da demonstração dos resultados por funções do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.

Demonstração das variações dos capitais próprios

Rubricas	Capital	Ajustamentos de partes de capital	Reservas de reavaliação	Reservas legais	Outras reservas	Resultados transitados	Resultado líquido do exercício	Total
1 de Janeiro de 2008	150,000,000	(4,064)	107,369,030	27,225,089	22,171,377	25,307,826	24,391,338	356,460,596
Aplicação de resultados de 2007	-	-	-	2,439,134	-	21,952,204	(24,391,338)	-
Distribuição de resultados – empregados	-	-	-	-	-	(1,015,735)	-	(1,015,735)
Distribuição de dividendos – accionista	-	-	-	-	-	(17,073,936)	-	(17,073,936)
Reservas de reavaliação realizadas no exercício de 2008	-	-	(6,560,510)	-	-	6,560,510	-	-
Impostos diferidos sobre reservas de reavaliação que se realizaram no exercício de 2008	-	-	690,195	-	-	(690,195)	-	-
Resultado do exercício de 2008	-	-	-	-	-	-	26,675,351	26,675,351
31 de Dezembro de 2008	150,000,000	(4,064)	101,498,715	29,664,223	22,171,377	35,040,674	26,675,351	365,046,276
Aplicação de resultados de 2008	-	-	-	335,777	-	26,339,574	(26,675,351)	-
Distribuição de dividendos – accionista (Nota 16)	-	-	-	-	-	(18,672,746)	-	(18,672,746)
Reservas de reavaliação realizadas no exercício de 2009 (Nota 16)	-	-	(4,308,390)	-	-	4,308,390	-	-
Impostos diferidos sobre reservas de reavaliação que se realizaram no exercício de 2009 (Nota 16)	-	-	456,689	-	-	(456,689)	-	-
Resultado do exercício de 2009	-	-	-	-	-	-	27,117,236	27,117,236
31 de Dezembro de 2009	150,000,000	(4,064)	97,647,014	30,000,000	22,171,377	46,559,203	27,117,236	373,490,766

Todos os valores são expressos em Euros.

As notas anexas às demonstrações financeiras são parte integrante da demonstração das variações dos capitais próprios.

Demonstração dos fluxos de caixa

	Notas	2009	2008
Actividades Operacionais			
Recebimentos de clientes		189,193,830	187,275,603
Pagamentos a fornecedores		(44,289,649)	(50,393,102)
Pagamentos ao pessoal		(36,277,002)	(38,946,882)
Fluxo gerado pelas operações		108,627,179	97,935,620
Pagamentos/recebimentos do imposto sobre o rendimento		(7,322,560)	(5,782,316)
Outros recebimentos/pagamentos relativos actividade operacionais		(25,022,942)	(20,062,969)
Fluxos gerados antes das rubricas extraordinárias		(32,345,502)	(25,845,285)
Recebimentos relacionados com rubricas extraordinárias		185,747	409,631
Pagamentos relacionados com rubricas extraordinárias		(293,500)	(5,998,913)
		(107,753)	(5,589,283)
Fluxo de actividades operacionais (1)		76,173,924	66,501,052
Actividades de Investimento			
Recebimentos provenientes de:			
Investimentos Financeiros		1,371	-
Imobilizações corpóreas		1,397,632	1,544,718
Juros e proveitos similares		1,228,493	1,128,626
		2,627,496	2,673,345
Pagamentos respeitantes a:			
Investimentos financeiros		-	(1,500)
Empréstimos concedidos		(10,000)	(10,000)
Imobilizações corpóreas		(34,748,317)	(28,129,727)
		(34,758,317)	(28,141,227)
Fluxos das actividades de investimento (2)		(32,130,821)	(25,467,882)
Actividades de Financiamento			
Recebimentos provenientes de:			
Empréstimos obtidos		20,000,000	-
		20,000,000	-
Pagamentos respeitantes a:			
Empréstimos obtidos		(8,100,934)	(6,018,390)
Juros e custos similares		(5,712,742)	(9,419,543)
Dividendos		(18,672,746)	(17,073,936)
		(32,486,422)	(32,511,869)
Fluxos das actividades de financiamento (3)		(12,486,422)	(32,511,869)
Variações de caixa e seus equivalentes (4)=(1)+(2)+(3)		31,556,681	8,521,301
Caixa e seus equivalentes no início do período	14	23,520,498	14,999,197
Caixa e seus equivalentes no fim do período	14	55,077,179	23,520,498
Variações de caixa e seus equivalentes		31,556,681	8,521,301

Todos os valores são expressos em Euros.

As notas anexas às demonstrações financeiras são parte integrante da demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009.





Ribeira da Zebreira, afluente do Rio Zêzere



N

otas anexas
às demonstrações
financeiras

Índice das Notas Anexas

1. Actividade económica da EPAL
2. Políticas contabilísticas e critérios valorimétricos
 - a) Bases de apresentação; b) Imobilizações incorpóreas; c) Imobilizações corpóreas; d) Imparidade de activos fixos; e) Activos financeiros; f) Contas a receber; g) Existências; h) Disponibilidades; i) Capital social; j) Benefícios aos empregados - Pensões; k) Provisões; l) Subsídios para investimento; m) Impostos diferidos; n) Reconhecimento do rédito e de outros proveitos e custos; o) Dividendos a pagar; p) Reservas de reavaliação
3. Políticas de gestão do risco financeiro
4. Estimativas e julgamentos
5. Imobilizado incorpóreo
6. Imobilizado corpóreo
7. Investimentos financeiros
8. Impostos diferidos
9. Outros devedores a médio e longo prazo
10. Existências
11. Clientes e outras contas a receber
12. Estado e outros entes públicos activos
13. Outros devedores
14. Caixa e equivalentes de caixa
15. Capital social
16. Reservas e outros ajustamentos
17. Provisões
18. Responsabilidades com pensões
19. Empréstimos bancários
20. Subsídios ao investimento
21. Fornecedores e outras contas a pagar
22. Estado e outros entes públicos passivos
23. Outros credores
24. Vendas e prestação de serviços
25. Custo das vendas
26. Fornecimentos e serviços externos
27. Custos com pessoal
28. Amortizações e ajustamentos do exercício
29. Provisões do exercício
30. Outros custos operacionais
31. Proveitos suplementares
32. Outros proveitos e ganhos operacionais
33. Custos financeiros
34. Proveitos financeiros
35. Resultados extraordinários
36. Impostos
37. Passivos contingentes e garantias prestadas
38. Nota à demonstração dos resultados por funções

1. Actividade económica da EPAL

1.1 Introdução

A EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (adiante designada por “EPAL” ou “Empresa”) é uma sociedade anónima de capitais exclusivamente públicos.

O objecto social da Empresa consiste na captação, tratamento, adução e distribuição de água para consumo público e, bem assim, quaisquer outras actividades industriais, comerciais, de investigação ou de prestação de serviços, designadamente respeitantes ao ciclo da água, que sejam complementares daquelas ou com elas relacionadas.

1.2 Actividade

A EPAL é responsável pelo abastecimento de água para consumo humano, visando a prestação de um serviço de qualidade, com respeito pelos aspectos essenciais de ordem social e ambiental. Abrange a distribuição à cidade de Lisboa (distribuição domiciliária) e o abastecimento em “alta” a 20 municípios da Região da Grande Lisboa e à empresa Águas do Oeste.

O regime de preços aplicável à venda de água pela EPAL é definido pelo Decreto-Lei nº 230/91, de 21 de Junho, que prevê a celebração de convenção a acordar entre aquela e o Estado, representado pela Direcção Geral das Actividades Económicas.

No decurso do exercício de 2009, a Empresa celebrou com o Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, um contrato de concessão relativo à utilização dos recursos hídricos para captação de águas superficiais destinadas ao abastecimento público na albufeira de Castelo do Bode e em Valada Tejo, de modo a dar cumprimento à Lei nº 58/2005, de 29 de Dezembro. De acordo com o contrato celebrado, a concessão que se inicia em 2009 foi atribuída por um período de 75 anos, sendo que os activos que estão incluídos no contrato de concessão já existiam à data da celebração do referido contrato e encontravam-se escriturados no balanço da Empresa. Tal contrato, não define o enquadramento remuneratório no que respeita à exploração dos activos abrangidos pela concessão.

1.3 Aprovação das Demonstrações financeiras

As demonstrações financeiras ora reportadas foram aprovadas em reunião do Conselho de Administração de 11 de Março de 2010. É opinião do Conselho de Administração que as mesmas reflectem de forma fidedigna as operações da EPAL, bem como a sua posição e desempenho financeiro e fluxos de caixa.

2. Políticas contabilísticas e critérios valorimétricos

a) Bases de apresentação

As demonstrações financeiras da EPAL do exercício de 2009, compreendendo o balanço, a demonstração dos resultados por naturezas, a demonstração dos resultados por funções, a demonstração dos fluxos de caixa, a demonstração das variações do capital próprio e respectivas notas anexas, foram preparadas no pressuposto da continuidade das operações, a partir dos livros e registos contabilísticos da Empresa, mantidos de acordo com princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, com excepção da derrogação da Directriz Contabilística nº 19 decorrente da Empresa ter adoptado,

em anos anteriores, a metodologia “corridor”, prevista na IAS 19, para registo das suas responsabilidades com o Plano de Benefícios Pós-Emprego (**Nota 2j**).

Nos termos do Artigo 3º do Decreto-Lei nº 238/91, a Empresa está dispensada de elaborar demonstrações financeiras consolidadas, atendendo ao facto de a sua “Empresa-mãe” (AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A.), com sede na Rua Visconde de Seabra, nº3, em Lisboa, possuir indirectamente a totalidade das acções da Empresa e apresentar contas consolidadas nas quais são incluídas as demonstrações financeiras da Empresa e da sua subsidiária.

O balanço da Empresa em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008 e a demonstração dos resultados por naturezas dos exercícios findos naquelas datas, são apresentados com base num formato distinto do previsto no Plano Oficial de Contabilidade (POC), sendo as notas anexas apresentadas numa ordem sequencial de balanço e de demonstração dos resultados. Contudo, em conjunto com a Demonstração das variações dos capitais próprios, as informações requeridas pelo Plano Oficial de Contabilidade são inteiramente divulgadas.

O total do activo e do capital próprio, em 31 de Dezembro de 2009 e 31 de Dezembro de 2008, bem como o resultado líquido dos exercícios findos naquelas datas, ascendem a montante igual àqueles que resultam da apresentação do balanço e da demonstração de resultados por naturezas, de acordo com o formato requerido pelo POC, os quais são também apresentados em anexo, na secção “Elementos exigidos pelo Plano Oficial de Contabilidade”.

A preparação das demonstrações financeiras, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal, requer o uso de estimativas, pressupostos e julgamento na aplicação das políticas a adoptar pela EPAL, os quais afectam as quantias reportadas de activos e passivos, assim como as quantias reportadas de proveitos e custos durante o período de relato.

Apesar destas estimativas serem baseadas na experiência da gestão e nas suas melhores expectativas em relação aos eventos e acções correntes e futuras, os resultados actuais e futuros podem, em última instância, diferir destas estimativas. As áreas que envolvem um maior grau de julgamento ou complexidade, ou em que pressupostos e estimativas sejam significativos para as demonstrações financeiras são apresentadas na nota 4.

Salvo indicação contrária, todos os valores são expressos em Euros.

Decorrente da aprovação do novo Sistema de Normalização Contabilística (“SNC”), cuja entrada em vigor, conforme indicado no Decreto-Lei n.º 158, de 13 de Julho de 2009, ocorreu no dia 1 de Janeiro de 2010, a Empresa tem em curso o processo de quantificação dos impactos decorrentes da transição dos princípios contabilísticos anteriormente adoptados para o novo normativo contabilístico. Não obstante, poderão ocorrer efeitos com algum significado na sequência do processo de transição.

b) Imobilizações incorpóreas

Em 31 de Dezembro de 2009, o valor inscrito na rubrica “Imobilizações incorpóreas”, no montante de 21.300 Euros, é relativo a um direito sobre parte de terrenos de terceiros pelos quais passam condutas da EPAL, que por se tratar de um direito de uso ilimitado, não é sujeito a amortização.

c) Imobilizações corpóreas

As imobilizações corpóreas encontram-se registadas ao custo de aquisição ou ao valor reavaliado de acordo com as disposições legais.

As amortizações são calculadas pelo método das quotas constantes durante o período de vida útil estimado dos bens a que respeitam (**Nota 6**).

As taxas utilizadas correspondem, de um modo geral, às taxas máximas fiscalmente permitidas e são as que seguem:

Naturezas	Intervalos de taxas de amortização
Edifícios e outras construções	2% - 10%
Equipamento básico	2% - 25%
Equipamento de transporte	6,2% - 25%
Ferramentas e utensílios	10% - 25%
Equipamento administrativo	10% - 25%
Taras e vasilhame	14,28%
Outras imobilizações corpóreas	6,66% - 12,5%

Os adutores, contabilisticamente relevados na rubrica “Equipamento Básico”, são amortizados à taxa de 2%, uma vez que se estima em 50 anos o período de vida útil desses bens. Refira-se ainda, que a utilização da referida taxa de amortização foi, para efeitos fiscais, autorizada pela Direcção Geral dos Impostos (“DGCI”).

As despesas de manutenção corrente são contabilizadas em resultados no exercício em que ocorrem.

As imobilizações corpóreas constantes em balanço, ainda que não totalmente depreciadas, serão consideradas como custo do exercício se não for expectável que sejam obtidos benefícios económicos futuros provenientes da utilização ou alienação desses activos. Sempre que a quantia contabilística for superior ao valor recuperável do activo, procede-se imediatamente ao seu ajustamento para o valor recuperável estimado.

Os ganhos ou perdas provenientes do abate ou alienação são determinados pela diferença entre os recebimentos das alienações e a quantia contabilística do activo, e são reconhecidos como rendimentos ou gastos na demonstração dos resultados. Quando são vendidos bens reavaliados, o montante incluído em “Reservas de reavaliação” é transferido para “Resultados transitados”.

d) Imparidade de activos fixos

Os activos fixos, ainda que sujeitos a amortização, são revistos quanto à existência de indícios de imparidade sempre que eventos ou alterações nas condições envolventes indiquem que o valor pelo qual se encontram registados nas demonstrações financeiras possa não ser recuperável.

Uma perda por imparidade é reconhecida pelo montante do excesso da quantia contabilística do activo fixo face ao seu valor recuperável. A quantia recuperável é a mais alta de entre o justo valor de um activo deduzido dos gastos para venda e o seu valor de uso. Na impossibilidade de atribuir uma quantia recuperável a um determinado activo, o mesmo deverá ser agregado com outros activos, de forma que conjuntamente gerem fluxos de caixa independentes e, dessa forma, constituam uma UGC (Unidade geradora de caixa).

A perda por imparidade é reconhecida na demonstração dos resultados no exercício em que se verificam as condições para o seu registo, sendo anualmente acrescida ou revertida, total ou parcialmente, sempre que as condições que originaram o seu registo inicial se tenham alterado ou deixem de se verificar.

e) Activos financeiros

Empresas do grupo e associadas

Os investimentos em partes de capital em empresas do grupo e associadas são registados ao custo e valorizados pelo método de equivalência patrimonial. De acordo com este método, os ganhos e perdas obtidas por estas sociedades são registados, pela parte proporcional detida, como resultados financeiros.

Outros investimentos

Outros investimentos financeiros em títulos e outras aplicações são valorizados ao seu valor de custo, deduzidos de ajustamentos destinados a fazer face a perdas estimadas na sua realização.

f) Contas a receber

Os ajustamentos de dívidas de cobrança duvidosa são calculados com base na avaliação económica específica das perdas, totais ou parciais, estimadas pela não cobrança das contas a receber de clientes e outros devedores e tendo em consideração a existência de garantias reais ou de outra natureza (**Nota 11**).

g) Existências

As existências que se destinam ao processo produtivo da EPAL incluem, essencialmente, (i) reagentes, tais como cloro líquido, sulfato de alumínio, dióxido de carbono e outros produtos usados no tratamento da água; e (ii) material hidráulico para construção civil.

Essas existências estão valorizadas ao mais baixo do custo de aquisição (o qual inclui todas as despesas até à sua entrada em armazém) e do seu valor realizável líquido. O valor realizável líquido resulta do preço de venda estimado no decurso da actividade normal da Empresa, deduzido das despesas de venda. Quando o valor realizável líquido é inferior ao respectivo valor de balanço, são registados ajustamentos pela diferença.

O método de custeio adoptado para a valorização das saídas de armazém é o custo médio ponderado

h) Disponibilidades

As disponibilidades incluem caixa e equivalentes de caixa, depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de liquidez elevada e com maturidades iniciais até 1 ano (três meses, no caso da demonstração dos fluxos de caixa) e descobertos bancários. Os descobertos bancários são apresentados no Balanço, no passivo corrente, na rubrica “Dívidas a instituições de crédito – curto prazo”, e são também considerados na elaboração da demonstração dos fluxos de caixa.

Os títulos negociáveis são valorizados ao mais baixo entre custo de aquisição ou valor de mercado.

i) Capital social

As acções ordinárias são classificadas no capital próprio.

j) Benefícios aos empregados – Pensões

A Empresa tem em vigor um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores, que tem inerente o pagamento de complementos de pensões de reforma (por velhice ou invalidez), suportando adicionalmente as responsabilidades decorrentes de situação de pré-reforma.

O sistema de benefícios com pensões da Empresa consubstancia-se em dois planos de pensões, um de contribuição definida e outro de benefícios definidos.

O plano de contribuição definida é um plano de pensões, segundo o qual a Empresa tem como única obrigação pecuniária a realização de contribuições fixas junto de uma entidade separada (um Fundo).

O plano de benefícios definidos é um plano de pensões que define o montante de benefício de complemento à pensão que um empregado irá receber na reforma, normalmente dependente de um ou mais factores, como a idade, anos de serviço e remuneração.

As responsabilidades decorrentes do plano de benefícios definidos, são calculadas anualmente por actuários independentes, utilizando o método da unidade de crédito projectada. O valor presente das responsabilidades é determinado pelo desconto dos pagamentos futuros dos benefícios, utilizando a taxa de juro de obrigações de elevada qualidade denominadas na mesma moeda em que os benefícios serão pagos e com termos de maturidade que se aproximam dos da responsabilidade assumida.

Os custos relativos a estas responsabilidades são reconhecidos em conformidade com o International Accounting Standard 19 – Employee Benefits (**Nota 18**).

Os custos relativos ao plano de contribuição definida são registados anualmente com base numa percentagem sobre a massa salarial de cada activo integrante no plano.

k) Provisões

As provisões apenas são reconhecidas quando existe uma obrigação presente que resulte de eventos passados, para a liquidação da qual seja provável a necessidade de afectação de recursos internos e cujo montante possa ser estimado com razoabilidade. Sempre que um dos critérios não seja cumprido ou a existência da obrigação esteja condicionada à ocorrência (ou não ocorrência) de determinado evento futuro, a EPAL divulgará tal facto como um passivo contingente, salvo se a avaliação da exigibilidade da saída de recursos para liquidação do mesmo for considerada remota.

l) Subsídios para investimento

Os subsídios para investimento são reconhecidos quando existe uma segurança razoável que o subsídio será recebido e que a EPAL cumprirá as obrigações inerentes ao seu recebimento.

Os subsídios para investimento relativos à aquisição de imobilizações corpóreas são divulgados como passivo não-corrente e são creditados na demonstração dos resultados com base no método das quotas constantes pelo período esperado de vida remanescente dos activos correspondentes.

Os restantes subsídios são diferidos e reconhecidos na demonstração dos resultados no mesmo período dos gastos que pretendem compensar.

m) Impostos diferidos

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo de balanço, considerando-se as diferenças temporárias provenientes da diferença entre a base fiscal de activos e passivos e os seus valores nas demonstrações financeiras.

O imposto diferido que surja pelo reconhecimento inicial de um activo ou passivo numa transacção que não seja uma concentração empresarial, que à data da transacção não afecte nem o resultado contabilístico nem o resultado fiscal, não é registado.

Os activos por impostos diferidos são reconhecidos na medida em que seja provável que os lucros tributáveis futuros estarão disponíveis para utilização da diferença temporária ou quando se espera a reversão de um passivo por imposto diferido para a mesma altura e com a mesma autoridade.

Os impostos diferidos são determinados pelas taxas fiscais decretadas ou substancialmente decretadas na data do balanço e que se espera que sejam aplicáveis no período de reversão do imposto diferido. As diferenças que possam advir de alterações expectáveis das taxas a que irão reverter as diferenças temporais tributáveis são consideradas na demonstração dos resultados.

Os movimentos anuais nos saldos de activos e passivos por impostos diferidos têm como contrapartida as mesmas rubricas onde as transacções ou eventos que lhe deram origem foram registados. O valor da rubrica “Reserva de reavaliação” inscrita no capital próprio encontra-se líquida do correspondente passivo por imposto diferido (**Nota 16**).

Não são efectuadas compensações entre impostos diferidos activos e passivos.

n) Reconhecimento do rédito e de outros proveitos e custos

O rédito compreende o justo valor da venda de bens e prestação de serviços, líquido de impostos e descontos, e é reconhecido como segue

Venda de água e quota de serviço

A venda de água e quota de serviço encontra-se suportada por contratos celebrados com os clientes, em que o preço se encontra perfeitamente definido através de um tarifário devidamente aprovado.

Ao longo do ano, os proveitos relativos à venda de água são reconhecidos à medida que são facturados, com base nos consumos apurados através da leitura de contadores ou, nos períodos em que, para um dado consumidor, não foi realizada a leitura do contador, em estimativas de consumos. No final do ano, de acordo com o princípio da especialização dos exercícios, é reconhecido um acréscimo de proveitos pelo valor estimado dos consumos por ler e facturar.

No final de cada exercício económico, o montante registado a título de vendas de água corresponde aos consumos reais do ano apurados com base na leitura dos contadores e, nos casos em que tal não é viável, em estimativas fiáveis de tais consumos (**Nota 11**).

Encargos financeiros

Os juros de empréstimos obtidos são reconhecidos como custo no exercício em que são incorridos, mesmo quando os empréstimos visam financiar a aquisição de imobilizado (**Nota 33**).

Outros proveitos e custos

Os outros proveitos e custos são registados no exercício a que respeitam, independentemente do momento do seu pagamento ou recebimento, de acordo com o princípio contabilístico da especialização do exercício. As diferenças entre os montantes recebidos e pagos e as correspondentes receitas e despesas são registadas como acréscimos e diferimentos.

o) Dividendos a pagar

Os dividendos a pagar são reconhecidos no exercício em que são aprovados em Assembleia-Geral de Accionistas.

p) Reservas de reavaliação

Os montantes incluídos na rubrica “Reservas de reavaliação” são inicialmente registados pelo acréscimo líquido de imobilizado decorrente das reavaliações efectuadas de acordo com a legislação aplicável (**Nota 6**) e anualmente transferidos para a rubrica “Resultados transitados”, na medida em que os mesmos são realizados através de venda, abate ou amortização dos bens respectivos.

3. Políticas de gestão do risco financeiro

Factores do risco financeiro

As actividades da EPAL estão expostas a uma variedade de factores de risco financeiro: risco de liquidez e risco de fluxos de caixa associado à taxa de juro.

Risco de liquidez

A gestão do risco de liquidez implica a manutenção das disponibilidades a um nível razoável, a viabilidade da consolidação da dívida flutuante através de um montante adequado de facilidades de crédito e a habilidade de liquidar posições de mercado. A EPAL pretende assegurar a flexibilidade da dívida flutuante, mantendo para o efeito as linhas de crédito disponíveis. A EPAL efectua a gestão do risco de liquidez através da contratação e manutenção de linhas de crédito e facilidades de financiamento com compromisso de tomada firme junto de instituições financeiras que permitem o acesso imediato a fundos com flexibilidade.

Risco de fluxos de caixa e de justo valor associado à taxa de juro

Dado que a EPAL não possui activos com remuneração significativa, o lucro e os fluxos de caixa operacionais são substancialmente independentes das alterações da taxa de juro de mercado.

O risco da taxa de juro da EPAL advém essencialmente da contratação de empréstimos de longo prazo. Neste âmbito, empréstimos obtidos com juros calculados a taxa variável expõem a EPAL ao risco de fluxos de caixa e empréstimos obtidos com juros à taxa fixa expõem a EPAL ao risco do justo valor associado à taxa de juro. A política da EPAL é a de manter um equilíbrio entre o peso relativo de empréstimos com juros em regime de taxa fixa e empréstimos à taxa variável.

4. Estimativas e julgamentos

As estimativas e julgamentos com impacto nas demonstrações financeiras da EPAL são continuamente avaliados, representando à data de cada relato a melhor estimativa

da Administração, tendo em conta o desempenho histórico, a experiência acumulada e as expectativas sobre eventos futuros que nas circunstâncias em causa, se acreditam serem razoáveis.

A natureza intrínseca das estimativas pode levar a que o reflexo real das situações que haviam sido alvo de estimativa possam, para efeitos de relato financeiro, vir a diferir dos montantes estimados.

As estimativas e os julgamentos que apresentam um risco significativo de originar um ajustamento material no valor contabilístico de activos e passivos no decurso do exercício seguinte são as que seguem:

Provisões

A EPAL analisa de forma periódica eventuais obrigações que resultem de eventos passados e que devam ser objecto de reconhecimento ou divulgação.

A subjectividade inerente à determinação da probabilidade e montante de exfluxo de recursos internos necessários para a liquidação das obrigações, poderá conduzir a ajustamentos significativos quer por variação daqueles pressupostos quer pelo futuro reconhecimento de provisões anteriormente divulgadas como passivos contingentes.

Imparidade de activos

À data da apresentação das demonstrações financeiras da EPAL relativas ao exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 não é considerada como provável a existência de qualquer situação de imparidade nos activos reportados.

5. Imobilizado incorpóreo

Em 31 de Dezembro de 2009, o imobilizado incorpóreo no montante líquido de 21.300 Euros, respeita a um direito sobre parte de terrenos de terceiros pelos quais passam condutas da EPAL. Por se tratar de um direito de uso ilimitado, o mesmo não é sujeito a amortização. O imobilizado bruto também inclui o montante de 1.392 Euros referente a uma patente, a qual se encontra totalmente amortizada.

	2009	2008
Propriedade industrial e outros direitos	21,300	21,764
	21,300	21,764

Os movimentos ocorridos no imobilizado incorpóreo e respectivas amortizações acumuladas durante o exercício de 2009 foram como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Transferências	Abates e alienações	Saldo final
Imobilizado bruto					
Propriedade Industrial e outros direitos	22,692	-	-	-	22,692
	22,692	-	-	-	22,692
Amortizações acumuladas					
Propriedade Industrial e outros direitos	928	464	-	-	1,392
	928	464	-	-	1,392
		(nota 28)			

6. Imobilizado corpóreo

O imobilizado corpóreo líquido de amortizações, tem a seguinte composição:

	2009	2008
Terrenos e recursos naturais	49,844,518	49,761,829
Edifícios e outras construções	38,558,917	41,514,131
Equipamento básico	519,254,282	523,744,602
Equipamento de transporte	12,385	1,119
Ferramentas e utensílios	518,611	789,768
Equipamento administrativo	1,920,965	2,089,438
Taras e vasilhames	1,578	403
Outras imobilizações corpóreas	1,519,399	1,508,994
Imobilizações em curso	21,793,595	17,969,734
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	-	135,113
	633,424,250	637,515,131

No final do exercício de 2009, a rubrica “Equipamento básico” incluía imobilizações em poder de terceiros, designadamente, contadores de água colocados na rede de distribuição, no montante, líquido de amortizações, de 1.017.371 Euros.

Os movimentos ocorridos no imobilizado corpóreo e respectivas amortizações acumuladas durante o exercício de 2009 foram como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Transferências	Diminuições	Saldo final
Imobilizado bruto					
Terrenos e recursos naturais	49,761,829	-	82,689	-	49,844,518
Edifícios e outras construções	118,420,910	-	718,786	-	119,139,696
Equipamento básico	937,921,270	854,044	20,038,059	(190,268)	958,623,105
Equipamento de transporte	1,655,748	14,743	-	(223,931)	1,446,560
Ferramentas e utensílios	10,355,361	37,018	-	(428,572)	9,963,807
Equipamento administrativo	18,115,501	96,081	589,790	(89,418)	18,711,954
Taras e vasilhame	8,134	-	1,527	(198)	9,463
Outras imobilizações corpóreas	10,590,869	47,354	534,347	(29,799)	11,142,771
Imobilizações em curso	17,969,734	25,653,946	(21,830,085)	-	21,793,595
Adiantam. conta de imob. corp.	135,113	-	(135,113)	-	-
	1,164,934,469	26,703,186	-	(962,186)	1,190,675,469
Amortizações acumuladas					
Edifícios e outras construções	76,906,779	3,674,000	-	-	80,580,779
Equipamento básico	414,176,668	25,376,533	-	(184,378)	439,368,823
Equipamento de transporte	1,654,629	3,477	-	(223,931)	1,434,175
Ferramentas e utensílios	9,565,593	308,175	-	(428,572)	9,445,196
Equipamento administrativo	16,026,063	854,344	-	(89,418)	16,790,989
Taras e vasilhame	7,731	352	-	(198)	7,885
Outras imobilizações corpóreas	9,081,875	571,296	-	(29,799)	9,623,372
	527,419,338	30,788,177	-	(956,296)	557,251,219

(Nota 28)

A rubrica “Equipamento básico” inclui essencialmente a rede de distribuição, condutas, reservatórios, instalações de água e electricidade, obras hidráulicas e contadores.

Os aumentos ocorridos no exercício de 2009 no imobilizado corpóreo, ascenderam a aproximadamente 26,7 milhões de Euros, e respeitam, essencialmente, a obras de ampliação do Sistema de Castelo de Bode, à renovação de condutas adutoras e de distribuição da rede de Lisboa, à reabilitação da Estação Elevatória dos Olivais e à construção das novas instalações do Laboratório Central.

A redução da rubrica “Imobilizações em curso”, no montante de, aproximadamente, 21,9 milhões de Euros, corresponde, essencialmente, à conclusão, no decurso do exercício de 2009, de parte das obras relacionadas com a ampliação do Sistema de Castelo de Bode, à renovação das condutas adutoras e de distribuição da rede de Lisboa, ao projecto de macro medição da área de Negócio de Produção, a grandes obras de reabilitação do Aqueduto Tejo, implementação de Zonas de Monitorização e Controlo (ZMCs) na rede de Lisboa e optimização do consumo energético.

Em 31 de Dezembro de 2009, a rubrica “Imobilizações em curso” respeita, essencialmente, a obras na Estação de Tratamento de Água da Asseiceira, ao reforço de capacidade do adutor de Castelo de Bode, à renovação de condutas de distribuição na zona de Lisboa, à reabilitação da Estação Elevatória dos Olivais e sifões e túneis do Aqueduto Alviela, à construção das novas instalações do Laboratório Central, à remodelação do Museu da Água e a diversos processos de titularidade de terrenos.

Reavaliações

As imobilizações corpóreas foram reavaliadas, em anos anteriores, ao abrigo, dos seguintes diplomas legais:

- Decreto-Lei n.º 430/78, conforme disposições do Decreto-Lei n.º 24/82, de 30 de Janeiro
- Decreto-Lei n.º 219/82, de 2 de Junho
- Decreto-Lei n.º 399-G/84, de 28 de Dezembro
- Decreto-Lei n.º 118-B/86, de 27 de Maio
- Decreto-Lei n.º 111/88, de 2 de Abril
- Decreto-Lei n.º 49/91, de 25 de Janeiro
- Decreto-Lei n.º 264/92, de 24 de Novembro
- Decreto-Lei n.º 31/98, de 11 de Fevereiro

O detalhe dos custos históricos de aquisição de imobilizações corpóreas e correspondente reavaliação em 31 de Dezembro de 2009, líquidos de amortizações acumuladas, é o que segue:

	Custos históricos a)	Reavaliações a) b) (Nota 16)	Valores Reavaliados a)
Imobilizações corpóreas			
Terrenos e recursos naturais	12,297,248	32,992,766	45,290,014
Edifícios e outras construções	4,889,190	3,224,304	8,113,494
Equipamento básico	89,842,421	69,095,883	158,938,304
	107,028,859	105,312,953	212,341,812

7. Investimentos financeiros

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 os investimentos financeiros eram como segue:

	2009	2008
Partes de capital em empresas do grupo	250,000	250,000
Partes de capital em outras empresas participadas	1,500	2,870
Títulos e outras aplicações financeiras	108,731	108,732
	360,231	361,602

Empresas do grupo

As participações em empresas do grupo contabilizadas pelo método de equivalência patrimonial, e os respectivos capitais próprios e resultados, eram os seguintes, à data de 31 de Dezembro de 2009:

Empresas	Sede	% capital detida	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Valor balanço	Ajustamentos	Valor líquido
Clube de Golfe das Amoreiras	Lisboa	100%	188,571	(45,938)	a) 250,000	-	250,000

a) Corresponde a prestações acessórias

Em 31 de Dezembro de 2009, esta subsidiária apresentava capitais próprios negativos, no montante de 61.429 Euros, excluindo prestações acessórias. Ao abrigo do normativo contabilístico aplicável, a EPAL cessou a utilização do método da equivalência patrimonial no momento em que as perdas acumuladas da associada excederam o valor do investimento financeiro em balanço.

A EPAL é o único accionista do Clube de Golfe das Amoreiras, S.A, que tem como objectivo a promoção, construção, exploração e funcionamento de um estabelecimento destinado ao treino e ensino de golfe no recinto da EPAL, nas Amoreiras, em resposta ao desafio colocado pelo Município de Lisboa para se valorizar e dinamizar o espaço ocupado pelo reservatório. O seu capital social é de 350.000 Euros.

Em 1993, ambas as sociedades celebraram um contrato-promessa com a Supergolf Amoreiras-Academia de Golfe, S.A., por meio do qual a sociedade Clube de Golfe das Amoreiras, S.A. prometia ceder a exploração do recinto comercial destinado ao treino e ensino de golfe.

Na sequência de decisão arbitral anterior e por iniciativa da Supergolf Amoreiras-Academia de Golfe, S.A., foi constituído, em 2006, novo Tribunal Arbitral para apuramento de eventuais responsabilidades. Em 2008, o referido Tribunal Arbitral proferiu acórdão unânime, entretanto transitado em julgado, que estabeleceu a indemnização devida, compreendendo esta um montante líquido já cumprido e um valor sujeito a liquidação, neste momento ainda pendente, que se encontra estimado e registado nas demonstrações financeiras da Empresa em 31 de Dezembro de 2009.

Participadas

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 os investimentos financeiros em outras participações eram como segue:

Empresas	Sede	% capital detida	Capitais Próprios	Resultado Líquido	Valor balanço	Ajustamentos	Valor líquido
Fundec					1.500	-	1.500
					1.500	-	1.500

Títulos e outras aplicações de tesouraria

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 a Empresa detinha os seguintes títulos:

	2009	2008
Valores à ordem dos tribunais	108,082	108,072
OT's	649	660
	108,731	108,732

Movimentos ocorridos durante o exercício

Os movimentos ocorridos nas rubricas investimentos financeiros e respectivos ajustamentos durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, foram como segue:

	Saldo inicial	Reforços	Reduções	Saldo final
Partes de capital em empresas do grupo	250,000	-	-	250,000
Partes de capital em outras empresas participadas	2,870	-	(1,370)	1,500
Títulos e outras aplicações financeiras	108,732	-	(1)	108,731
	361,602	-	(1,371)	360,231

Transacções com empresas do grupo

	Vendas e ou Prestações de Serviços	Prestações de Serviços Intragrupo	Proveitos Financeiros	Aquisição de Serviços Intragrupo
AdP SGPS	-	-	-	2,777,692
AdP Serviços	2,645	150,716	-	1,116,348
Aquasis	-	-	-	105,900
Águas do Cávado	-	1,071	-	-
Águas do Ave	-	316	-	-
Águas do Douro e Paiva	-	300	-	-
Águas Oeste	7,264,126	-	334,947	-
Sanest	-	3,152	-	-
Simtejo	513,533	-	-	86,901
Águas do Norte Alentejano	-	28,398	-	-
Águas do Centro Alentejo	-	19,919	-	-
Águas Algarve	-	95,453	-	-
Águas S. André	-	18,212	-	-
Valorsul	23,389	-	-	-
AdP Internacional	-	77,629	-	-

Saldos com empresas do grupo

	Cientes	Fornecedores	Adiant.	Devedores	Acrésc. Prov.	Acrésc. cust.
AdP SGPS	-	209,204		-	-	13,838
AdP Serviços	361	2,436,900	1,082,983	-	-	61,094
Aquasis	-	15,190		-	-	105,900
Águas do Cávado	483	-		-	-	-
Águas Oeste	575,423	-		12,026,274	1,227,657	-
Simtejo	64,613	-		-	-	-
Águas do Norte Alentejano	3,462	-		-	-	-
Águas do Centro Alentejo	2,700	-		-	-	-
Águas Algarve	-	-		56,912	-	-
Águas S. André	-	-		1,821	-	-
Valorsul	2,993	-		-	-	-

8. Impostos diferidos

Para mensuração dos saldos finais de impostos diferidos foi aplicada a taxa de Imposto prevista no Orçamento do Estado para 2009 e que corresponde a uma taxa de IRC de 25%, acrescida da Derrama de 1,5% sobre o lucro tributável, resultando numa taxa agregada de imposto de 26,5%.

Os movimentos no exercício de 2009 nas rubricas de impostos diferidos foram os seguintes:

Rubrica	Saldo inicial	Aumento	Reversão	Saldo final
Provisões e ajustamentos acima dos limites fiscais	21,762,942	4,324,492	(3,841,579)	22,245,855
Reposição de proveitos tributados	1,549,908	-	-	1,549,908
Base de incidência	23,312,850	4,324,492	(3,841,579)	23,795,763
Taxa de imposto:				
IRC (25%)	5,828,212	1,081,123	(960,395)	5,948,940
Derrama (1,5%)	349,693	64,867	(57,624)	356,936
Activos por impostos diferidos	6,177,905	1,145,990	(1,018,018)	6,305,877
Reavaliação de activos imobilizados	30,651,431	-	(1,723,356)	28,928,075
Valor líquido das mais-valias reinvestidas	189,158	-	(4,877)	184,281
Base de incidência	30,840,589	-	(1,728,233)	29,112,356
Taxa de imposto:				
IRC (25%)	7,710,147	-	(432,058)	7,278,089
Derrama (1,5%)	462,609	-	(25,924)	436,685
Passivos por impostos diferidos	8,172,756	-	(457,982)	7,714,774

Em 31 de Dezembro de 2009, o efeito dos impostos diferidos na demonstração dos resultados do exercício de 2009 ascende a 585.954 Euros (**Nota 36**) e resulta do somatório dos movimentos ocorridos no exercício na rubrica de impostos diferidos.

9. Outros devedores – médio e longo prazo

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os saldos desta rubrica, nos montantes de 13.221.476 Euros e 14.570.718 Euros, respectivamente, correspondem a dívidas de médio e longo prazo de “Outros devedores” e incluem, essencialmente: (i) a dívida resultante da alienação dos subsistemas de abastecimento de Alenquer / Torres Vedras e Arruda dos Vinhos / Sobral de Monte Agraço, a qual apresenta um plano de reembolso anual no prazo de 27 anos; e (ii) a dívida resultante da alienação de activos fixos relacionados com o Adutor de Alto Carenque / Mercês.

Do montante a receber em 31 de Dezembro de 2009, 11.525.180 Euros vence-se até 2033 e 1.696.296 Euros vence-se até 2012. Ambas as dívidas são remuneradas com base no Índice de Preços ao Consumidor.

O plano de reembolso por anos da parcela classificada a médio e longo prazo descreve-se como segue:

Ano	Montante
2011	1.349.242
2012	1.349.242
2013	501.094
> 2013	10.021.898

	13.221.476

10. Existências

Durante o exercício de 2009, os movimentos ocorridos na rubrica de existências foram como segue:

Rubricas	Saldo inicial	Aumentos	Transfe- rências	Regularizações	Diminuições	Saldo final
Existências						
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1,295,524	2,766,633	-	(2,397)	(2,753,673)	1,306,087
Mercadorias	306,380	-	-	-	(20,681)	285,699
(Nota 25)	1,601,904	2,766,633	-	(2,397)	(2,774,354)	1,591,786
					(Nota 25)	
Ajustamentos a saldos de existências						
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	(60,950)	-	-	-	-	(60,950)
Mercadorias	(284,907)	(792)	-	-	-	(285,699)
	(345,857)	(792)	-	-	-	(346,649)
		(Nota 28)				
	1,256,047	2,765,841	-	(2,397)	(2,774,354)	1,245,137

11. Clientes e outras contas a receber

A composição desta rubrica em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 é como segue:

	2009	2008
Clientes c/c	13,167,768	15,928,703
Clientes de cobrança duvidosa	4,314,899	3,922,324
Ajustamentos para clientes de cobrança duvidosa	(3,256,590)	(2,960,345)
Subtotal clientes	14,226,077	16,890,682
Acréscimo de proveitos relativo a consumos de água por facturar	7,583,638	7,175,877
Acréscimo de proveitos relativo a quota de serviço por facturar	1,107,491	1,069,922
Acréscimo de proveitos relativo a serviços prestados por facturar	63,946	82,714
	22,981,152	25,219,195

Movimentos ocorridos no exercício

Os movimentos registados nos saldos de clientes de cobrança duvidosa e respectivos ajustamentos no exercício de 2009, foram os seguintes:

	Saldo inicial	Aumentos	Diminuições	Saldo final
Clientes de cobrança duvidosa	3,922,324	469,122	(76,547)	4,314,899
Ajustamentos a clientes de cobrança duvidosa (Notas 28 e 32)	(2,960,345)	(350,589)	54,344	(3,256,590)
	961,979	118,533	(22,203)	1,058,309

O reforço verificado nos saldos e ajustamentos relativos a clientes de cobrança duvidosa decorre de uma avaliação económica sobre o risco de incobrabilidade das contas a receber de clientes.

Relativamente às diminuições, estas resultam essencialmente da recuperação de créditos anteriormente provisionados.

O saldo de clientes de cobrança duvidosa, no valor de 4.314.899 Euros, é composto por 3.256.590 Euros cujo risco de incobrabilidade pertence à Empresa e se encontra integralmente provisionado e por 1.058.309 Euros referentes a tarifa de saneamento e adicional, cujo risco é da responsabilidade de terceiros.

12. Estado e outros entes públicos activos

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os saldos devedores do Estado e Outros Entes Públicos, eram compostos como segue:

	2009	2008
IVA a receber	1,744	1,474
	1,744	1,474

13. Outros devedores

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 a composição da rubrica de outros devedores é a seguinte:

	2009	2008
Empresas do grupo	1,363,246	1,353,246
Adiantamentos a fornecedores	1,082,983	1,082,983
Pessoal	26,877	32,325
Outros devedores diversos	2,450,149	2,510,160
Ajustamentos a outros devedores de cobrança duvidosa	(397,130)	(623,124)
Subtotal	4,526,125	4,355,590
Outros acréscimos de proveitos	756,231	379,437
Custos diferidos relativos a seguros liquidados	652,340	840,034
Outros custos diferidos	85,780	104,434
	6,020,476	5,679,495

Empresas do grupo

O valor registado na rubrica empresas do grupo refere-se exclusivamente a suprimentos concedidos ao Clube de Golfe das Amoreiras, S.A..

Movimentos ocorridos relativos a ajustamentos para outros devedores de cobrança duvidosa

Os movimentos ocorridos no ano são como segue:

	2009	2008
Saldo inicial	623,124	623,124
Reforço / Dotações do exercício (Nota 28)	40,983	-
Reversão (Nota 32)	(266,977)	-
Saldo final	397,130	623,124

14. Caixa e equivalentes de caixa

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 a rubrica de caixa e seus equivalentes apresentava a seguinte composição:

	2009	2008
Caixa	33,954	37,562
Depósitos bancários	5,043,225	4,782,936
Subtotal	5,077,179	4,820,498
Outras aplicações de tesouraria	50,000,000	18,700,000
	55,077,179	23,520,498

A rubrica “Outras aplicações de tesouraria”, corresponde a depósitos a prazo, que vencem juros a taxas normais de mercado.

15. Capital social

O capital social no montante de 150.000.000 Euros é constituído por 30.000.000 acções de 5 Euros cada e encontra-se integralmente realizado.

Accionistas

À data de 31 de Dezembro de 2009, a Empresa era integralmente detida pela AdP – Águas de Portugal, SGPS, S.A..

Resultado por acção

	2009	2008
Resultado líquido do exercício	27,117,236	26,675,351
Número médio de acções	30,000,000	30,000,000
Resultado por acção (básico e diluído)	0.90	0.89

16. Reservas e outros ajustamentos

Em 31 de Dezembro de 2009 as reservas e outros ajustamentos eram como segue:

	2009	2008
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	(4,064)	(4,064)
Reservas de reavaliação	97,647,013	101,498,715
Reservas legais	30,000,000	29,664,223
Outras Reservas	22,171,378	22,171,377
	149,814,327	153,330,251

Observação: ver em conjunto com a Demonstração das variações dos capitais próprios.

A variação ocorrida na rubrica Reservas de Reavaliação durante o exercício de 2009 foi como se segue:

	Saldo inicial	Transferências	Outros	Saldo final
Reservas de reavaliação				
Constituição das reservas de reavaliação	256,514,383	-	-	256,514,383
Realização das reservas de reavaliação	(146,893,039)	(4,308,391)	-	(151,201,430)
(Nota 6)	109,621,344	(4,308,391)	-	105,312,953
Impostos diferidos associados				
Constituição dos impostos diferidos	(21,042,483)	-	-	(21,042,483)
Realização dos impostos diferidos	12,919,854	456,689	-	13,376,543
(Nota 8)	(8,122,629)	456,689	-	(7,665,940)
Valor líquido das reservas de reavaliação	101,498,715	(3,851,702)	-	97,647,013

Transferências: Os montantes incluídos nas colunas de “transferências” respeitam à transferência para a rubrica de “Resultados transitados” da parcela de reservas de reavaliação realizadas pela amortização, alienação ou abate dos activos fixos correspondentes, e respectivos impostos diferidos, durante o exercício de 2009.

Reserva legal: A legislação comercial estabelece que pelo menos 5% do resultado líquido anual (os estatutos da EPAL elevam esse limite para 10%) tem que ser destinado ao reforço da reserva legal até que esta represente pelo menos 20% do capital social. Esta reserva não é passível de distribuição a não ser no caso de liquidação da empresa, mas pode ser utilizada para absorver prejuízos depois de esgotadas as outras reservas ou incorporada no capital.

Aplicação de resultados: Conforme deliberado em Assembleia-Geral de Accionistas, realizada em 30 de Março de 2009, a Empresa aplicou o resultado líquido positivo apurado no exercício findo em 31 de Dezembro de 2008, no montante de 26.675.351 Euros, da seguinte forma:

Transferência:

Para reservas legais	335.777
Para resultados transitados	<u>7.666.828</u>
	8.002.605

Distribuição:

De dividendos	<u>18.672.746</u>
	18.672.746
	26.675.351

17. Provisões

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 a composição das provisões é a seguinte:

	2009	2008
Processos judiciais em curso	10,946,843	9,322,593
Acidentes de trabalho	141,572	174,956
Outros riscos e encargos	3,835,246	3,602,411
	14,923,661	13,099,960

O movimento ocorrido na rubrica de “Provisões” no exercício de 2009 detalha-se como segue:

	Saldo inicial	Aumentos	Reduções	Saldo final
Processos judiciais em curso	9,322,593	1,764,592	(140,342)	10,946,843
Acidentes de trabalho	174,956	-	(33,384)	141,572
Outras riscos e encargos	3,602,411	510,000	(277,165)	3,835,246
	13,099,960	2,274,592	(450,891)	14,923,661

(Nota 29)

A Empresa fez uma revisão cuidadosa e completa da situação respeitante a compromissos, obrigações presentes, prováveis ou contingentes, acções judiciais, situações fiscais por regularizar e reclamações ou casos litigiosos. Com base nessa revisão e a partir de uma cuidada análise de risco, a Empresa considera que o montante reflectido na rubrica "Provisões", que em 31 de Dezembro de 2009 ascende a 14.923.661 Euros, é adequado para fazer face aos riscos identificados.

As reduções de provisões respeitam a anulações no montante de 417.507 Euros (nota 35) e utilização no montante de 33.384 Euros.

18. Responsabilidades com pensões

A EPAL dispõe de um sistema de benefícios sociais para os seus trabalhadores, substanciado em dois planos de pensões, um plano de benefícios definidos e outro de contribuições definidas, os quais tem inerente o compromisso do pagamento de um complemento da pensão de reforma (por idade e invalidez) atribuída pela Segurança Social. Adicionalmente, suporta ainda as responsabilidades decorrentes de situações de pré-reforma (Nota 2 j).

As responsabilidades decorrentes do Plano de Pensões são financiadas através do Fundo de Pensões EPAL, constituído em Novembro de 1990, sendo as pré-reformas suportadas directamente pela Empresa.

No decurso do exercício findo em 31 de Dezembro de 2008 a Empresa procedeu à reformulação do Acordo de Empresa com os seus trabalhadores e sindicatos, nomeadamente no que respeita ao plano de pensões. Tal reformulação contemplou, essencialmente, a passagem de uma parte dos colaboradores activos da Empresa para um esquema de contribuição definida, em substituição do anterior plano de benefícios definidos. A formalização do Corte do Plano anterior e a entrada em vigor do novo Plano, para quem a este aderiu, veio a ocorrer em 22 de Março de 2008.

Com referência a 31 de Dezembro de 2009 e 2008 as responsabilidades por serviços passados associadas ao plano de benefícios definidos e com pré-reformas eram as seguintes:

Variação nas responsabilidades	2009	2008
Responsabilidades do início do período	50,622,436	88,397,822
Custo dos serviços correntes	293,000	715,000
Custos dos juros	2,516,000	3,037,000
"Corte" do plano	-	(37,914,000)
Valor Actual de Pré-Reformas não previstas	4,011,000	2,192,000
(Ganhos)/Perdas actuariais	(3,030,000)	(200,000)
Benefícios pagos	(5,513,058)	(5,605,386)
Responsabilidades no fim do período	48,899,378	50,622,436

As responsabilidades indicadas no quadro acima foram calculadas com base nos seguintes pressupostos actuariais e financeiros:

	2009	2008
Tábua de mortalidade	TV 88/90	TV 88/90
Tábua de invalidez	EVK 80	EVK 80
Taxa anual de desconto	5.25%	5.25%
Taxa anual de rendimento	5.25%	5.25%
Taxa de crescimento dos salários	2.50%	2.50%
Taxa de crescimento dos salários da segurança social	2.50%	2.50%
Taxa de crescimento das prestações de pré-reforma	2.50%	2.50%

As responsabilidades globais da Empresa são cobertas através dos activos do Fundo de Pensões e de uma provisão específica, registada no passivo.

A evolução dos activos do Fundo foi a seguinte:

Fundo de pensões	2009	2008
Valor no início do período	33,151,444	48,454,982
Retorno efectivo	2,231,861	(3,100,538)
"Corte" do fundo	-	(13,203,000)
Contribuição da EPAL	1,610,735	2,902,789
Benefícios pagos	(1,951,167)	(1,902,789)
Valor no fim do período	35,042,872	33,151,444

O montante de 13.203.000 Euros, em 2008, respeita ao valor do fundo que foi transferido para o novo plano de contribuições definidas.

Em complemento aos activos do Fundo, a 31 de Dezembro de 2009, a Empresa tem reconhecido, no passivo, uma provisão para responsabilidades com pensões, no montante de 15,6 milhões de Euros.

A situação global pode ser resumida no quadro seguinte:

	2009	2008
Responsabilidades no fim do período	48,899,378	50,622,436
Valor dos activos no fim do período	35,042,872	33,151,444
Provisão para pensões	15,602,126	15,642,752
Perdas/(ganhos) actuariais diferidos	(1,745,620)	1,828,240
Prior service cost	-	-
Perdas/(Ganhos) enquadráveis no limite de 10% - "corredor"	(1,745,620)	1,828,240
Perdas em excesso ao corredor	-	-

O custo global com benefícios pós-emprego foi como segue:

	2009	2008
Custo dos serviços correntes	293,000	715,000
Custo dos juros	2,516,000	3,037,000
Retorno esperado dos activos	(1,688,000)	(1,942,000)
"Corte" do Plano e do Fundo	-	(7,301,000)
Reconhecimento de novas pré-reformas	4,011,000	2,192,000
Reconhecimento do prior service cost	-	89,000
Reconhecimento de perdas actuariais diferidas	-	66,000
Custo do período	5,132,000	(3,144,000)

O montante de 7.301.000 Euros, em 2008, respeita ao efeito do “corte” do esquema de benefícios definidos anterior, o qual foi calculado com base em cálculos actuariais elaborados por uma entidade independente e especializada, à data de entrada em vigor do nosso plano, ou seja, 22 de Março de 2008.

As perdas/ganhos actuariais diferidas que excederem o limite de 10% do valor dos fundos afectos à cobertura das responsabilidades da Empresa ou 10% do valor das responsabilidades com serviços passados, dos dois o mais alto, são reconhecidas pelo período compreendido entre a idade média da população activa e a idade de reforma, com início no exercício seguinte em que tal situação se verifica.

Continuando a ser objectivo da Empresa reforçar o nível de financiamento do seu Plano de Pensões, o Conselho de Administração decidiu realizar durante o ano de 2009, mais uma significativa contribuição financeira para o Fundo, no montante de 1,6 milhões de Euros.

Durante o exercício de 2009, a Empresa procedeu ainda ao registo do custo associado com o esquema de contribuições definidas no montante de 506.062 Euros na rubrica “Custos com pessoal”.

19. Empréstimos bancários

Os empréstimos bancários em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 detalham-se como segue:

	2009				2008			
	Vencimento até 1 ano	Vencimento 1 a 5 anos	Vencimento a mais 5 anos	Total	Vencimento até 1 ano	Vencimento 1 a 5 anos	Vencimento a mais 5 anos	Total
Banco Europeu do Investimento (BEI)	9,725,934	65,820,404	147,524,132	223,070,470	8,100,934	55,445,404	147,625,066	211,171,404
Total - empréstimos bancários MLP		213,344,536				203,070,470		

De acordo com o contrato assinado entre a Empresa e o BEI, o capital em dívida a esta instituição bancária tornar-se-á exigível, caso existam alterações significativas na estrutura accionista da Empresa, nomeadamente, o facto de o actual accionista deixar de ter o controlo da Empresa.

20. Subsídios ao investimento

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, o passivo relativo a subsídios ao investimento detalha-se como segue:

	2009	2008
Subsídios ao investimento	66,471,846	66,471,846
Proveitos reconhecidos	(28,245,979)	(26,374,274)
	38,225,867	40,097,572

A variação verificada entre os dois exercícios, no valor de 1.871.705 Euros, refere-se ao reconhecimento anual em resultados dos subsídios ao investimento, na mesma proporção em que os activos subsidiados utilizados pela Empresa são amortizados (**Nota 35**).

21. Fornecedores e outras contas a pagar

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 a composição desta rubrica é a seguinte:

	2009	2008
Fornecedores c/c	27,085,281	24,481,482
Fornecedores facturas em recepção e conferência	58,561	35,439
Fornecedores de imobilizado	6,415,042	9,137,637
Acréscimos de custos	4,367,327	3,303,052
	37,926,211	36,957,610

22. Estado e outros entes públicos passivos

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, os saldos credores do Estado e outros entes públicos são como segue:

	2009	2008
IRC		
Estimativa de IRC (Nota 36)	11,213,011	7,203,136
Pagamentos por conta	(5,679,894)	(5,587,824)
Retenções na fonte	(202,578)	(170,687)
Subtotal IRC	5,330,539	1,444,625
IVA	261,699	256,712
IRS	300,382	302,828
Segurança Social	530,891	533,266
Imposto de selo	11,915	10,850
Taxa de Recursos Hídricos	3,452,701	-
	9,888,127	2,548,281

A variação ocorrida nesta rubrica deve-se, essencialmente, ao montante a pagar relacionado com a Taxa de Recursos Hídricos ao Instituto da Água, I.P., de acordo com o estipulado pelo Decreto-Lei 97/2008 de 11 de Junho, dívida essa que no exercício anterior, se encontrava registada como dívida a pagar a outros credores (**Nota 23**).

23. Outros credores

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 os saldos com outros credores são como segue:

	2009	2008
Câmara Municipal de Lisboa		
Tarifa de Saneamento (Portaria 399/85)	10,881,748	12,700,182
Tarifa Adicional (Portaria 309/84)	1,344,689	1,601,662
Férias e subsídio de férias	3,910,626	3,885,439
Taxa Recursos Hídricos - a)	-	1,651,066
Juros a pagar	928,612	1,083,822
Seguros a liquidar	102,870	186,773
Pessoal	115	4,206
Credores diversos	648,160	474,068
	17,816,820	21,587,218

a) A variação registada decorre do facto de, no ano 2009, a Taxa de Recursos Hídricos ter passado a ser registada na rubrica “Estado e Outros Públicos” (Nota 22).

24. Vendas e prestação de serviços

Nos exercícios de 2009 e 2008, as vendas e as prestações de serviços detalham-se como segue:

	Mercado Nacional
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2009	
Vendas de água e quota de serviço	146,301,699
Prestação de Serviços	2,766,600
	149,068,299
Exercício findo em 31 de Dezembro de 2008	
Vendas de água e quota de serviço	140,942,021
Prestação de Serviços	2,584,436
	143,526,457

25. Custo das vendas

Nos exercícios de 2009 e 2008, o custo das vendas detalha-se como segue:

	2009	2008
Existências Iniciais	1,601,904	1,223,114
Compras	2,766,633	2,765,922
Transferências	(20,682)	306,380
Regularização de existências (Nota 35)	(2,396)	696
Existências finais (Nota 10)	1,591,786	1,601,904
	2,753,673	2,694,208

26. Fornecimentos e serviços externos

Nos exercícios de 2009 e 2008, os fornecimentos e serviços externos detalham-se como segue:

	2009	2008
Electricidade	8,948,134	9,676,871
Trabalhos especializados	7,130,066	7,644,718
Conservação e reparação	6,388,647	7,232,993
Comunicação	2,077,614	1,777,552
Seguros	1,272,711	1,288,840
Subcontratos	1,188,907	1,113,165
Rendas e alugueres	1,188,098	1,235,139
Vigilância e segurança	1,062,927	1,010,316
Limpeza , higiene e conforto	655,784	643,071
Combustíveis	491,238	613,242
Publicidade e propaganda	472,524	706,732
Outros FSE's	6,913,473	6,836,478
	37,790,123	39,779,117

27. Custos com pessoal

Nos exercícios de 2009 e 2008, os custos com pessoal detalham-se como segue:

	2009	2008
Remunerações	23,183,284	23,841,900
Outros	13,046,253	4,462,258
	36,229,537	28,304,158

Remunerações dos Órgãos Sociais

As remunerações atribuídas aos órgãos sociais durante o exercício de 2009, foram as seguintes:

Conselho de Administração	668.090
Fiscal Único/ROC	17.948
	686.038

Número médio de colaboradores

O número médio de trabalhadores ao serviço da Empresa em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 são como segue:

	2009	2008
Órgãos sociais	4	4
Trabalhadores efectivos e outros	778	797
	782	801

28. Amortizações e ajustamentos do exercício

Nos exercícios de 2009 e 2008, as amortizações e os ajustamentos do exercício detalham-se como segue:

	2009	2008
Amortizações de imobilizado corpóreo (Nota 6)	30,788,177	31,692,799
Amortizações de imobilizado incorpóreo (Nota 5)	464	464
Ajustamentos a saldos de clientes (Nota 11)	350,589	428,970
Ajustamentos a saldos de existências (Nota 10)	792	345,857
Ajustamentos a saldos de outros devedores (Nota 13)	40,983	-
	31,181,005	32,468,090

29. Provisões do exercício

Nos exercícios de 2009 e 2008, as provisões do exercício foram como segue:

	2009	2008
De processos judiciais	1,764,592	1,542,459
De impostos	-	417,165
De outros riscos e encargos	510,000	82,000
	2,274,592	2,041,624

(Nota 17)

30. Outros custos operacionais

Nos exercícios de 2009 e 2008, os outros custos operacionais tinham a composição que segue:

	2009	2008
Impostos e taxas	1,136,689	1,212,735
Quotizações	57,603	59,646
	1,194,292	1,272,381

31. Proveitos suplementares

Nos exercícios de 2009 e 2008, os proveitos suplementares foram como segue:

	2009	2008
Assistência técnica relativa ao Aquamatrix	769,563	626,470
Tarifa de saneamento	357,292	334,206
Análises laboratoriais	109,533	147,595
Rendas relativas a espaços	107,241	89,985
Apoio legal em expropriações	94,853	114,954
Reparação de contadores	51,054	18,732
Serviços sociais	12,097	12,096
Cadernos de encargos	166	46,300
Royalties	-	69,580
Outros	203,252	341,075
	1,705,051	1,800,993

32. Outros proveitos e ganhos operacionais

Nos exercícios de 2009 e 2008, os outros proveitos e ganhos operacionais detalham-se como segue:

	2009	2008
Reversões de ajustamentos a clientes (Nota 11)	54,344	946,078
Subsídios à exploração	105,506	3,857
Reversões de ajustamentos a outros devedores (Nota 13)	266,977	-
	426,827	949,935

33. Custos financeiros

Nos exercícios de 2009 e 2008, os custos financeiros tinham a composição que segue:

	2009	2008
Juros suportados	5,372,634	9,163,320
Diferenças de câmbio desfavoráveis	1,164	2,780
Outros custos e perdas financeiras	184,897	125,307
	5,558,695	9,291,407

34. Proveitos financeiros

Nos exercícios de 2009 e 2008, os proveitos financeiros foram como segue:

	2009	2008
Juros obtidos	955,851	828,853
Diferenças de câmbio favoráveis	763	6,635
Descontos de pronto pagamento obtidos	952	360
Reversões e outros proveitos e ganhos financeiros	334,947	314,021
	1,292,513	1,149,869

35. Resultados extraordinários

A demonstração dos resultados extraordinários, para os exercícios de 2009 e 2008, é como segue:

	2009	2008
Donativos	88,682	131,251
Perdas em imobilizações	4,260	83,168
Perdas em existências (Nota 25)	3,784	1,022
Multas e penalidades	2,158	500
Correcções relativas a exercícios anteriores	-	267
Outros custos e perdas extraordinárias (a)	266,178	811,422
Total de custos e perdas	365,062	1,027,630
Ganhos em existências (Nota 25)	1,388	1,718
Ganhos em imobilizações	36,080	1,216,174
Reduções de provisões (Nota 17)	417,507	2,619,419
Correcções relativas a exercícios anteriores	-	233,950
Subsídios ao investimento (Nota 20)	1,871,705	1,871,705
Outros proveitos e ganhos extraordinários	253,801	341,603
Total de proveitos e ganhos	2,580,481	6,284,569
Resultados extraordinários	2,215,419	5,256,939

a) A rubrica “Outros custos e perdas extraordinárias”, no montante de 266.178 Euros corresponde, essencialmente: (i) à insuficiência da estimativa de impostos, no montante de 63.517 Euros; e (ii) ao valor pago no decurso do exercício de 2009 de indemnizações por roturas, no montante de 201.183 Euros.

36. Impostos

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 a Empresa encontra-se sujeita a Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Colectivas (“IRC”) à taxa normal de 25% que pode ser incrementada até ao máximo de 1,5% pela Derrama, conduzindo a uma taxa agregada de imposto de 26,5%.

De acordo com a legislação em vigor, as declarações fiscais estão sujeitas a revisão e correcção por parte das autoridades fiscais durante um período de quatro anos (dez anos para a Segurança Social até 2000, inclusive e cinco anos a partir de 2001) excepto quando tenham havido prejuízos fiscais, tenham sido concedidos benefícios fiscais, ou estejam em curso inspecções, reclamações ou impugnações, casos estes em que, dependendo das circunstâncias, os prazos são alongados ou suspensos. Tendo as declarações fiscais da Empresa relativas aos exercícios económicos até 2007 (inclusive) sido objecto de revisão, poderão ainda ser sujeitas a inspecção as declarações relativas aos anos de 2008 e 2009. A Administração da Empresa entende que as eventuais correcções resultantes de revisões/inspecções por parte das autoridades fiscais àquelas declarações de impostos não terão um efeito significativo nas demonstrações financeiras em 31 de Dezembro de 2009.

O IRC contabilizado como custo do exercício findo em 31 de Dezembro de 2009 e 2008 encontra-se corrigido pelo efeito da contabilização dos impostos diferidos, de acordo com a Directriz Contabilística nº 28 (**Nota 8**).

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a reconciliação entre a taxa nominal de imposto e a taxa efectiva de imposto é como segue:

	2009	2008
Resultado antes de impostos	37,744,293	36,839,034
Imposto esperado à taxa nominal de 26,5%	10,002,238	9,762,344
Efeito das diferenças permanentes	370,181	101,789
Tributações autónomas	249,796	299,550
IRC de anos anteriores	4,842	-
Encargo de imposto	10,627,057	10,163,683
Imposto corrente (Nota 22)	11,213,011	7,203,136
Imposto diferido (Nota 8)	(585,954)	2,960,547
Total	10,627,057	10,163,683
Taxa efectiva de imposto	28.16%	27.59%

37. Passivos contingentes e garantias prestadas

Passivos contingentes

A Empresa fez uma avaliação cuidada dos seus riscos e contingências tendo, nessa sequência constituído provisões que, face aos riscos identificados, considera encontrarem-se adequadamente reconhecidas. Da avaliação efectuada, e para além das provisões registadas, não foram identificadas outras responsabilidades que devessem ser divulgadas como contingentes.

Garantias

Em 31 de Dezembro de 2009 e 2008, a Empresa tinha assumido responsabilidades por garantias prestadas como segue:

	2009	2008
Câmaras Municipais	29,615,686	22,511,467
Banco Europeu de Investimento	7,488,110	7,921,611
Tribunais	5,433,496	5,433,496
Outros	189,691	19,817
	42,726,983	35,886,391

38. Nota à demonstração dos resultados por funções

Em 31 de Dezembro de 2009, as principais rubricas da demonstração de resultados por funções eram como segue:

	2009	2008
Custo das vendas e prestações de serviços	1,245,309	1,486,185
Custos distribuição	622,655	381,779
Outros Custos e Perdas Operacionais	3,741	3,741
	1,871,705	1,871,705

a) Custo das Vendas e Prestação de Serviços

A rubrica de Custo das Vendas e Prestação de Serviços incluía 44.656.166 Euros referentes aos custos operacionais referentes à área de Produção, deduzidos de 1.245.309 Euros de proveitos relativos à parcela, realizada no ano, de subsídios ao investimento, correspondente aos bens do imobilizado afectos a essa mesma área.

A repartição do montante anual total do proveito com subsídios ao investimento, no valor de 1.871.705 Euros, pelas diversas rubricas da demonstração de resultados por funções em 2009, é como segue:

b) Custos de distribuição

Esta rubrica, reflecte essencialmente os custos operacionais relacionados com a distribuição de água, que, durante o exercício findo em 31 de Dezembro de 2009, ascenderam a 31.655.729 Euros.

c) Custos administrativos

Em 31 de Dezembro de 2009, esta rubrica incluía sobretudo os custos operacionais de todas as áreas de suporte da Empresa.



d) Custo líquido de financiamento

Nesta rubrica estão incluídos os juros de empréstimos bancários, no montante de 5.370.340 Euros, e os custos suportados com garantias bancárias, no valor de 158.665 Euros.

e) Imposto sobre os resultados correntes

A reconciliação entre o montante de imposto na demonstração dos resultados por naturezas e na demonstração de resultados por funções é como segue:

	2009	2008
Imposto total do exercício	10,627,057	10,163,683
Insuficiência de estimativa de imposto (a)	63,517	309,605
Restituições de impostos (a)	(68,054)	-
	10,622,520	10,473,288

(a) Classificados na demonstração dos resultados por naturezas em resultados extraordinários.



Remanso Ribeira de Codes - albufeira Castelo de Bode



E

lementos
contabilísticos exigidos
pelo Plano Oficial
de Contabilidade

Balanço em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

	Activo Bruto	Exercícios		
		2009 Amort. e Ajustamentos	2008 Activo Líquido	2008 Activo Líquido
IMOBILIZADO				
Imobilizações incorpóreas				
Propriedade industrial e outros direitos	22,692	1,392	21,300	21,764
Total	22,692	1,392	21,300	21,764
Imobilizações corpóreas				
Terrenos e recursos naturais	49,844,518	-	49,844,518	49,761,829
Edifícios e outras construções	119,139,696	80,580,779	38,558,917	41,514,131
Equipamento básico	958,623,105	439,368,823	519,254,282	523,744,602
Equipamento de transporte	1,446,560	1,434,175	12,385	1,119
Ferramentas e utensílios	9,963,807	9,445,196	518,611	789,768
Equipamento administrativo	18,711,954	16,790,989	1,920,965	2,089,438
Taras e vasilhame	9,463	7,885	1,578	403
Outras imobilizações corpóreas	11,142,771	9,623,372	1,519,399	1,508,994
Imobilizações em curso	21,793,595	-	21,793,595	17,969,734
Adiantamentos por conta de imobilizações corpóreas	-	-	-	135,113
Total	1,190,675,469	557,251,219	633,424,250	637,515,131
Investimentos financeiros				
Partes de capital em empresas associadas	251,500	-	251,500	252,870
Títulos e outras aplicações financeiras	108,731	-	108,731	108,732
Total	360,231	-	360,231	361,602
DÍVIDAS DE TERCEIROS - MÉDIO E LONGO PRAZO				
Outros devedores	13,221,476	-	13,221,476	14,570,718
Total	13,221,476	-	13,221,476	14,570,718
CIRCULANTE				
Existências				
Matérias-primas, subsidiárias e de consumo	1,306,087	60,950	1,245,137	1,234,574
Mercadorias	285,699	285,699	-	21,473
Total	1,591,786	346,649	1,245,137	1,256,047
Dívidas de terceiros - curto prazo				
Clientes, c/c	13,167,768	-	13,167,768	15,928,703
Clientes de cobrança duvidosa	4,314,899	3,256,590	1,058,309	961,979
Empresas associadas	1,363,246	-	1,363,246	1,353,246
Adiantamentos a fornecedores	1,082,983	-	1,082,983	1,082,983
Estado e outros entes públicos	1,744	-	1,744	1,474
Outros devedores	2,477,027	397,130	2,079,897	1,919,362
Total	22,407,667	3,653,720	18,753,947	21,247,747
Títulos negociáveis				
Outras aplicações de tesouraria	50,000,000	-	50,000,000	18,700,000
Total	50,000,000	-	50,000,000	18,700,000
DEPÓSITOS BANCÁRIOS E CAIXA				
Depósitos bancários	5,043,225	-	5,043,225	4,782,936
Caixa	33,954	-	33,954	37,562
Total	5,077,179	-	5,077,179	4,820,498
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS				
Acréscimos de proveitos	9,511,305	-	9,511,305	8,707,949
Custos diferidos	738,120	-	738,120	944,468
Impostos diferidos activos	6,305,877	-	6,305,877	6,177,905
Total	16,555,302	-	16,555,302	15,830,322
Total de Amortizações e Ajustamentos		561,252,980		
Total do Activo	1,299,911,802		738,658,822	714,323,829

As notas anexas às demonstrações financeiras fazem parte integrante do Balanço a 31 de Dezembro de 2009

A Directora Financeira e Técnica Oficial de Contas
Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

O Conselho de Administração
João Manuel Lopes Fidalgo, Presidente
Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro, Vogal
José Alfredo Manita Vaz, Vogal
António Bento Franco, Vogal
Rui Manuel de Carvalho Godinho, Vogal

CAPITAL PRÓPRIO E PASSIVO	Exercícios	
	2009	2008
CAPITAL PRÓPRIO		
Capital	150,000,000	150,000,000
Ajustamentos de partes de capital em filiais e associadas	(4,064)	(4,064)
Reservas de reavaliação	97,647,014	101,498,715
Reservas:		
Reservas legais	30,000,000	29,664,223
Outras reservas	22,171,377	22,171,377
Resultados transitados	46,559,203	35,040,674
Sub-Total	346,373,530	338,370,925
Resultado líquido do exercício	27,117,236	26,675,351
Total do Capital Próprio	373,490,766	365,046,276
PASSIVO		
Provisões para riscos e encargos		
Outras provisões para riscos e encargos	14,923,661	13,099,960
Total	14,923,661	13,099,960
Dívidas a terceiros - médio e longo prazo		
Dívidas a instituições de crédito	213,344,536	203,070,470
Total	213,344,536	203,070,470
Dívidas a terceiros - curto prazo		
Dívidas a instituições de crédito	9,725,934	8,100,934
Fornecedores, c/c	27,085,281	24,481,482
Fornecedores - facturas em recepção e conferência	58,561	35,439
Fornecedores de imobilizado, c/c	6,415,042	9,137,637
Estado e outros entes públicos	9,888,127	2,548,281
Outros credores	12,871,868	16,428,368
Total	66,044,813	60,732,141
ACRÉSCIMOS E DIFERIMENTOS		
Acréscimos de custos	24,911,560	24,101,838
Proveitos diferidos	38,228,712	40,100,388
Impostos diferidos passivos	7,714,774	8,172,756
Total	70,855,046	72,374,982
Total do Passivo	365,168,056	349,277,553
Total do capital próprio e do passivo	738,658,822	714,323,829

As notas anexas às demonstrações financeiras fazem parte integrante do Balanço a 31 de Dezembro de 2009

A Directora Financeira e Técnica Oficial de Contas
Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

O Conselho de Administração
João Manuel Lopes Fidalgo, Presidente
Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro, Vogal
José Alfredo Manita Vaz, Vogal
António Bento Franco, Vogal
Rui Manuel de Carvalho Godinho, Vogal

Demonstração dos resultados por naturezas dos exercícios findos em 31 de Dezembro de 2009 e 2008

CUSTOS E PERDAS	Exercícios			
	2009	2009		2008
Custo mercadorias vendidas e matérias consumidas:				
Matérias	2,753,673	2,753,673	2,694,207	2,694,207
Fornecimentos e serviços externos		37,790,123		39,779,117
Custos com o pessoal:				
Remunerações	23,183,284		23,841,899	
Encargos sociais:				
Pensões	984,602		10,952,873	
Outros	12,061,651	36,229,537	(6,490,614)	28,304,158
Amortizações do imobilizado corpóreo e incorpóreo	30,788,641		31,693,263	
Ajustamentos	392,364		774,827	
Provisões	2,274,592	33,455,597	2,041,624	34,509,714
Impostos	1,136,689		1,212,735	
Outros custos e perdas operacionais	57,603	1,194,292	59,646	1,272,381
A		111,423,222		106,559,577
Juros e custos similares	5,558,695	5,558,695	9,291,407	9,291,407
C		116,981,917		115,850,984
Custos e perdas extraordinários		365,062		1,027,630
E		117,346,979		116,878,614
Imposto sobre o rendimento do exercício		10,627,057		10,163,683
G		127,974,036		127,042,297
Resultado líquido do exercício		27,117,236		26,675,351
		155,091,272		153,717,648
PROVEITOS E GANHOS				
Vendas:				
Produtos	146,301,699		140,942,021	
Prestações de serviços	2,766,600	149,068,299	2,584,436	143,526,457
Trabalhos para a própria empresa	18,101		5,825	
Proveitos suplementares	1,705,051		1,800,993	
Subsídios à exploração	105,506		3,857	
Reversões de amortizações e ajustamentos	321,321	2,149,979	946,078	2,756,753
B		151,218,278		146,283,210
Juros e proveitos similares	1,292,513	1,292,513	1,149,869	1,149,869
D		152,510,791		147,433,079
Proveitos e ganhos extraordinários		2,580,481		6,284,569
F		155,091,272		153,717,648
RESUMO				
Resultados operacionais: (B) - (A) =		39,795,056		39,723,633
Resultados financeiros: (D - B) - (C - A) =		(4,266,182)		(8,141,538)
Resultados correntes: (D) - (C) =		35,528,874		31,582,095
Resultados antes de impostos: (F) - (E) =		37,744,293		36,839,034
Resultado líquido do exercício: (F) - (G) =		27,117,236		26,675,351

As notas anexas às demonstrações financeiras fazem parte integrante da Demonstração dos resultados por naturezas a 31 de Dezembro de 2009

A Directora Financeira e Técnica Oficial de Contas
Daniela Marina Alves Fernandes Valle Santos

O Conselho de Administração
João Manuel Lopes Fidalgo, Presidente
Jorge Luís Ferrão de Mascarenhas Loureiro, Vogal
José Alfredo Manita Vaz, Vogal
António Bento Franco, Vogal
Rui Manuel de Carvalho Godinho, Vogal

Notas Anexas

As notas anexas às demonstrações financeiras fazem parte integrante da Demonstração dos resultados por naturezas a 31 de Dezembro de 2009

Nota POC	Descrição	Notas Anexas
1.	Disposições do POC derrogadas no exercício	2
2.	Comparabilidade	n.a
3.	Bases de apresentação e principais critérios valorimétricos	2
4.	Cotações	n.a
5.	Vantagens fiscais que afectam o exercício	n.a
6.	Imposto sobre o rendimento	36
7.	Número médio de trabalhadores	27
8.	Nota às contas de Despesas de instalação e de investigação e desenvolvimento	n.a
9.	Justificação da amortização de trespases além de cinco anos	n.a
10.	Movimentos ocorridos na rubricas do activo imobilizado e respectivas amortizações e ajustamentos	5,6,7 e 28
11.	Financiamento de imobilizações capitalizados no exercício	n.a
12.	Reavaliações de imobilizações corpóreas (legislação)	6
13.	Quadro discriminativo das reavaliações	6
14.	Imobilizações em poder de terceiros	6
15.	Bens utilizados em regime de locação financeira	n.a
16.	Participações em empresas do grupo e associadas	7
17.	Acções e quotas da conta titulos negociáveis de montante superior a 5% do activo circulante	n.a
18.	Discriminação da conta 4154 - Fundos	n.a
19.	Diferenças materialmente relevantes entre preços de mercado e critérios valorimétricos do activo circulante	n.a
20.	Atribuição a elementos do activo circulante de valores inferiores ao preço mercado	n.a
21.	Ajustamentos	11 e 13
22.	Existências em poder de terceiros	n.a



Nota POC	Descrição	Notas Anexas
23.	Dívidas de cobrança duvidosa	11 e 13
24.	Empréstimos concedidos aos órgãos sociais	n.a
25.	Dívidas activas e passivas respeitantes ao pessoal da empresa	13 e 24
26.	Dívidas tituladas por rubricas do balanço e nele não evidenciadas	n.a
27.	Obrigações e títulos de participação emitidos pela empresa	n.a
28.	Valores em mora incluídos na conta Estado e Outros entes Públicos	n.a
29.	Dívidas a terceiros a mais de cinco anos	19
30.	Dívidas a terceiros cobertas por garantias reais	n.a
31.	Compromissos que não figuram no balanço	18
32.	Garantias prestadas	37
33.	Diferença entre dívidas a pagar e correspondentes quantias adequadas	n.a
34.	Provisões	17
35.	Aumentos ou reduções do capital próprio	n.a
36.	Composição do capital	15
37.	Identificação de pessoas colectivas com mais de 20% do capital	7
38.	Acções e quotas subscritas no exercício	n.a
39.	Varição das reservas de reavaliação no exercício	16
40.	Movimentos ocorridos na rubrica do capital próprio	Demonstração das variações dos capitais próprios
41.	Demonstração do custo das mercadorias vendidas e das matérias consumidas	25
42.	Demonstração da variação da produção	n.a
43.	Remunerações dos órgãos sociais	27
44.	Discriminação das vendas e prestações de serviços	24
45.	Demonstração dos resultados financeiros	33 e 34
46.	Demonstração dos resultados extraordinários	35
47.	Informações exigidas por diplomas legais	n.a
48.	Outras informações relevantes	12,13,14,19, 22 e 23

n.a. - não aplicável



Ribeira de Codes junto ao Penedo Furado - matas ripícolas





Ribeira da Zebreira, afluente do Rio Zêzere



R

18.

elatórios e pareceres



RELATÓRIO E PARECER DO FISCAL ÚNICO

De acordo com o disposto no Art.º 452º do C.S.C. e Estatuto da Empresa, o fiscal único elaborou o Relatório anual de actividade e emite parecer sobre o Relatório e Contas da Gestão de 2009 e a Proposta de Aplicação dos Resultados, apresentados pelo Conselho de Administração.

1. RELATÓRIO

No âmbito das suas atribuições acompanhou a gestão da Empresa nas áreas essenciais de actividade, tendo como elementos básicos de análise as peças contabilísticas e registos de suporte; os orçamentos de exploração e de investimentos; contas de terceiros; financiamentos; água produzida e consumida e as inerentes perdas por áreas de percurso. Foram também verificados os elementos de informação da gestão preparados pelos Serviços, com especial incidência sobre os indicadores financeiros e de actividade, investimentos e o controlo da execução orçamental.

No decurso do exercício o fiscal único elaborou relatórios da acção desenvolvida, na qual salienta:

- . O controle da gestão nas áreas mais preponderantes da actividade da empresa, com destaque para as de custos e proveitos da exploração, investimentos, amortizações, provisões e, bem assim, os rendimentos e gastos financeiros.
- . Confirmação da titularidade dos bens e valores que integram o activo económico da empresa. Neste âmbito pôde confirmar-se que os bens do activo não corrente estão registados ao custo de aquisição ou valor de reavaliação, tendo as amortizações do exercício, num total de 30,789 milhões euros, sido apuradas com base na vida útil estimada dos bens e pela aplicação das taxas máximas previstas na lei fiscal.
- . Verificação da adequação e consistência das políticas contabilísticas adoptadas e dos critérios de valorização dos activos, utilizados na preparação das demonstrações financeiras, os quais são divulgados nas Notas anexas às Contas de forma a expressar, em termos adequados, a situação financeira da empresa e o resultado das operações neste exercício.



- . Controlo da execução financeira dos orçamentos de exploração e de investimentos, tendo por base as dotações anuais. No âmbito do orçamento de exploração verificou-se que os índices de realização são satisfatórios, tanto pelos desvios apurados como pelas variações atingidas, face ao ano anterior. Os proventos totais registam um desvio positivo de 2% (3,3 milhões euros) e um crescimento homólogo de 3,4% (4,9 milhões euros). No concernente aos custos operacionais o desvio é favorável em 3%, não obstante o seu crescimento homólogo ter atingido cerca de 5% (4,9 milhões euros). Tal acréscimo resulta de ajustamentos introduzidos no apuramento dos custos com pessoal, em relação ao Fundo de Pensões, os quais alteraram os seus índices de comparabilidade entre 2008/2009.
- . Os investimentos de 2009 tiveram um índice de realização financeira de 65%, reflectido por um montante de facturação de 26,796 milhões euros, a par de um volume de compromissos assumidos de 32,4 milhões euros. Face aos valores de realização neste exercício, pode considerar-se que os investimentos atingiram os níveis médios de anos anteriores, de acordo com os objectivos de gestão neste domínio.
- . Analisadas as perdas de água nas diversas fases de percurso, desde a captação até à utilização pelo cliente, verificou-se que o índice global de 10,65% atingido em 2009, face ao volume de água captada, pode ser considerado como um dos mais baixos na vida da empresa. A quebra persistente das perdas de água tem vindo a ser conseguida com base em investimentos significativos na renovação e ampliação da rede de distribuição, que neste exercício incidiram também sobre o reforço da capacidade produtiva, nomeadamente com a ampliação do subsistema de Castelo de Bode e na garantia da qualidade da água, com base num investimento vultoso de 6,7 milhões euros, no Novo Laboratório Central.
- . As responsabilidades com Pensões baixaram cerca de 1,72 milhões euros em 2009, para o que contribuiu a reformulação do Acordo da Empresa em 2008. Com tal medida foi reforçado o valor dos activos do Fundo de Pensões em cerca de 2 milhões euros e, concomitantemente, o volume das responsabilidades com as pré-reformas, em cerca de 1,82 milhões euros. No final do ano os Activos do Fundo atingiam cerca de 35,042 milhões euros, com uma contribuição da EPAL em 1,62 milhões euros neste exercício.

Formulário de C.02 - de 1 de Junho de 2011 - Anexo Declaração nº 200/09/00 - Capital Social: 10.000.000 €



Com vista à obtenção de uma cobertura ajustada das suas responsabilidades, que atingiam 48,899 M. euros em 31.Dez.09, a empresa reforçou a correspondente provisão específica no balanço, que fixou em 15,602 milhões euros.

A estrutura financeira da EPAL manteve em 2009 o equilíbrio já evidenciado nos anos anteriores, sendo de anotar o reforço significativo das suas posições de liquidez. Entende-se que a empresa dispõe, nesta altura, de uma posição financeira muito sólida e equilibrada, que lhe permite solver os compromissos próximos e futuros, em boas condições de operacionalidade.

O cash flow operacional (EBITDA) atingiu 73,3 milhões euros, montante que corresponde sensivelmente aos valores médios dos últimos exercícios.

Os Capitais Próprios elevam-se a 373,491 milhões euros, tendo sido reforçados neste exercício em cerca de 8,5 milhões euros, pela variação dos Resultados Transitados e do RL do exercício, num total de 12 milhões euros, face ao ano anterior.

No âmbito dos custos operacionais, releva-se pelo seu efeito positivo nos resultados: a economia de gastos com fornecimentos e serviços externos, de 2 milhões euros e com os juros de empréstimos em cerca de 3,7 milhões euros. O Resultado operacional foi neste exercício influenciado negativamente pela subida dos custos com pessoal em 28%, decorrente dos reajustamentos já referidos com o Fundo de Pensões.

Como nota final, sublinhamos a importância da estratégia que vem sendo adoptada pela empresa no sentido de melhorar a qualidade do serviço prestado, bem como manter um perfil financeiro sustentável, em conjugação com um adequado e justo retorno do capital empregue.

Tal medida, visando melhorar a eficiência operacional através da implementação de um sistema de gestão de qualidade, cria as condições que suportam o actual modelo de gestão, cujos efeitos na economia da empresa se têm traduzido em bons resultados, com tendência crescente nos últimos exercícios.

3



. Comprovámos que o Relatório de Gestão está formalmente de acordo com as demonstrações financeiras e que na sua preparação foram cumpridos os requisitos legais sobre esta matéria. De igual modo, somos de opinião que a Proposta de Aplicação dos Resultados, constante do Relatório de Gestão, está em conformidade com a lei e os estatutos, em especial o prescrito no Código das Sociedades Comerciais.

2. PARECER

Em face do exposto, é parecer do Fiscal Único que estão em condições de merecer aprovação pela Assembleia Geral:

- . o Relatório de Gestão e as Contas do exercício de 2009, e
- . a Proposta de Aplicação dos Resultados,

nos termos apresentados pelo Conselho de Administração.

Lisboa, 18 de Março de 2010.

O Fiscal Único,

(António Dias Nabais)

Reprodução do PDF de 2010 em conformidade com o Regulamento de Acesso ao Documento da EPAL. Todos os direitos reservados. EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A.

António Dias Nabais
Revisor Oficial de Contas n.º 415



CERTIFICAÇÃO LEGAL DAS CONTAS

Introdução

1. Examinámos as Demonstrações Financeiras da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A., as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009 (que evidencia um Activo Líquido de 738.658.822 euros e um total de Capital Próprio de 373.490.766 euros, incluindo um Resultado Líquido de 27.117.236 euros); a Demonstração dos Resultados por naturezas e por funções; a Demonstração das Variações dos Capitais Próprios e dos Fluxos de caixa do exercício findo naquela data, e as Notas Anexas às Demonstrações Financeiras.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado.
3. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no exame das referidas demonstrações financeiras.

Âmbito

4. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as normas técnicas e as directrizes de revisão/auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que o mesmo seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Para tanto, o referido exame inclui:
 - a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e divulgações constantes das demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas baseadas em juízos e critérios definidos pela Administração, utilizadas na sua preparação;
 - a confirmação de que são apropriadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias;

Escritório: Avenida do Mar n.º 32 – 2.º B
2825 – 476 Costa da Caparica

Tel./Fax: 21 760 19 90
E-mail: adn.roc@sapo.pt

António Dias Nabais
Revisor Oficial de Contas n.º 415

- a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade, e
 - a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras.
5. O nosso exame inclui também a verificação da concordância da informação financeira constante do Relatório de Gestão com as demonstrações financeiras da empresa.
6. Anotamos que o Balanço e a Demonstração dos Resultados por Naturezas são apresentadas num formato distinto do previsto no Plano Oficial de Contabilidade, como aliás se refere na Nota 2.a do anexo às Contas. Verificámos, contudo, que o conjunto das demonstrações financeiras contem toda a informação requerida pelo POC, evidenciando valores idênticos no Activo, Capital Próprio e Resultado Líquido, aos que resultariam com a apresentação das contas no formato exigido por este normativo, aplicável à data de 31.12.09, cujos documentos de suporte constam também em secção própria do Anexo.
7. Entendemos que o exame efectuado constitui base suficiente para a expressão da nossa opinião sobre os documentos de prestação de contas da empresa.

OPINIÃO

8. Em nossa opinião, as referidas Demonstrações Financeiras da EPAL - Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da empresa em 31 de Dezembro de 2009, o resultado das suas operações e os fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal.

Lisboa, 16 de Março de 2010.

O Revisor Oficial de Contas,



(António Dias Nabais)



Deloitte & Associados, SROC S.A.
Inscrição na OROCC nº 43
Registo na OMMV nº 231

Edifício Atrium Saldanha
Praça Duque de Saldanha, 1 - 4º
1050-094 Lisboa
Portugal

Tel: +(351) 210 427 500
Fax: +(351) 210 427 950
www.deloitte.pt

RELATÓRIO DE AUDITORIA

Introdução

1. Examinámos as demonstrações financeiras anexas da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. (“Empresa”), as quais compreendem o Balanço em 31 de Dezembro de 2009 que evidencia um total de 738.658.822 Euros e capitais próprios de 373.490.766 Euros, incluindo um resultado líquido de 27.117.236 Euros, as Demonstrações dos resultados por naturezas e por funções, a Demonstração das variações dos capitais próprios, a Demonstração dos fluxos de caixa do exercício findo naquela data e o correspondente Anexo.

Responsabilidades

2. É da responsabilidade do Conselho de Administração a preparação de demonstrações financeiras que apresentem de forma verdadeira e apropriada a posição financeira da Empresa, o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa, bem como a adopção de políticas e critérios contabilísticos adequados e a manutenção de um sistema de controlo interno apropriado. A nossa responsabilidade consiste em expressar uma opinião profissional e independente, baseada no nosso exame daquelas demonstrações financeiras.

Âmbito

3. O exame a que procedemos foi efectuado de acordo com as Normas Técnicas e as Directrizes de Revisão / Auditoria da Ordem dos Revisores Oficiais de Contas, as quais exigem que este seja planeado e executado com o objectivo de obter um grau de segurança aceitável sobre se as demonstrações financeiras estão isentas de distorções materialmente relevantes. Este exame incluiu a verificação, numa base de amostragem, do suporte das quantias e informações divulgadas nas demonstrações financeiras e a avaliação das estimativas, baseadas em juízos e critérios definidos pelo Conselho de Administração, utilizadas na sua preparação. Este exame incluiu, igualmente, a apreciação sobre se são adequadas as políticas contabilísticas adoptadas e a sua divulgação, tendo em conta as circunstâncias, a verificação da aplicabilidade do princípio da continuidade das operações e a apreciação sobre se é adequada, em termos globais, a apresentação das demonstrações financeiras. Entendemos que o exame efectuado proporciona uma base aceitável para a expressão da nossa opinião.

Opinião

4. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras referidas no parágrafo 1 acima, apresentam de forma verdadeira e apropriada, em todos os aspectos materialmente relevantes, a posição financeira da EPAL – Empresa Portuguesa das Águas Livres, S.A. em 31 de Dezembro de 2009, bem como o resultado das suas operações e os seus fluxos de caixa no exercício findo naquela data, em conformidade com os princípios contabilísticos geralmente aceites em Portugal (Nota 2.a).

Lisboa, 16 de Março de 2010


Deloitte & Associados, SROC S.A.
Representada por João Luís Falua Costa da Silva

A empresa Deloitte refere-se a Deloitte Touche Tohmatsu, uma firma global, ou a uma ou mais entidades da sua rede de firmas membros, sendo cada uma delas uma entidade legal separada e independente. Para saber a estrutura detalhada da rede legal de Deloitte Touche Tohmatsu ou para obter mais detalhes sobre Deloitte consulte:

http://www.deloitte.com ou a seguinte informação: Capital Social: 100.000,00 Euros / Sociedade C. L. de Lisboa e MPL, SAI 176 271
Lisboa - Avenida Arzobispo Damião, Praça Duque de Saldanha, 1 - 4º, 1050-094 Lisboa / N.º de Registo: 231 / N.º de Registo: 231 - 121 4730 000 N.º de

Member of Deloitte Touche Tohmatsu

Congresso Mundial



da IWA em 2014

A EPAL, em conjunto com a CNAIA – Comissão Nacional da Associação Internacional da Água, com o apoio do Governo Português, da Câmara Municipal de Lisboa e do Turismo de Lisboa, apresentou a candidatura à organização do Congresso Mundial da IWA – Internacional Water Association, de 2014. Na Assembleia-geral da IWA de 5 de Setembro, a candidatura da EPAL foi eleita a melhor entre as candidaturas de Bruxelas, Istambul, Dublin e Genebra.

Lisboa será, assim, a anfitriã do 9º Congresso Mundial da IWA com o tema “Encontrar Soluções para Assegurar o Futuro ■

